



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

BIANCA MONTEIRO ALVES

INDÍGENAS CRIANÇAS EM TEMPOS DE GARIMPO E MINERAÇÃO:
DISCURSOS, DISPUTAS E REPRESENTAÇÕES

Rio de Janeiro

2026

BIANCA MONTEIRO ALVES

**INDÍGENAS CRIANÇAS EM TEMPOS DE GARIMPO E MINERAÇÃO:
Discursos, Disputas e Representações**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabrina Pontes Furtado

Rio de Janeiro

2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AA474i
i
Alves, Bianca, 05/10/1994-
Indígenas Crianças em Tempos de Garimpo e Mineração:
Discursos, Disputas e Representações / Bianca Alves. -
Rio de Janeiro, 2026.
127 f.: il.

Orientadora: Fabrina Furtado.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade/Ciências Sociais, 2026.

1. Crianças/Infâncias Indígenas. 2. Mães/Mulheres
Indígenas. 3. Representações Sociais. 4. Garimpo. 5.
Mineração. I. Furtado, Fabrina, 17/07/1977-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Ciências
Sociais III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Dissertação, desde que seja citada a fonte.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

Bianca Monteiro Alves

INDÍGENAS CRIANÇAS EM TEMPOS DE GARIMPO E MINERAÇÃO:
DISCURSOS, DISPUTAS E REPRESENTAÇÕES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 01/04/2026.

Documento assinado digitalmente
 **FABRINA PONTES FURTADO**
Data: 06/04/2026 13:57:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Fabrina Pontes Furtado (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONADIA MONTEIRO BORGES**
Data: 06/04/2026 13:34:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Antonádia Monteiro Borges (CPDA/UFRRJ)
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **MARCELA VECCHIONE GONCALVES**
Data: 05/04/2026 17:07:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Marcela Vecchione Gonçalves (UFPA)
Examinadora Externa à Instituição

AGRADECIMENTOS

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamaiz nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede.

– Conceição Evaristo, em Cadernos Negros, vol. 19

Peço licença às crianças que caminharam comigo e, com suas presenças vivas e inquietas, abriram trilhas para que esta dissertação pudesse nascer.

Agradeço a Maria Luz, David, Kelvin, Ana Júlia, João, Thiago, Pedro, Luna, Francine, Rafael e a todas as crianças do Projeto Papo de Criança. Aprender e ensinar com vocês foi experimentar um tempo outro, onde a curiosidade vira método e o cuidado se transforma em conhecimento. Vocês foram presente, horizonte e fortaleza, reafirmando, a cada encontro, minha escolha de trabalhar com as infâncias.

Às mulheres Munduruku, com quem aprendi sobre o cuidado das crianças como gesto de vida e de território, deixo minha profunda gratidão. Obrigada por me escutarem, por compartilharem saberes, por me permitirem caminhar junto e compreender que cuidar das infâncias é também cuidar das águas, das florestas e dos futuros que florescem.

Entre todos os exercícios acadêmicos, escrever agradecimentos talvez seja o mais delicado, tarefa atravessada pelo medo do esquecimento, pela consciência de que nenhum percurso é solitário. Levar este projeto adiante foi atravessar densidades: a complexidade do tema, a escassez de dados, as inseguranças que tantas vezes me visitaram, as ausências de computador e, sobretudo, a despedida de minha avó materna, Laurita, a quem dedico este trabalho. Reconectar-me com sua infância e com sua história foi reencontrar raízes e sentidos para continuar. Sua vida, marcada por durezas e resistências, me ensinou sobre força e, principalmente, sobre a delicadeza necessária para olhar as crianças com atenção, cuidado e amor. Obrigada, vó, por permanecer em mim como memória viva e orientação.

Às mulheres e meninas da minha família: Fátima, Jéssica, Raquel, Maria Madalena, Gilmara, Mariana, Laura, Márcia, agradeço pelo reencontro, pelo cuidado cotidiano e pelo incentivo persistente para que eu seguisse estudando, lendo e pesquisando. Se continuo nesse caminho por vezes pedregoso da academia, é porque vocês caminham comigo, me sustentando como rede que não se rompe.

A Rildo e Rafael, agradeço pelo apoio e acolhimento ao longo desta jornada. Mesmo quando minhas escolhas pareciam difíceis de compreender, vocês respeitaram meus passos e permaneceram como presença possível e importante.

À Janete, Alessandra, Reginaldo e a todas e todos os funcionários do CPDA, minha gratidão pelo cuidado que sustenta o cotidiano institucional: pelo café compartilhado, pelas conversas entre tarefas, pelas risadas que atravessam os almoços e pelo zelo com o espaço que habitamos. Vocês tornam o trabalho mais leve e lembram que a universidade também se faz de gestos de cuidado e respeito.

À Antonádia, Rosani de Fátima e Marcela, professoras por quem nutro profundo respeito e admiração, agradeço pela trajetória inspiradora, pelo rigor generoso e pela escuta atenta que oferecem a suas alunas e alunos. A presença de vocês na banca desta dissertação é honra e alegria que guardarei com carinho.

Às amigas e amigos do CPDA, das moradas e da UFF, companhias de conversas longas, apoios silenciosos, risadas abertas e lágrimas compartilhadas, minha gratidão por fazerem deste percurso um espaço habitável. Luíza, Laís, Deborah, João, Carol, Fernando, Elis, Lara, Cris, Inês, Ana, Carla, Roger: quem tem amigos tem travessia acompanhada, e eu fui profundamente presenteada por ter vocês em meu caminho.

Às minhas avós e avôs, que me ensinaram coragem, firmeza e ternura, agradeço por iluminarem meus passos e por me lembrarem continuamente de onde venho: Vó Laurita, Vó

Raquel Vó Mariquitinha, Vó Benedita, Vó Maria Clara, Vó Maria Antônia, Vó Maria Josefa, Vó Zuza, Vó Antônio, Vó Guiné.

Fabrina, agradeço pelo acolhimento, pela orientação cuidadosa e pela generosidade com que conduziu este processo. Ser sua orientanda foi aprender sobre ética, escuta e a beleza do ensinar. Obrigada por sustentar minhas angústias, por confiar em mim e por me ajudar a levantar após cada tropeço. Sua presença permanece como referência acadêmica e humana que levarei comigo.

Thiago, obrigada pela parceria amorosa que atravessa esta escrita e a vida. Pela mão estendida, pela escuta paciente, pelo cuidado cotidiano e pela confiança no meu trabalho. Dividir a vida com você é também o chão que sustenta esta caminhada e a coragem de seguir.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) agradeço pelo auxílio financeiro. Sem financiamento não há pesquisa!

Como no poema que abre estas páginas, reconheço que este trabalho é feito de fios invisíveis e tônicos, pacientemente tecidos por muitas mãos, vozes e presenças. Que esta dissertação seja também um gesto de continuidade dessa rede.

Salve as crianças!

Salve quem cuida, vigia e sustenta as infâncias!

Que a memória, o cuidado e a alegria sigam costurando caminhos!

Salve a Cosme, Damião e Doum! Salve aos Ibejis!

Bejiróó! Oni Beijada!

Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo. (Bispo dos Santos, 2023, p.102).

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os discursos e as representações sobre as indígenas crianças e suas infâncias produzidos pelo governo, por organizações internacionais e pela mídia hegemônica. A investigação concentra-se em conflitos socioambientais associados à mineração e ao garimpo de ouro em territórios indígenas, buscando compreender os impactos materiais dessas atividades e as implicações políticas, simbólicas e culturais dos modos como tais infâncias são narradas e tornadas visíveis. A pesquisa fundamenta-se nas seguintes categorias de análise: (1) representação e regimes de visibilidade, examinando como as indígenas crianças são discursivamente construídas nas arenas institucionais e midiáticas; (2) vulnerabilidade e enquadramento humanitário, que identifica a associação recorrente entre indígena infância, dano e crise; e (3) território, expropriação e disputa simbólica, articulando conflitos territoriais às disputas de sentido sobre desenvolvimento, responsabilidade e futuro. Além de pesquisa bibliográfica, realiza-se análise documental e discursiva de materiais institucionais da Funai, da ONU/UNICEF e do jornal Folha de S. Paulo. A análise evidencia que as indígenas crianças aparecem majoritariamente associadas a enquadramentos de vulnerabilidade, risco e sofrimento, com ênfase em contaminação, desnutrição e violência, e menor problematização das estruturas econômicas, políticas e coloniais que os produzem, consolidando um regime representacional que destaca o dano, mas tende a obscurecer as dinâmicas de expropriação territorial e as responsabilidades estatais e empresariais. Em diálogo crítico com essas representações, mobilizam-se concepções ameríndias sobre crianças e infâncias a partir da análise de podcasts, artigos, reportagens e documentários produzidos em diálogo com perspectivas e sabedorias das indígenas mulheres e mães, evidenciando que as crianças são compreendidas como parte constitutiva dos territórios e como horizonte de continuidade cosmológica, deslocando a narrativa da vitimização isolada para a defesa de projetos coletivos de vida.

Palavras-chave: Crianças/Infâncias Indígenas; Mães/Mulheres Indígenas; Representações Sociais; Garimpo; Mineração.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the discourses and representations about Indigenous children and their childhoods produced by the government, international organizations, and the hegemonic media. The investigation focuses on socio-environmental conflicts associated with mining and gold prospecting in Indigenous territories, seeking to understand the material impacts of these activities and the political, symbolic, and cultural implications of the ways in which such childhoods are narrated and made visible. The research is grounded in the following analytical categories: (1) representation and regimes of visibility, examining how Indigenous children are discursively constructed in institutional and media arenas; (2) vulnerability and humanitarian framing, identifying the recurrent association between Indigenous childhood, harm, and crisis; and (3) territory, expropriation, and symbolic dispute, articulating territorial conflicts with disputes over meanings of development, responsibility, and future. In addition to bibliographical research, documentary and discursive analysis is conducted on institutional materials from Funai, the UN/UNICEF, and the newspaper *Folha de S. Paulo*. The analysis shows that Indigenous children predominantly appear associated with frames of vulnerability, risk, and suffering, with emphasis on contamination, malnutrition, and violence, and with less problematization of the economic, political, and colonial structures that produce them, consolidating a representational regime that highlights harm but tends to obscure the dynamics of territorial expropriation and state and corporate responsibilities. In critical dialogue with these representations, Amerindian conceptions of children and childhoods are mobilized through the analysis of podcasts, articles, reports, and documentaries produced in dialogue with the perspectives and knowledge of Indigenous women and mothers, showing that children are understood as a constitutive part of territories and as a horizon of cosmological continuity, shifting the narrative from isolated victimization to the defense of collective projects of life.

Keywords: Indigenous Children/Childhoods; Indigenous Mothers/Women; Social Representations; Gold Mining; Mining.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Atividade garimpeira ilegal em território Munduruku	58
Figura 2 – Cicatrizes do garimpo na região do Tapajós	63
Figura 3 – Vala de Garimpo na região do Tapajós	64
Figura 4 – Abertura do Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios	80
Figura 5 – Apresentação das Mulheres e de seus Territórios	81
Figura 6 – Crianças participando das formações	82
Figura 7 – Formação sobre REDD+	83
Figura 8 – Atividade território-corpo-terra-águas	84
Figura 9 – Atividade território-corpo-terra-águas	85
Figura 10 – Atividade território-corpo-terra-águas	86
Figura 11 – Encerramento do Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Representação das indígenas crianças na FUNAI	43
Tabela 02 – Representação das indígenas crianças na ONU/UNICEF	48
Tabela 03 – Representação das indígenas crianças na Folha de S. Paulo	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
COP	Conferência das Partes
COVID-19	Coronavírus
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade
CV	Comando Vermelho
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ISA	Instituto Socioambiental
MÃE	Mutirão de Agricultura Ecológica
MPF	Ministério Público Federal
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização Nacional Das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PESET	Parque Estadual da Serra da Tiririca
PLG	Permissão de Lavra Garimpeira

REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
STF	Supremo Tribunal Federal
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WRM	Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 MAPEANDO QUEM MAPEA: FUNAI, ONU/UNICEF E A FOLHA DE SÃO PAULO.....	34
2.1 Fundação Nacional dos Povos Indígenas.....	37
2.2 Organização Nacional das Nações Unidas / Fundo das Nações Unidas para a Infância. 45	
2.3 Folha de S. Paulo.....	50
3 COLONIZAÇÃO, GARIMPO/MINERAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DAS INDÍGENAS INFÂNCIAS COMO O OUTRO.....	56
3.1 Garimpo/Mineração de ouro em territórios Munduruku.....	58
3.2 Indígenas Crianças como o Outro.....	72
4 INDÍGENAS MULHERES, INDÍGENAS MÃES: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS.....	77
4.1 Indígenas mulheres, indígenas crianças.....	78
4.2 Mães e mulheres Munduruku: projetos de vida das indígenas crianças.....	94
5 CONCLUSÕES.....	103
REFERÊNCIAS.....	107

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca analisar as representações e os discursos sobre as indígenas crianças e suas infâncias produzidos por diferentes atores institucionais — governo, organizações internacionais e a mídia hegemônica. A pesquisa se concentra no contexto de conflitos socioambientais, especialmente aqueles relacionados à mineração e ao garimpo de ouro em territórios indígenas, examinando as implicações políticas e culturais dessas representações por meio da análise documental e de entrevistas com indígenas mães.

Este percurso investigativo, no entanto, não tem sido simples, muito menos linear. No início deste trajeto, o objetivo era pesquisar a organização e a resistência do povo Munduruku em Belterra, no estado do Pará, na luta pela demarcação de suas terras junto ao Ministério Público de Santarém. Trata-se de uma região marcada por intensos e variados conflitos territoriais, envolvendo empreiteiras interessadas na construção de loteamentos e portos para o escoamento da soja, o que gera fortes tensões com o agronegócio, além de disputas relacionadas à mineração e ao garimpo. No entanto, já no primeiro semestre do curso, durante as aulas de Teorias e Metodologias das Ciências Sociais, este tema sofreu uma inflexão significativa, que nos trouxe à proposta atual.

Destacamos que não foi apenas o tema de pesquisa que se alterou, mas também as concepções acerca do que é ciência e de como produzi-la. Ao longo desse percurso, tivemos contato com uma literatura crítica ao positivismo presente nas ciências sociais, composta por produções oriundas dos *black studies*, de intelectuais indígenas, quilombolas e feministas. Por meio dessa bibliografia, compreendemos que as ciências sociais não se reduzem a padrões observáveis e mensuráveis da complexidade humana, e que subjetividades e interpretações culturais não ocidentais não devem ser negadas em nome de uma ciência eurocêntrica autointitulada neutra e universal. Pelo contrário, há uma diversidade de saberes e de ciências que ultrapassam os ditames historicamente enquadrados da ciência branca do Norte Global.

Esse conjunto de leituras não apenas ampliou nosso repertório teórico-metodológico, mas também reativou um interesse antigo em compreender como as crianças são atingidas pelos conflitos territoriais ao que já nos havíamos dedicado a pesquisar. Assim, passamos a olhar para a não homogeneização desses grupos e para aquilo que ainda não havia sido suficientemente lido, pesquisado e aprendido, abrindo espaço para formas de investigação que

consideramos mais responsáveis e coerentes com a multiplicidade de modos de ser criança e de viver as infâncias.

Nesse contexto, torna-se pertinente abrir um breve parêntese para apresentar minha trajetória e situar como ela se entrelaça a esses interesses acadêmicos. A pesquisa sobre conflitos agrários constitui um interesse temático que me acompanha desde a graduação. Logo no início do bacharelado em Sociologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), integrei o projeto de extensão Mutirão de Agricultura Ecológica (MÃE), que realizava atividades como mutirões de plantio, escoamento da produção de agricultoras familiares, semanas de agroecologia, aulas e trabalhos de campo. Paralelamente, desenvolvi uma iniciação científica voltada aos conflitos agrários no cerrado piauiense, com ênfase nas mudanças na legislação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e no avanço de megaempreendimentos do agronegócio sobre territórios camponeses, indígenas e quilombolas.

Esse percurso desdobrou-se no trabalho de conclusão de curso, elaborado para a obtenção do título de socióloga, no qual investiguei os conflitos entre o Quilombo do Grotão em sua luta pelo reconhecimento como comunidade quilombola, e a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). A lógica conservacionista que orienta o parque, baseada na ideia de preservação por meio da intocabilidade da natureza, evidenciou tensões entre políticas ambientais e direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, consolidando meu interesse em compreender as relações conflituosas que atravessam o meio agrário brasileiro.

Tal interesse, contudo, não se constitui apenas no âmbito acadêmico, mas também se enraíza em minha história familiar. Meus avós paternos trabalharam por longos anos como bóias-frias em Minas Gerais e migraram para o Rio de Janeiro em decorrência do êxodo rural, período marcado pela mecanização da agricultura e pela concentração fundiária que impulsionou a migração forçada de trabalhadores rurais para centros urbanos. O plantio e o cuidado com a terra, portanto, fazem parte de minhas experiências desde a infância. Cresci em um bairro periférico do município de Belford Roxo, no estado do Rio de Janeiro, que, apesar das precariedades estruturais, como a ausência de saneamento básico, de atividades culturais e de espaços destinados ao entretenimento infantil, era permeado por quintais repletos de árvores frutíferas, hortas diversificadas e a presença constante de animais ao redor das casas de meus pais e de meus avós.

Foi nesse ambiente que aprendi, com meus avós, sobre a importância de uma terra saudável, sobre a beleza de colher frutas diretamente do pé, cozinhar no fogão a lenha e cuidar dos animais que compunham nosso cotidiano alimentar e afetivo. Essas memórias e aprendizados tornaram-se fios condutores na busca por compreender os conflitos que atravessam povos que mantêm relações diretas com a terra. Gradualmente, desse movimento emergiu também um interesse em compreender as crianças que vivem em meio a tais contextos de conflito. Essa curiosidade relaciona-se profundamente às histórias de minhas avós, que, ainda crianças, casaram-se e trabalharam na lavoura, muitas vezes sem remuneração. Embora esse interesse estivesse presente de forma difusa durante a graduação, ele ainda não havia amadurecido a ponto de deslocar meus investimentos acadêmicos para o campo das infâncias ou para os estudos sobre povos indígenas.

Foi apenas ao ingressar no mestrado, sem projeto ou orientação definidos, que essa vontade começou a ganhar contornos mais nítidos. Nesse processo, as disciplinas de Teorias e Metodologias das Ciências Sociais tiveram papel central, sobretudo ao possibilitarem a incorporação das subjetividades na escrita acadêmica. Ao registrar minha própria trajetória e as histórias de minhas avós, reconectei-me com minha infância e com interesses que permaneciam latentes. A partir daí, intensifiquei a busca por produções sobre povos indígenas e passei a deslocar meu olhar para as infâncias como categoria analítica relevante.

Diante desse percurso reflexivo e formativo, o tema da pesquisa sofreu alterações fundamentadas em dois pontos principais. Inicialmente, o foco estava direcionado aos danos causados em crianças Munduruku pela ação do garimpo e da mineração. Entretanto, ao longo da construção do projeto, do exame de qualificação e do desenvolvimento da pesquisa, somados às limitações temporais próprias do mestrado e aos objetivos estabelecidos para este trabalho, optamos por ampliar o escopo da investigação. Tal decisão decorre do reconhecimento de que o tempo disponível no mestrado não permitiria a realização de um trabalho de campo aprofundado em um território geograficamente distante, como o Pará, especialmente em uma comunidade com a qual, até o momento, possuímos vínculos ainda incipientes. Assim, a redefinição do foco não representa um abandono das inquietações iniciais, mas antes um movimento estratégico e metodologicamente responsável, coerente com as condições concretas de produção desta dissertação e com o percurso intelectual e biográfico que a sustenta.

Além disso, conforme pesquisamos sobre os danos da mineração e do garimpo em crianças, observamos que as produções sobre esta temática não possuem destaque no arcabouço das ciências sociais e quando o são, as desgraças são o enfoque. Como assim? As pesquisas abordam os danos à saúde, aos corpos físicos, mortes, violências, dentre outras variadas questões que centralizam o medo, o horror, o aniquilamento de comunidades inteiras, direcionando o discurso ao pressuposto de que as crianças estão morrendo, e que, portanto, não haverá continuidade de suas etnias, de seus modos de vida, de suas famílias.

Desta maneira, se torna necessário realizar trabalhos e pesquisas que partam de uma perspectiva “anti-apocalíptica” sobre as indígenas crianças e suas infâncias. Optamos por utilizar os termos *indígenas infâncias*, *indígenas crianças* e *indígenas mulheres* em diálogo com Paula Faustino (2021), pois, dessa forma, buscamos destacar a agência das coletividades, evidenciando as diferenças étnicas e ressaltando, nesses termos, a presença colonialista nas representações dos povos indígenas, uma vez que estes são indígenas antes mesmo das questões que envolvem gênero e idade. Pontuamos, assim, que as concepções dos povos indígenas acerca das infâncias e de gênero são distintas daquelas utilizadas hegemonicamente pela ciência ocidental.

Salientamos que esta perspectiva do aniquilamento parte de atores específicos de um conhecimento também específico como alguns intelectuais acadêmicos das ciências sociais, mas de um modo geral das ciências naturais e médicas; de representações governamentais, noticiários, blogs e da mídia hegemônica de um modo geral. Frisamos que não nos referimos a todas as pesquisas realizadas dentro destes cenários; existem diversos trabalhos que assim como este buscam remar contra a maré.

Assim, frisamos que realizar o levantamento bibliográfico nos causou incômodo, porque ao observarmos as construções sobre as infâncias oriundas de seus territórios e de suas mães, observamos que tem algo além da violência. Essas crianças são produtoras de vidas; de saberes; de subjetividades. Não negamos que há danos às suas vidas por meio de práticas ilegais e violentas como o garimpo e a mineração. Não se trata disso! Reconhecemos essas violações, e ressaltamos a importância dos trabalhos de incidência política e das campanhas públicas que tornam visíveis as múltiplas formas de violência, contribuindo para sua prevenção, para a garantia de direitos e para a construção de processos efetivos de reparação. Buscamos compreender isso também. Mas, é fundamental destacar que elas não constituem o fim desses povos. Pelo contrário: há, por parte desses grupos, inclusive de suas crianças, uma

construção contínua de luta, sobrevivência, de outras tecnologias, sabedorias e conhecimentos múltiplos; diversos com suas potencialidades.

Desta forma, ressaltamos que essa mudança não se deu de maneira simples. Ela foi fruto de muitas inquietações, tensionamentos, noites mal dormidas e pensamentos recorrentes de desistir do mestrado, diante das contradições entre o que lemos, aprendemos e aquilo que compreendemos como uma ciência comprometida e qualificada. O medo de deixar as emoções aparecerem nestas linhas - de permitir que fizessem parte da pesquisa – vinha da ideia dominante de que a sua presença comprometeria a objetividade analítica do que escrevemos. Isso nos fez perceber o quanto o conhecimento e a forma como aprendemos a fazer uma pesquisa estão embebidos numa ciência vertical, impositiva, hierárquica, contradizendo o que escrevemos nas linhas acima.

Como não se emocionar com um tema tão delicado quanto esse? Como discuti-lo a partir de um saber estruturado na violência física, emocional, epistemológica desses grupos com os quais pretendemos dialogar? O motivo e o interesse que nos levaram a estudar as infâncias está intrinsecamente relacionado e alicerçado em nossas subjetividades, nos incômodos com a formação acadêmica, pela constituição do Estado, e pela forma como as políticas públicas são construídas para esses povos a partir das infâncias. Então toda a angústia e principalmente a felicidade de escrever sobre as crianças fazem parte deste trabalho. Deixar isso de fora seria esconder de nós e de nossos interlocutores uma dimensão fundamental desse processo de escrita: o conflito que atravessa e enlaça os saberes que aqui estão postos em disputa.

Diante desse cenário, nosso objetivo é compreender os discursos construídos em torno das indígenas crianças e infâncias produzidos por diferentes atores institucionais, incluindo o Estado, organizações internacionais e a mídia hegemônica, buscando analisar suas implicações político-culturais. Esse levantamento foi realizado em diálogo com os saberes produzidos pelas próprias comunidades indígenas, com especial atenção às categorias e perspectivas mobilizadas pelas mães, reconhecidas como principais cuidadoras das crianças e protagonistas na luta por seus direitos. Entendemos que esse processo constituirá uma base sólida para, futuramente, o desenvolvimento de uma pesquisa mais aprofundada durante o doutorado, com o devido tempo de trabalho de campo. É importante ressaltar, ainda, que reconhecemos as crianças, suas mães e as comunidades às quais pertencem como pesquisadoras e produtoras de conhecimento. Afinal, buscamos dialogar com uma realidade que não vivenciamos diretamente e da qual não fazemos parte.

A fim de construirmos esta pesquisa, estabelecemos questionamentos que nos auxiliam a pensar e estruturar sua elaboração: 1) Qual imagem, construção de indígenas infâncias/crianças é acionada pelo Estado, Organizações Internacionais e pela mídia hegemônica? Elas se relacionam? 2) De que maneira as indígenas infâncias/crianças são representadas nas pesquisas sobre os danos oriundos do garimpo/mineração? 3) Como as indígenas mães/mulheres representam, reivindicam as indígenas crianças? 4) Como os movimentos indígenas e suas lideranças produzem contra discursos ou narrativas subversivas/resistentes sobre as indígenas infâncias?

Esses questionamentos nos levam a refletir, pensar, analisar e contrastar as representações institucionais com as narrativas indígenas nos auxiliando a identificar as convergências, silenciamentos, estigmatizações ou até mesmo as disputas em torno das representações das infâncias ameríndias. Além disso, pode nos direcionar para uma reflexão crítica a respeito dos efeitos políticos, sociais e simbólicos das representações hegemônicas acerca das indígenas infâncias na formulação de políticas públicas e no imaginário social. Para tanto, analisamos o que há, também, sobre as indígenas infâncias em pesquisas como já apontado no Estado, organizações internacionais e mídia que abordam sobre o garimpo/mineração de ouro em territórios indígenas em contraste com as experiências, percepções e vozes de indígenas mães sobre a infância, o cuidado, saúde, educação e os direitos de suas crianças a partir de entrevistas com essas mulheres.

Como esta pesquisa se propõe a dialogar com as indígenas crianças e suas infâncias, consideramos importante explicar o porquê de se falar em infâncias e crianças no plural. Optamos por tratar a temática da indígena infância no plural por reconhecer as variadas formas de ser criança nas diferentes sociedades indígenas, uma vez que as culturas não são engessadas e se distinguem entre si, assim como suas infâncias. As sociedades indígenas concebem a infância de maneiras distintas daquelas predominantes na sociedade hegemônica brasileira. É justamente essa diversidade de compreensões sobre o que são as indígenas infâncias que buscamos entender, a fim de contrastá-las com as representações construídas pelos atores da sociedade dominante.

Reconhecemos, desde o início, que nossa própria noção de infância está ancorada na cultura em que fomos socializados — a sociedade branca hegemônica brasileira — e é a partir desse lugar que produzimos essa escrita. Faço questão de explicitar minha posição social: sou uma mulher branca, de classe média baixa. Ao nos referirmos às infâncias ao longo desta dissertação, partimos de uma concepção temporal própria dessa sociedade, ou seja, da

distinção entre primeira e segunda infância conforme as faixas etárias estabelecidas pelo Estado. A primeira infância abrange crianças de 0 a 6 anos de idade, a segunda infância corresponde à faixa etária de 6 a 12 anos de idade.

Embora nos orientemos pela classificação etária de infância definida pelo Estado brasileiro, alinhamos nossa perspectiva à uma concepção que reconhece as crianças como seres sociais plenos. Em outras palavras, as crianças não são adultos em miniatura (Cohn, 2005), imitando as atividades dos adultos como forma de preparo para a vida futura. Elas possuem suas próprias interpretações da sua realidade e concepções sobre o mundo em que vivem. Clarice Cohn (2000) realiza uma interessante análise sobre a infância Xikrin, destacando que, de acordo com este povo, as crianças “tudo e nada sabem”, porque tudo veem e ouvem. Pode nos parecer confuso e contraditório, mas essa maneira de representar a infância revela que as crianças Xikrin constroem suas próprias concepções da vida a partir das percepções da realidade em que vivem, da cultura que vivenciam, testemunham e participam. Elas não são coadjuvantes em suas comunidades; participam, sentem, ouvem e veem.

Ademais, como destaca Clarice Cohn (2021), é necessário observar e revisar criticamente a noção de sociedade que orienta nossas análises. Com frequência, pesquisas partem da sociedade branca ocidental como único modelo civilizatório, tomando como referência exclusiva suas formas de organização e estruturação. Os povos indígenas, contudo, não vivem suas culturas segundo os mesmos princípios que fundamentam a organização estatal ocidental. Há diferenças profundas, como a separação entre sociedade e natureza, característica do pensamento moderno ocidental. Essas distinções repercutem diretamente na maneira como as crianças são representadas e participam da vida social. Nas sociedades brancas ocidentais, é recorrente a compreensão das crianças como sujeitos incapazes ou como adultos em miniatura. Nesse sentido, concordamos com a autora quanto à importância de evidenciar tais disparidades e reconhecer a pluralidade de concepções de infância.

Conforme aponta Davi Kopenawa (2015), em *A Queda do Céu*, não há distinção ontológica entre humanos e natureza, pois os humanos constituem parte integrante dela. Essa compreensão pode ser estendida às crianças e suas infâncias, entendidas como expressões vivas de suas culturas e comunidades e, simultaneamente, como dimensões inseparáveis do mundo natural.

A análise das indígenas infâncias a partir de referenciais exclusivamente ocidentais vincula-se a processos históricos de construção do Outro (Smith, 2018) — aquele que não é

branco, europeu ou masculino —, conformando hierarquias epistêmicas e políticas. Desse modo, torna-se relevante discutir como a invasão das Américas pelo Norte Global influenciou e continua a estruturar pesquisas, análises e políticas públicas direcionadas às indígenas crianças e suas infâncias. Tal processo consolidou um aparato político, cultural, estatal e científico que passou a impor a sociedade branca ocidental como modelo universal de humanidade e sociabilidade.

Nesse horizonte interpretativo, a colonização pode ser compreendida como um regime que produziu homogeneizações e negações da alteridade, operando simultaneamente na apropriação territorial, na transformação ecológica dos ambientes e na violência dirigida aos corpos indígenas, principalmente das mulheres. A tomada de terras consideradas “vazias”, a devastação de florestas para fins comerciais e a violência física e sexual constituíram dimensões articuladas de um mesmo projeto de dominação, cujos efeitos ultrapassam o período colonial e permanecem inscritos nas formas contemporâneas de organização social e política (Ferdinand, 2022).

Esse sistema foi historicamente enraizado por meio da violência e da exploração de povos da América e da África escravizados, pela expropriação de florestas, águas e minérios, pela imposição de monoculturas e por práticas sistemáticas de morte, estupro e deslocamento forçado (Ferdinand, 2022). Dessa forma, ao abordar as representações das indígenas crianças produzidas pelo Estado, por organizações internacionais e pela mídia hegemônica, torna-se possível identificar indícios da permanência de modelos discursivos e imagéticos vinculados a essas matrizes coloniais. Ainda que reconfiguradas por novas linguagens e tecnologias, tais mediações podem continuar operando lógicas de expropriação simbólica e desumanização dirigidas aos mesmos corpos historicamente racializados.

Uma das expressões contemporâneas desse processo é o denominado neoextrativismo, que, no presente estudo, contribui para compreender a intensificação da mineração e do garimpo. Trata-se de um regime de acumulação e de uma lógica de desenvolvimento adotada por distintos governos que, de modo geral, se apoiam na exploração de elementos da natureza como estratégia para promover crescimento econômico, geração de empregos e redistribuição social (Borges, 2020; Brand et al., 2016).

Como enfatiza Antonio Bispo dos Santos (2023), a própria forma estatal moderna mantém vínculos estruturais com a colonialidade. Partimos, portanto, da perspectiva de que os

conflitos ambientais (Acsehrad, 2004) — entendidos como disputas em torno do acesso, da apropriação e da significação do mundo material e dos modos de habitar os territórios decorrentes da mineração e do garimpo atingem os grupos sociais de maneira desigual, articulando-se a marcadores como classe, raça, gênero, geração e sexualidade.

Esse modelo neoextrativista em que o garimpo e a mineração estão inseridos representam dados alarmantes na atualidade em que territórios, modos de vida materiais e simbólicos são violados por essas atividades (Basta; Vasconcellos, 2023). Houve um aumento significativo do garimpo ilegal¹ nos territórios indígenas Yanomami, territorializado em Roraima e Amazonas; Kayapó e Munduruku, territorializados no estado do Pará, durante o governo Bolsonaro (2018-2022), influenciado pelo posicionamento do ex-presidente em favor da mineração e da garimpagem na Amazônia.

Conforme destaca Philip Martin Fearnside em matéria de Oliveira para o Greenpeace (2023), a expansão desenfreada da atividade mineradora tem dificultado a definição do que caracteriza o garimpo ilegal, tradicionalmente compreendido como uma atividade “artesanal” sem uso de maquinário, em contraste com a mineração marcada pela especialização e pelo emprego de tecnologias sofisticadas. Atualmente, porém, o garimpo vem passando por um processo de especialização e tem sido majoritariamente comandado por empresários, o que torna ainda mais difusa sua caracterização.

Uma das formas de ação dos garimpeiros para a retirada dos metais presentes nos rios ocorre por meio da utilização de balsas que reviram o leito dos rios. Há outra garimpagem que possui uma escala quase industrial com retroescavadeiras que abrem crateras na mata, causando danos permanentes aos territórios sem que a regeneração seja possível. A utilização desse maquinário é a mais comum na região do Rio Tapajós (Fellet; Costa, 2019).

Os danos causados pela mineração/garimpo são inúmeros: desmatamento das florestas com a derrubada das árvores, o assoreamento² dos rios, o desvio dos cursos fluviais, o surgimento de lagos artificiais que se tornam criadouros de mosquito. Não é sem motivo que a

¹ O que configura a ilegalidade de um garimpo é a ausência de permissão para a instalação da lavra garimpeira - PLG- que é obrigatória para a execução da atividade. Além disso, há a necessidade de um licenciamento ambiental em conformidade com os limites de área de extração a serem definidos. Destacamos que a Lei n.º 7.805/1989, a partir da qual se instituiu o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), é explícita ao excluir terras indígenas das áreas passíveis de lavra no art. 23. (Oliveira, 2023).

² Acúmulo de terra, lixo, sedimentos, etc. no fundo dos rios. Esse fenômeno ocorre quando o curso d'água não possui a mata ciliar, a vegetação das margens dos rios. Sem o auxílio da vegetação natural os sedimentos vindos com as chuvas e com os ventos são direcionados para os rios. Com isso os resquícios de mercúrio da atividade garimpeira se alojam nas águas, poluindo e contaminando não só as águas, mas todas as vidas que ali vivem e que dependem dos rios para se manter e reproduzir.

malária é frequente em zonas garimpeiras na Amazônia, que não acomete apenas os garimpeiros, mas as comunidades indígenas atingidas pela atividade ilegal (Fellet; Costa, 2019). Além de todos esses danos advindos da atividade ilegal da mineração/garimpo, há outros fatores prejudiciais aos humanos e não-humanos atingidos por tais atividades, como a poluição dos rios pelo mercúrio utilizado para facilitar a aglutinação do ouro. Quando o mercúrio é despejado nos rios não há apenas a contaminação das águas, mas também dos peixes e todas as vidas que vivem nele, como aqueles que se alimentam desses animais e que bebem dessas águas (De Capitani, 2023). Além do mais, a atividade garimpeira agrava os processos violentos da extração e comercialização do ouro, o que envolve armas, prostituição e drogas (Porto; Rocha, 2022).

De acordo com Élidea Cristo (2021), há atualmente na Amazônia cerca de 4472 garimpos ilegais e é justamente na bacia do rio Tapajós, um dos afluentes do rio Amazonas, uma das regiões mais cobiçadas para a exploração garimpeira ilegal. Pinto (2023) destaca que 72,5% de toda área minerada no Brasil se concentra na Amazônia com uma expansão territorial de 134.015 hectares entre 1985 até 2020. Esses dados sobre a expansão dos garimpos tornam-se ainda mais expressivos quando Pinto (2023) apresenta números alarmantes da sobreposição ilegal de áreas mineradas em territórios indígenas, apesar da Constituição Cidadã de 1988 estabelecer que atividades de mineração e garimpo em territórios indígenas só podem ocorrer mediante consulta prévia às comunidades e deliberação no Congresso.

Porém, como Pinto (2023) afirma, “[...] não há registro histórico de ausência do Congresso para a realização de atividades de mineração em terras indígenas (p.145)”. Apesar disso, foram verificadas inúmeras sobreposições de garimpos em terras indígenas. Nas TI’s Munduruku foram constatados 21.886 hectares sobrepostos, nas TI’s Kayapó os números sobrepostos são de 82.174 hectares e nas TI’s Yanomami os números se mostram ainda mais elevados, com 3.428.629 hectares - 35,47% do território - de terras invadidas por garimpeiros (Pinto, 2023).

Inaiê Munduruku, territorializada na Terra indígena Munduruku no Alto Tapajós, relata à Élidea Cristo (2021) que a atividade garimpeira atinge os territórios de diversas formas, desmata as florestas para a instalação dos garimpos, polui os rios com a utilização de mercúrio para a limpeza do ouro e com isso os peixes que vivem nessas águas são contaminados também. Como a atividade pesqueira é uma das fontes de reprodução (i)material nas aldeias, a contaminação vem através da água e dos peixes infectados, como

aponta Inaiê Munduruku (2021): “O garimpo prejudica a nossa vida porque suja o rio. A água fica barrenta como o leite. Aqui perto da nossa aldeia passa essa água, onde a gente se banha” (Em entrevista ao Portal Lunetas, 2021).

A contaminação por mercúrio atinge todas as faixas etárias nas aldeias, mas as crianças sofrem esses impactos desde o ventre materno. Uma pesquisa realizada pela Fiocruz analisou 89 crianças entre 0 e 9 anos, sendo que 57 dessas crianças passaram por uma análise de neurodesenvolvimento e, entre elas, 9 apresentaram problemas motores nas mãos, pés e no corpo, além de apresentarem dificuldade no desenvolvimento da fala (Cristo, 2021). Esses impactos que atingem a saúde das crianças não se restringem apenas ao corpo, pois como essas crianças podem realizar suas práticas culturais em um rio contaminado? De que vão se alimentar? Além disso, os danos causados pela ação criminosa de garimpeiros e da mineração nas indígenas infâncias produz uma representação destas na sociedade hegemônica brasileira. Essas violências contribuem para a construção vitimizadora e de impotência dessas crianças como o Outro (Smith, 2018) desprovido de suas potencialidades simbólicas e materiais.

Linda Tuhiwai Smith (2018) em “Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas”, oferece contribuições teóricas fundamentais para essa pesquisa, especialmente a possibilidade de partir da colonização/invasão em 1500 para compreender o papel que a objetificação do Outro possui sobre as indígenas crianças/infâncias no Brasil. Não há como escrever criticamente sobre indígenas crianças sem discorrermos sobre a responsabilidade que a colonização possui no presente destas crianças, em suas infâncias, territórios e comunidades.

A colonização ainda estrutura as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas do Brasil, influenciando como esses povos devem ser considerados perante o Estado. Esses povos são constantemente obrigados a provar sua identidade e ancestralidade ao Estado, submetendo-se aos seus mecanismos de controle para acessar “cuidados”, “proteção”, “medicamentos” e outras garantias que a sociedade branca ocidental define como condições mínimas de humanidade, ou seja, direitos formalmente reconhecidos, porém insuficientes para assegurar autonomia, dignidade e reprodução plena de seus modos de vida, mantendo-os, na prática, à margem de uma cidadania efetiva.

Nesse sentido, a construção do Outro (Smith, 2018) pelo ocidente possui um nome, um rosto, uma identidade, um corpo que se materializa nos povos indígenas. Desta forma, a concepção de indígena infância que conhecemos é resultado de uma construção, seja ela

acadêmica ou não, estruturada de acordo com o saber branco eurocêntrico. Como a autora destaca,

[...] a pesquisa não tem sido neutra em sua coisificação do outro. A coisificação é um processo de desumanização. Com seus vínculos evidentes com o conhecimento ocidental, a pesquisa gerou uma relação particular com os povos indígenas que continua sendo problemática, (Smith, 2018, p.55).

A desumanização dos povos indígenas na sociedade brasileira manifesta-se por meio de diversos estigmas, como a associação desses grupos com a preguiça, ingenuidade, desprovidos de ciência, de higiene, de responsabilidade, (Smith, 2018). Quantas notícias sobre desnutrição infantil são veiculadas seja em noticiários na televisão, em periódicos e até mesmo em novelas e filmes? A imagem recorrente de crianças moribundas e famintas muitas das vezes é vinculada à suposta negligência de suas comunidades, atribuindo as doenças e a fome à irresponsabilidade de suas famílias. Segundo relato de Ferreira (2002) ao entrevistar o médico Rogério Tabet, do Pronto Socorro Agenor, este afirma: “[...] benzetacil é o melhor que tem para índio, porque o principal problema deles é a falta de higiene” (p.159). Esses discursos somados às representações dominantes na sociedade branca destacam o caráter de urgência de intervenções sanitárias estatais, enquanto negligenciam a discussão sobre as causas históricas que levam à mortalidade infantil por doenças evitáveis como a diarreia.

Por que tais afirmações? Chegamos até aqui por meio do levantamento bibliográfico realizado, através das falas de indígenas mães/mulheres sejam em podcasts ou em artigos que atuam numa luta política de suas crianças e infâncias, de seus territórios, que lutam pela vida e pelo direito de viverem de acordo com suas culturas, de terem o direito de ser diferente (Cristo, 2021; NEEPES, 2020; Se Essa Rua Fosse Minha, podcast, 2022). O que observamos, é que desde a invasão colonial, há uma ampla atuação de diversos profissionais que categorizam, analisam, estudam e criam a partir destas pesquisas o que vem a ser o Outro (Smith, 2018), o não branco, o não homem-hetero-europeu-patriarcal-ocidental. Há uma longa tradição de construção da identidade do outro, da subjetividade desse outro, marcada por estudos que acompanham todas as etapas de vida de povos tradicionais desde 1500. Esses estudos, financiados pelo Estado, participam ativamente na produção e legitimação de saberes sobre esses povos.

Ora, mas não é isso que esta pesquisa faz? Esperamos que não. Aqui buscamos deslocar o olhar: trata-se de observar quem observa, de analisar o que é produzido por essa hegemonia, sejam eles formulados por entidades governamentais, organismos internacionais e mídia, e de refletir criticamente sobre como esses discursos constroem, classificam e

governam as indígenas infâncias. Porém, ao mesmo tempo, é importante destacar que a pesquisa acadêmica universitária ainda ocupa o lugar de quem nomeia o problema, de quem organiza o processo e valida o conhecimento produzido. Romper com essa centralidade acadêmica é um desafio, ainda mais no mestrado. Os povos indígenas no nosso caso, em particular as crianças, são consideradas aqui como produtoras de epistemologias próprias, e não apenas como colaboradoras de um processo de investigação externa que contribui para a construção epistemológica do *Outro* (Smith, 2018).

Dessa maneira, partimos do diálogo com a perspectiva contracolonial proposta por Antônio Bispo dos Santos (2023), reconhecendo, contudo, tanto sua potência quanto seus limites no contexto desta pesquisa. Se, por um lado, as teorias decoloniais abriram fissuras fundamentais na crítica à colonialidade do saber (Quijano, 2005), elas também carregam tensões próprias, marcadas por uma produção ainda fortemente situada em instituições do Norte global, lideradas por homens brancos e, muitas vezes, distante das práticas territoriais que afirmam combater.

Por outro lado, compreendemos que o contracolonial, tal como formulado por Bispo, emerge de experiências históricas específicas de povos indígenas e quilombolas que nunca se apartaram integralmente de seus modos próprios de existência, não podendo ser simplesmente apropriado por sujeitos formados no interior da colonialidade — como é o meu caso, enquanto mulher branca inserida na universidade. Assim, mais do que reivindicar uma pesquisa contracolonial, buscamos estabelecer um diálogo crítico com essas perspectivas, traçando o caminho que desejamos seguir sem deixar de tensionar seus limites e mantendo uma reflexão constante sobre até que ponto é possível deslocar — ainda que parcialmente — uma academia cujo saber científico permanece profundamente enraizado em bases coloniais.

Como escrever, pesquisar, pensar e refletir sobre a ciência — especialmente aquela produzida pelas chamadas ciências humanas, como o pensamento crítico sociológico e antropológico — sem interrogar as condições históricas, políticas e epistêmicas de sua própria construção? Como partir desse lugar sem considerar que tais ciências estão fundamentadas em um saber colonial, em uma ciência que transformou indígenas, quilombolas, ribeirinhos e tantos outros povos em objetos de pesquisa desumanizados, “outrizados”? Essas pesquisas serviram — e continuam servindo — como fundamentação para a aplicação, criação e desenvolvimento de leis e políticas públicas.

Quem definiu o que é ser indígena criança, destacando, em mínimos detalhes, o cotidiano dessas crianças para alimentar a romantização do exotismo e, a partir dele, classificar categoricamente o que cabe na caixinha do que é tradicional ou não? Nesse sentido, ressaltamos a dificuldade de aprofundamento que a análise deste tema merece em um mestrado, tendo em vista o curto período de tempo para a elaboração da dissertação e de realização de trabalho de campo e, portanto, pouco tempo para criar relações de confiança e observar esse processo de forma qualificada. Então, o que nos propomos a realizar, devido aos entraves que foram descritos, é uma caracterização geral do tema que será aprofundada no doutorado.

Esta caracterização da pesquisa fundamenta-se na proposta metodológica elaborada por Nadera Shalhoub-Kevorkian (2010), intelectual palestina, que se propõe e se permite o “[...] envolvimento com o conhecimento, as experiências e as formas de saber das mulheres indígenas em zonas de conflito”³, (Shalhoub-Kevorkian, 2010, p.4). Shalhoub-Kervokian elabora uma "metodologia das mulheres", que busca a compreensão das experiências de mulheres em contextos de violência, ocupação e opressão. Esta metodologia envolve uma perspectiva feminista que examina a interseção entre gênero, nacionalidade, raça e classe social.

Ora, como esta metodologia é estruturada? Shalhoub-Kervokian (2010) desenvolve uma abordagem centrada na vivência e subjetividade das mulheres, reconhecendo as múltiplas formas com que experienciam e resistem às violências e outras formas de opressão. Isso é realizado por meio da coleta de histórias de vida, depoimentos e narrativas pessoais, que são fundamentais para compreender as condições de vida das mulheres em situações de conflito. Além disso, a autora destaca a importância de se contextualizar e compreender o contexto político e histórico das mulheres, analisando assim, que estas não são vítimas passivas, mas agentes de resistência dentro de um contexto de colonização e invasão. Ademais, Shalhoub-Kervokian (2010) adota uma abordagem interseccional destacando como diferentes sistemas de opressão, em particular gênero, classe, etnia e religião, se cruzam e impactam a vida das mulheres de maneira única.

Esta metodologia também enfatiza a relevância de uma pesquisa que envolva as próprias mulheres na criação e disseminação do conhecimento. Em vez de ser uma pesquisa

³ Do original: “[...] engagement with indigenous womens’ knowledge, experiences and ‘ways of knowing’ in conflict zones”. (p.3).

“sobre” as mulheres, trata-se de uma pesquisa que as inclui como protagonistas, permitindo que suas vozes e experiências sejam ouvidas e respeitadas. Em seus trabalhos, Shalhoub-Kervokian (2010) defende que a resistência das mulheres não se limita apenas à luta armada, mas, também se encontra em ações cotidianas, como o cuidado, a educação e o fortalecimento da comunidade. Para ela, a resistência feminina palestina tem múltiplas formas e se expressa de variadas maneiras. Nesse sentido, essa abordagem propõe uma metodologia crítica e transformadora, que visa não apenas entender as realidades das mulheres, mas também a questionar e desafiar as estruturas de poder que perpetuam suas opressões a gerações.

Talvez a seguinte dúvida possa surgir: por que uma metodologia das mulheres em uma pesquisa sobre crianças? Bom, conforme a literatura disponível acerca do tema (Shalhoub-Kervokian, 2010; Cristo, 2021; Se Essa Rua Fosse Minha, podcast, 2022; Paim; Furtado, 2024), são as mulheres, em sua maioria, que cuidam das crianças e que reivindicam pelos seus direitos. Nesse sentido, propomos uma confluência (Bispo, 2023) entre as metodologias das mulheres proposta por Shalhoub-Kervokian, metodologias das indígenas crianças (Cohn, 2021) e metodologias indígenas (Korap Munduruku, 2025; Daniel Munduruku, 2022; Krenak, 2018; Smith, 2018; Fernandes, 2015; Kopenawa, 2015) considerando que estas são dotadas de conhecimentos e sabedorias. Como discute a autora, é fundamental construir metodologias que partam da perspectiva daqueles que são historicamente invisibilizados, como as indígenas crianças e as indígenas mulheres, porque tomá-las como categoria basilar de análise nos permite reconhecer suas experiências coletivas e situadas de violência, marcadas por processos de militarização, extrativismo, patriarcado, racismo, entre outros.

Tais experiências são atravessadas por um colonialismo que opera como estrutura estatal, social, cultural e simbólica, que combina variadas formas de desumanização, desterritorialização, subjugação a partir de suas formas de representação de um “Outro” (Smith, 2018) constituído desde a expropriação (Shalhoub-Kervokian, 2010). Dito isso, compreendemos que a realização de uma ou duas entrevistas não serão suficientes para realizarmos com a densidade e profundidade merecidas o que Shalhoub-Kervokian nos propõe, mas que suas contribuições metodológicas nos auxiliam a compor nosso caminho epistemológico.

A partir disso, a construção metodológica desta dissertação será composta por uma revisão bibliográfica relacionada ao tema, tornando-a também nosso universo de pesquisa,

realizada nas bases de dados da SciELO (Scientific Electronic Library Online), contemplando artigos, dissertações, teses e monografias, assim como no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As categorias de análise dessa pesquisa bibliográfica se estruturam a partir das palavras-chave: Crianças/Infâncias Indígenas; Mães/Mulheres Indígenas; Representações Sociais; Garimpo; Mineração, com atenção à forma como as crianças e suas infâncias são representadas institucionalmente: Funai, ONU/UNICEF, Folha de S. Paulo. Esse levantamento bibliográfico é articulado à realização de entrevistas com indígenas mulheres que são mães e reivindicam os direitos de seus filhos/as atingidos pelas ações criminosas, sejam da mineração e do garimpo, sejam de outras formas de violência.

Nessas entrevistas, buscaremos compreender a partir da leitura de documentos de organizações de mulheres indígenas como a Associação de Mulheres Munduruku Wakoborun, como essas mulheres acionam seus discursos e representações em relação às infâncias e às crianças, bem como de que modo interpretam as representações discursivamente mobilizadas pelo Estado, por organizações internacionais e pela mídia hegemônica. Além disso, contamos também com trabalho de campo realizado no “Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios”, ocorrido entre os dias 9 e 12 de setembro de 2025, no território do povo indígena Ka’apor, em Alto Turiaçu, Maranhão, somado aos relatos, falas, artigos e matérias produzidos por indígenas mulheres Munduruku.

Ao analisarmos as representações discursivas sobre as indígenas infâncias, buscamos dialogar com a Análise de Discurso; contudo, embora Michel Pêcheux (2002) seja um dos seus principais precursores, não realizaremos aqui um aprofundamento teórico dessa abordagem. Partimos, antes, do entendimento de que os discursos produzidos e reproduzidos pelo Estado, organizações internacionais e pela mídia não são neutros, nem desinteressados, uma vez que a linguagem constitui um instrumento central na produção de imaginários e na legitimação de sentidos atravessados por relações de classes, raça e gênero e lugar (Caregnato, Mutti, 2006). Por meio desses discursos “[...] é reforçada a ideia de que o conhecimento produz relações de força e de poder [...] (Caregnato, Mutti, 2006, p.680).”

Dessa forma, entendemos que a análise dos discursos aqui propostos sobre as indígenas infâncias é fundamental para compreendermos como se constrói o imaginário social acerca dessas crianças. Isso porque é por meio dos discursos produzidos e acionados pela sociedade hegemônica que as indígenas crianças são representadas socialmente na sociedade branca hegemônica. Reconhecemos, entretanto, os desafios de desenvolver uma pesquisa em

uma instituição estruturada a partir de um saber colonial e eurocêntrico. Ainda assim, propomos pensar a Análise de Discurso desde e para o Sul, conforme defendem Muniz e Vedovato (2020), entendendo que todo enunciado parte de um lugar específico, que jamais é neutro. Esse lugar, ao falar, reproduz estereótipos, noções e imaginários sobre um Outro (Smith, 2018), forjado de modo a sustentar e perpetuar estruturas de poder coloniais (Muniz; Vedovato, 2020).

Acrescentamos também a este corpo metodológico uma ampla busca e análise de documentos, artigos e matérias no sítio eletrônico das seguintes entidades: Fundação Nacional do Índio (Funai) como a representação de uma instituição governamental voltada aos grupos indígenas; Organização das Nações Unidas (ONU)/Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), representando um organismo internacional e a Folha de S. Paulo, representando a mídia hegemônica e sendo um dos periódicos mais acessados do Brasil.

Ressaltamos os limites metodológicos de selecionarmos apenas um agente como representante de cada “setor” analisado. A representação da Funai, por exemplo, contrasta com a do Ministério da Agricultura, que expressa outras prioridades do Estado. Da mesma forma, a ONU/UNICEF difere significativamente do Banco Mundial; e um veículo como a Folha de S. Paulo se posiciona de maneira diversa em relação a outros meios de comunicação brasileiros. Desta forma essas disparidades apontam a complexidade que cada campo possui e nos apresenta a necessidade de analisarmos com o devido cuidado a leitura das representações aqui adotadas.

As análises realizadas nesses setores foram sistematizadas em tabelas compostas por cinco categorias de análise consideradas mais relevantes e recorrentes em cada ator investigado: Assistência Social, Desnutrição, Saúde, Educação, Violência e Cultura. A seleção do material foi orientada pelas seguintes palavras-chave: infância indígena, crianças indígenas e mulheres/mães indígenas. A partir dessas categorias, procedemos à depuração das matérias disponíveis em cada sítio, mediante a leitura integral de cada texto, com o objetivo de compor os quadros analíticos e, assim, observar de que maneira as infâncias indígenas são institucionalmente representadas.

Dividiremos esta dissertação da seguinte forma, no primeiro capítulo, Mapeando quem mapea: Estado, Organizações Internacionais e Mídia, discutiremos o levantamento realizado nos sítios da Funai, da ONU e da Folha de S. Paulo, com foco na forma como as infâncias indígenas são representadas e tematizadas. A análise articula os dados obtidos com a

bibliografia relacionada ao tema, de forma a evidenciar os discursos predominantes, seus silenciamentos e suas implicações políticas, epistêmicas e simbólicas, contribuindo para uma compreensão situada e crítica das representações sobre as indígenas crianças.

No segundo capítulo *Colonização, garimpo/mineração e a representação das indígenas infâncias como o Outro*, abordaremos aspectos centrais da colonização que afetaram e ainda afetam as comunidades indígenas e suas crianças, e, dessa forma discutiremos sobre a mineração/garimpo em territórios indígenas e de como as crianças são analisadas neste quadro. Ao pesquisar sobre indígenas crianças, seja em periódicos online, nos sítios governamentais, em teses, dissertações e artigos, observamos uma predominância de análises sobre o garimpo e os danos que causam às infâncias. Esses estudos costumam enfatizar com imagens e narrativas degradantes os efeitos violentos e traumáticos vividos por essas crianças, como malformações, doenças graves por conta da contaminação, da fome, das violações sexuais. Por mais que tenhamos mudado o tema deste trabalho, não há como fugir da mineração e do garimpo, porque este cenário é o que mais se destaca em todos esses atores em que estamos analisando. Dessa forma, a mineração/garimpo será a base estrutural desta pesquisa, porque mesmo quando desviamos propositalmente deste caminho ele se mostrou arraigado a todas as análises sobre as indígenas crianças/infâncias.

No terceiro capítulo, *Indígenas mulheres, indígenas mães: discursos e representações das crianças e suas infâncias*, analisaremos a perspectiva das indígenas mães/mulheres sobre as infâncias de seus povos, destacando suas concepções próprias e os sentidos atribuídos ao cuidado, à formação e ao pertencimento. Buscaremos compreender como elas percebem, contestam ou reconfiguram as representações hegemônicas da Funai, da ONU/UNICEF e da Folha de S. Paulo.

Por fim, nas conclusões finais, retomamos as principais questões desenvolvidas ao longo da dissertação, sem a pretensão de encerrar a complexidade da temática. A realidade social, afinal, não se encerra junto com este texto, ela se modifica, se altera, ela se move, se encaminha. Assim, traremos as concepções que esta pesquisa nos trouxe, os caminhos que nos orienta e os elementos que ela nos traz para pensarmos sobre/com as crianças e suas infâncias, de como elas são diversas e detentoras de sensibilidade, conhecimentos e sabedorias. As indígenas crianças, aos seus modos, também possuem suas concepções a respeito de suas realidades e culturas. Elas não estão inseridas em um contexto em que não há espaço e nem lugar para que elas sejam portadoras de suas vidas e sabedorias, elas fazem parte de suas culturas, elas as vivem.

2 MAPEANDO QUEM MAPEIA: FUNAI, ONU/UNICEF E A FOLHA DE SÃO PAULO

Quem quer ajudar a Amazônia precisa entender isso: proteger a floresta é demarcar a terra, expulsar invasores, garantir a segurança para quem cuida dela. Não existe floresta em pé sem território protegido. Não existe Amazônia viva sem os povos da Amazônia vivos dentro dela, (Alessandra Munduruku, 2025, online).

Neste capítulo, apresentamos os dados obtidos a partir de um levantamento realizado nos sítios eletrônicos da Funai, da ONU/UNICEF e do periódico Folha de S. Paulo. As buscas tiveram como objetivo identificar e analisar os discursos mobilizados por esses atores ao abordarem temas relacionados às indígenas crianças e suas infâncias, bem como as formas pelas quais estas crianças são representadas.

Para tanto, selecionamos uma organização do governo federal brasileiro (Funai), uma organização de abrangência internacional (ONU/UNICEF) e um veículo jornalístico de ampla circulação nacional, a Folha de S. Paulo, um dos periódicos mais acessados no Brasil. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: “crianças indígenas”, “infâncias indígenas” e “mães/mulheres indígenas”.

Estabelecemos o recorte temporal entre os anos de 2019 e 2025, por compreender que esse período abrange dois governos distintos. O primeiro, sob a presidência de Jair Bolsonaro (2018-2022), caracterizou-se por uma agenda liberal - autoritária que intensificou os ataques aos direitos indígenas historicamente negados e insuficientes. A noção de liberalismo autoritário foi formulada no debate jurídico-político da Alemanha pré-hitleriana, pelo jurista Hermann Heller, como o regime em que

O Estado não pratica abstinência nas políticas de subvenção aos grandes bancos, às grandes empresas industriais e às grandes explorações agrícolas, mas promove um desmantelamento autoritário da política social (Heller, 1933 apud Chamayou, 2018, p.230).

Foi durante o governo de Jair Bolsonaro que as invasões criminosas de garimpeiros em territórios indígenas na Amazônia foram intensificadas, impulsionadas pelos incentivos proferidos pelo próprio ex-presidente, por meio de seus discursos, políticas e do desmonte da legislação ambiental e indigenista. Esse processo resultou em diversos conflitos violentos, assassinatos, contaminação por mercúrio, devastação ambiental, poluição de rios e mortes de

crianças, jovens, adultos e anciões indígenas. Um exemplo emblemático desse cenário são as invasões criminosas de mais de 20 mil garimpeiros no território Yanomami ocorridas durante a gestão de Jair Bolsonaro (Sassine, 2024).

Além disso, esse governo restringiu verbas destinadas à Funai e a outros setores do Estado responsáveis pela garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Como consequência, observou-se uma piora exorbitante nas condições de vida de povos indígenas e comunidades tradicionais historicamente atacadas.

Esse contexto de violações, que já implicava o descumprimento de direitos humanos básicos, foi ainda mais agravado com a pandemia de Coronavírus (COVID-19). Durante esse período, Bolsonaro ignorou medidas de prevenção da doença, dificultou a compra de vacinas, desrespeitou o isolamento social e adotou ações divergentes das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) (Furtado, 2020). Diante dessas medidas irresponsáveis, os povos indígenas sofreram consequências gravíssimas, como altos índices de contaminação, ausência de cuidados adequados e falta de assistência médica, nutricional e sanitária básica. Não por acaso, os números de óbitos e de complicações sanitárias em territórios indígenas foram alarmantes nesse período (CIMI, 2022).

Em contraste com a gestão anterior, o governo Lula (2022–atual), considerado um governo de esquerda e que assumiu o país em meio às múltiplas consequências da política de morte instaurada anteriormente, tem demonstrado maior atenção às demandas dos povos indígenas. Essa mudança pode ser evidenciada pela criação do Ministério dos Povos Indígenas, em janeiro de 2023, presidido por Sônia Guajajara, bem como pela nomeação de Joenia Wapichana para a presidência da Funai, ambas mulheres indígenas com destaque na luta política dos seus povos. Ressaltamos, ainda, que na atual gestão o presidente petista homologou 13 territórios indígenas e declarou publicamente que pretende ser o presidente com o maior número de terras indígenas homologadas da história (Santilli, 2024).

Ainda assim, é fundamental destacar que os poucos avanços políticos conquistados pelos povos indígenas não são frutos de benesses estatais. Pelo contrário, resultam da luta histórica e contínua desses povos em defesa da vida. Um exemplo recente dessa mobilização ocorreu durante a 30ª edição da Conferência das Partes (COP 30), que foi palco da força política dos povos indígenas, em especial do povo Munduruku. Na ocasião, realizaram um protesto na entrada do palco principal do evento, reivindicando a demarcação de seus

territórios, o rompimento de megaprojetos na bacia do rio Tapajós e denunciando, inclusive, a tentativa de proibição de sua participação no evento (Bispo, 2025; Seta, 2025).

O ponto-chave dessa manifestação foi o Decreto nº 12.600/2025, que institui o Plano Nacional de Hidrovias e inclui os rios Tapajós, Madeira e Tocantins como eixos prioritários para o fluxo de cargas. Para o povo Munduruku, tal decreto representa uma “passagem da boiada”, favorecendo a expansão de portos privados, do garimpo, o derrocamento de pedrais sagrados e o avanço de empreendimentos ao longo da bacia do rio Tapajós (Bispo, 2025,; Seta, 2025).

Essas reivindicações culminaram na demarcação das Terras Indígenas Sawré Muybu e Sawré Ba’pim, do povo Munduruku, no Pará, além da promessa de análise dos danos causados pelos projetos de hidrovias nos rios amazônicos (Bispo, 2025; Seta, 2025). Após ampla mobilização de aproximadamente 2 mil indígenas e da ocupação da sede da Cargill em Santarém (PA), foi anunciada a revogação do Decreto nº 12.600/2025 pelo governo federal em 23 de fevereiro deste ano (Spezia; Loures, 2026).

Todavia, permanece a questão sobre a situação da demarcação dos territórios indígenas no país, uma vez que, apesar dos progressos recentes, mais de 100 territórios ainda aguardam demarcação. Ademais, mesmo aqueles que já possuem suas terras oficialmente demarcadas continuam sofrendo investidas criminosas, sobretudo de agentes interessados na exploração mineral (Ministério dos Povos Indígenas, 2025).

Há mudanças, mas a estrutura permanece a mesma. Como aponta Antônio Bispo dos Santos (2023), não há governo bom para um Estado ruim, pois o Estado brasileiro é estruturalmente colonialista. Seu *modus operandi* permanece colonial, tratando povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros povos tradicionais como meros destinatários de políticas assistencialistas, baseadas em uma suposta vulnerabilidade. Nesse modelo, não há o reconhecimento nem a responsabilização pelas violências históricas e contemporâneas que esses povos enfrentam, incluindo o epistemicídio e os ataques sistemáticos promovidos tanto por instituições estatais, como a atuação anti indigenista do Congresso Nacional durante a gestão de Bolsonaro quanto por agentes privados. Sem o efetivo reconhecimento do direito à terra e à autonomia cultural, esse quadro tende a se perpetuar.

É a partir desse cenário que emergem as seguintes questões: como as indígenas crianças e suas infâncias foram e são retratadas, entre 2019 e 2025, pelo Estado, pelas

organizações da sociedade civil, pela mídia e pelas ciências sociais? De que maneira as políticas governamentais do governo Bolsonaro e do atual governo Lula constroem discursivamente as representações das indígenas crianças e de suas infâncias? Considerando que as ações governamentais influenciam toda a sociedade, seja na produção acadêmica, na cobertura midiática, na formulação de políticas públicas ou na promoção de direitos, organizamos este capítulo a partir da análise de cada ator investigado. Assim, iniciaremos pela Funai, em seguida analisaremos os dados da ONU/UNICEF e, por fim, apresentaremos os dados obtidos por meio da Folha de S. Paulo.

2.1 Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Em Brasília, o presidente nunca nos ouve. Agora ele aprovou o Decreto 12.600 (um decreto presidencial que abre caminho para a construção de hidrovias em alguns rios da Amazônia). Por isso dissemos que vamos cortar o acesso à ONU agora. Outros países também são responsáveis porque comprem minerais e madeira de nossas terras. São eles que incentivam o governo brasileiro a criar leis e nos expulsar de nosso território. São eles que estão matando nosso rio e interrompendo a demarcação de terras indígenas no Brasil, (Korap Munduruku, 2019, apud. Instituto Humanitas Unisinos).

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), conhecida como Fundação Nacional do Índio até o ano de 2023, é o órgão indigenista oficial do governo brasileiro. Por este motivo, foi escolhida como representação do Estado para realizar este mapeamento. A Funai foi criada durante a Ditadura civil militar (1964-1985), através da Lei nº5.371, de cinco de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas. Antes de ser criada e nomeada como Funai, era conhecida como Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com vigência entre os anos de 1910-1967. A criação da Funai teve como um de seus objetivos superar os impasses do SPI, mas, ao longo de sua história ela os reproduziu (Povos Indígenas no Brasil, 2024).

Desde sua constituição durante o regime militar – fato que está longe de ser resultado de uma preocupação efetiva com a vida dos povos indígenas ou com a efetivação de seus direitos políticos – a Funai esteve marcada por contradições profundas entre o discurso oficial de proteção e as práticas estatais. Na realidade, o projeto militar estava orientado por uma

lógica desenvolvimentista de expansão político-econômica, especialmente direcionada à Amazônia, cuja vasta concentração de riquezas minerais, hídricas, da fauna e da flora despertava o interesse estratégico e econômico dos militares.

Nesse contexto, as políticas indigenistas foram vinculadas aos planos de defesa nacional, construção de hidrelétricas, estradas, expansão de latifúndios e a extração de minérios. Dessa forma, a Funai passou a ocupar um papel estratégico na viabilização dos projetos de ocupação e exploração da Amazônia, atuando, muitas vezes, no deslocamento de povos indígenas de áreas consideradas prioritárias para o Estado. Nesse cenário, a Funai funcionava como elo de mediação entre o Estado e os povos indígenas, ainda que sob a aparência de uma instituição voltada à promoção dos direitos desses povos (ISA, 2024).

Diante desta conjuntura João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner Berno de Almeida (1998) apresentam um importante ensaio crítico sobre a atuação da Funai, especialmente em relação às políticas e medidas implementadas pela instituição, durante o período aproximado de sessenta dias, entre os anos 1984-1985. Apesar da distância temporal entre a etnografia de Pacheco e Berno de Almeida e esta pesquisa, os autores oferecem elementos cruciais para a discussão aqui desenvolvida, uma vez que, embora tenham ocorrido mudanças históricas na estrutura da Funai, diversas questões por eles apontadas, permanecem presentes ao longo da trajetória institucional, ainda que sob diferentes contextos sociais e temporais. Os antropólogos analisam, de forma detalhada, a criação e condução dos Grupos de Trabalho responsáveis pela demarcação de terras indígenas e pelo diálogo com grupos mais distantes da sociedade civil hegemônica. Além disso, discutem o papel dos antropólogos nesses processos, criticando os critérios de seleção desses profissionais e ressaltando que muitos deles não possuem formação adequada para assumir as funções para as quais são designados.

Segundo Pacheco e Berno (1998), persiste um impasse estrutural na atuação da Funai: o corpo de plantonistas desenvolve um "aprendizado de circunstância", de difícil sistematização, mas revelador do caráter ambíguo da instituição — ora assistencial, ora repressivo; ora populista, ora disciplinador, chegando, em determinados momentos, a recorrer a poderes de polícia. Esse “movimento pendular”, nas palavras dos autores, evidencia uma lógica de atuação de “funcionários coloniais”, que buscam constantemente afirmar sua autoridade, embora tal autoridade, quando exercida apenas por persuasão, se revele ineficaz (Pacheco; Berno de Almeida, 1998, p. 86).

Ademais, os autores destacam um fator relevante para compreender o funcionamento da instituição: as políticas públicas voltadas aos povos indígenas, especialmente nas áreas de proteção territorial, saúde e educação, têm sido formuladas de forma emergencial, em resposta a situações graves e calamitosas, frequentemente desconsiderando o contexto histórico de violência colonial ao qual esses povos foram e continuam sendo submetidos. Como observam os autores:

[...] como as ações compreendidas vêm sempre justificadas como respostas urgentes a situações calamitosas, não há uma avaliação mais profunda de suas causas, nem uma crítica mais elaborada dos meios convencionais de intervenção, com um levantamento e exame das outras alternativas existentes. As soluções fornecidas validam-se, de um lado, mostrando serem melhores do que nada fazer; de outro, pela condição de escassez de tempo e de recursos para delinear sua ação (Pacheco; Berno de Almeida, 1998, p. 71).

Assim, conforme Pacheco e Berno (1998) relatam, a Funai reflete as ambiguidades históricas da política indigenista brasileira, oscilando entre ações assistencialistas, repressivas e emergenciais, sem enfrentar de forma efetiva as causas estruturais que condicionam as desigualdades e violações de direitos aos povos indígenas.

Um exemplo gritante da atuação ambígua da Funai que historicamente persiste, nos é demonstrada em uma entrevista realizada pelo programa Povos Indígenas no Brasil - herança recebida pelo Instituto Socioambiental (ISA) do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) - com o antropólogo Viveiros de Castro em 2006. Nesta entrevista, Viveiros de Castro discute sobre outra entrevista concedida ao veículo Estadão por Mércio Gomes, ex-presidente da Funai entre os anos 2003-2007. Na matéria Mércio que também é antropólogo, disse que o Supremo Tribunal Federal (STF) deveria estipular um limite para as reivindicações cada vez mais excessivas dos povos indígenas por novas terras (Povos Indígenas no Brasil, 2006).

Seria essa a postura esperada do presidente da Funai, órgão responsável pela proteção dos povos indígenas no Brasil? Apesar de avanços e conquistas alcançados por meio da instituição, sua atuação permanece marcada por uma estrutura tutelar; isto é, uma forma de dominação mediadora sustentada por um paradoxo que combina dimensões repressivas e protetivos, acionadas ora de maneira isolada, ora conjuntamente, conforme os diferentes contextos e interlocutores (Pacheco, 2014). Tal lógica configura-se como uma característica estruturante da Funai.

Nesse sentido, as críticas à atuação e à estrutura da Funai não se restringem ao campo acadêmico, mas são reiteradamente formuladas pelos próprios movimentos indígenas organizados. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), como instância nacional de articulação política dos povos indígenas, têm denunciado de forma sistemática a fragilidade estrutural da Funai, sobretudo no que diz respeito à sua capacidade de proteger os territórios indígenas frente ao avanço de interesses econômicos, à violência e à omissão estatal. Em notas públicas, relatórios e ações judiciais, a APIB aponta que a precarização orçamentária, a redução do quadro técnico e a interferência política direta nos processos administrativos comprometem a atuação da Funai como órgão indigenista, distanciando-a de sua função constitucional de proteção e promoção dos direitos indígenas (APIB, 2020; APIB, 2022).

Durante o governo de Jair Bolsonaro, essas denúncias se intensificaram. A APIB denunciou nacional e internacionalmente que a Funai foi submetida a um processo de esvaziamento institucional deliberado, marcado pela paralisação das demarcações, pela flexibilização da fiscalização territorial e pela conivência com invasões criminosas em terras indígenas, particularmente de garimpeiros. Essas denúncias foram formalizadas, inclusive, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, ajuizada no Supremo Tribunal Federal, na qual a APIB apontou a omissão do Estado brasileiro e, em particular, da Funai, como fator central para a intensificação das violações de direitos, da insegurança territorial e da exposição dos povos indígenas a situações extremas de vulnerabilidade (APIB, 2020).

As análises produzidas pelo Instituto Socioambiental (ISA) corroboram essas críticas ao evidenciar que as limitações estruturais da Funai comprometem diretamente a garantia dos direitos territoriais indígenas. De acordo com os dados sistematizados pelo ISA, a lentidão nos processos de identificação, delimitação e homologação das terras indígenas não pode ser compreendida apenas como um problema técnico, mas como resultado de escolhas políticas que atravessam a atuação da instituição. O Instituto destaca que, mesmo após avanços normativos e decisões judiciais favoráveis aos povos indígenas, a Funai permanece condicionada a um modelo estatal centralizador, que responde às crises de forma reativa e emergencial, sem enfrentar as causas estruturais das violências territoriais (Instituto Socioambiental, 2024).

É justamente à luz dessas críticas que se torna necessário reconhecer, sem idealizações, as mudanças ocorridas ao longo dos anos na estrutura da instituição. Um exemplo frequentemente citado é a reestruturação promovida durante o governo Lula, em 2009, que buscou ampliar a participação dos povos indígenas no desenvolvimento das ações da Funai. Ainda assim, tais transformações convivem com permanências institucionais que tensionam a própria representação da Funai: afinal, o que faz esse órgão e como ele se apresenta? De acordo com a descrição disponível em seu sítio oficial, a Funai “[...] é a coordenadora e principal executora da política indigenista do governo federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas do Brasil” (Brasília, 2020, online).

Nesse sentido, a instituição se define como responsável pelas pesquisas que identificam, demarcam, regularizam e registram as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, bem como pela fiscalização desses territórios. Atua, ainda, na promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e em ações direcionadas a territórios que sofreram ou sofrem danos decorrentes de intervenções externas. Compete-lhe também a articulação de políticas de seguridade social e educacional destinadas a esses povos. Entretanto, ao observar sua trajetória institucional, chama atenção o fato de que, ao longo de seus 57 anos de existência, a Funai contou com 42 presidentes — sendo 39 homens e apenas 3 mulheres —, e somente na atual gestão federal uma mulher indígena assumiu a presidência da instituição, Joenia Wapichana, em 2023 (Povos Indígenas no Brasil, 2024).

Apesar das ações contraditórias da instituição e de sua criação durante um regime ditatorial — marcado por práticas criminosas contra a população em geral, mas principalmente contra os povos indígenas —, a Funai desempenha um papel central na conquista de diversos direitos assegurados aos povos ameríndios. Esses avanços, entretanto, foram resultado de intensas lutas e resistências históricas protagonizadas pelas próprias comunidades indígenas. Dessa forma, torna-se fundamental que o mapeamento proposto por esta pesquisa — voltado à análise da representação das indígenas crianças e de suas infâncias — tenha início com a Funai, uma vez que esta é a instituição indigenista oficial do Estado brasileiro.

Assim, examinar os discursos produzidos por esse órgão acerca das indígenas infâncias significa, também, analisar o posicionamento do governo federal sobre essas

crianças. Reforçamos, porém, os limites metodológicos de analisarmos apenas uma instituição federal, ressaltando o devido cuidado nas interpretações e análises aqui desenvolvidas e que venham a surgir a partir delas, pois estas não contemplam a totalidade complexa de todas as instituições voltadas aos povos indígenas.

Dessa forma, retomamos o destaque para a atual presidente da Funai, Joênia Wapichana, que recebeu a direção de uma instituição completamente sucateada, principalmente após a presidência nefasta de Jair Bolsonaro. Conforme aponta Joenia Wapichana em entrevista concedida ao veículo Nexo Jornal em 2023,

Assumir a Funai como um órgão indigenista federal que esteve parado há muitos anos é uma missão desafiadora, pois sequer os povos indígenas entravam naquele ambiente. Então, pouco se tinha uma realização de sua missão institucional, não se cumpria a obrigação de demarcar e proteger terras indígenas. Existia uma má vontade política por causa do governo [do ex-presidente Bolsonaro] que foi um governo anti-indígena, que deixou desmantelado, sucateado por muitos anos. Sem ter qualquer investimento tanto para realizar a sua obrigação institucional, como para atender os povos indígenas, defender políticas públicas e fazer o papel de demarcar, mas também seu investimento em seu corpo técnico de seus servidores, do seu quadro, que é justamente quem faz acontecer lá na ponta (Joenia Wapichana, 2023, apud. Susui, online).

O pronunciamento de Joênia Wapichana nos permite identificar elementos centrais para a análise da estrutura política da Funai, na medida em que a operacionalização de suas ações expressa escolhas políticas do governo federal. Portanto, nos questionamos: de que maneira uma instituição concebida para a promoção e a defesa dos direitos dos povos indígenas tornou-se, por um período significativo, um espaço institucional do qual esses sujeitos estavam excluídos? A nomeação de Joênia Wapichana para a presidência da Funai constitui, nesse sentido, um marco histórico. Conforme analisa Davi Kopenawa em *A Queda do Céu* (Kopenawa; Albert, 2015), lideranças indígenas que passam a ocupar posições estratégicas em instituições estatais historicamente marcadas por práticas colonialistas tensionam essas estruturas, transformando-as em espaços de disputa política, resistência e reconfiguração institucional. Tal inserção contribui para deslocar narrativas hegemônicas, possibilitando o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos históricos e políticos, detentores de saberes e conhecimentos próprios, materiais e simbólicos, e reafirmando sua presença anterior ao processo de colonização, apesar das recorrentes violações sofridas ao longo da formação do Estado brasileiro.

Para tanto, a fim de realizar o mapeamento, buscamos no sítio da Funai notícias, artigos, informações de como as indígenas crianças são representadas por esta instituição. As perguntas que nos guiaram para a escolha dos dados e para realizar as buscas foram: Como as

indígenas crianças são representadas pelas Funai? Quais os assuntos e temas que mais se destacam no que diz respeito às indígenas infâncias?

Para compor um quadro estratégico deste mapeamento partimos das seguintes palavras-chave: infância indígena; crianças indígenas; mulheres/mães indígenas. E a partir destas palavras-chave encontramos 706 notícias no sítio da Funai (BRASIL, s/d). A primeira notícia do sítio data do dia 01/01/1970 e a última do dia 31/05/2025. Porém a fim de uma análise mais detalhada e respeitando o limite de tempo para a elaboração desta pesquisa, optamos como já mencionado, realizar um período temporal de análise entre os anos de 2025 até 2019, sendo que a última notícia encontrada no site da Funai sobre indígenas crianças foi no ano de 2022.

Tabela 01: Representação das indígenas crianças na FUNAI

Categoria analítica	Representação da criança/infância	Construção narrativa	Argumentos principais	Etnias
Assistência social	Crianças retratadas como vulneráveis, dependentes de auxílio estatal devido à precariedade nos territórios.	Ênfase na vulnerabilidade das crianças e necessidade de apoio externo.	Projetos sociais como solução para fome, saúde e educação.	Enawenê Nawê, Xavante, Umutina, Potiguara, Gavião, Arara.
Desnutrição	Crianças abaixo do peso, com carências vitamínicas.	Ênfase emocional: “significam a vida, a esperança”.	Garimpo como causa da insegurança alimentar.	Yanomami, Ye’kwana.
Saúde	Crianças contaminadas por mercúrio; adoecidas por causas evitáveis.	Estado e Funai como agentes necessários frente à crise.	Impactos do garimpo; 99 mortes infantis em 2022 pela ação garimpeira.	Yanomami, Ye’kwana
Violência	Crianças vítimas de abusos, genocídio por meio do garimpo ilegal.	Funai como agente protetivo; denúncia de internatos ilegais.	Ações do Estado e uso do 18 de maio como marco em defesa da vida de crianças e adolescentes.	Yanomami, Ye’kwana, Xavante, Tariano, Tukano.
Educação	Curiosas; espertas; com boa interação em relação aos espaços urbanos.	Diagnóstico do Relatório de educação entregue pelo TCERR; visita ao parque.	Projeto como defesa ao direito à educação.	Macuxi, Wapichana, Sabará, Taurepang, Yanomami, Ye’kwana.
Cultura	Crianças felizes e detentoras de saberes.	Vivência de jogos como o <i>cabeçabol</i> .	Esporte como meio de expressão e aprendizagem cultural.	Haliti-Paresi.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com as palavras-chaves de busca estabelecidas chegamos a 14 notícias e a partir delas dividimos as categorias que mais se destacam e na forma como as indígenas crianças são representadas pela Funai. Os temas mais destacados nestas notícias foram: Assistência Social com cinco notícias; Desnutrição com uma notícia; Saúde com três notícias; Educação com duas notícias; Violência com cinco notícias e Cultura com uma notícia. A partir deste quantitativo elaboramos a tabela acima que nos mostra cada categoria analítica com suas representações sobre as crianças e suas infâncias, além da construção narrativa e dos argumentos que mais se destacaram em cada item, contando também com as etnias à que cada matéria se refere.

Com esta tabela, podemos observar que mais da metade das notícias encontradas no site da Funai representa as indígenas crianças e suas infâncias como vulneráveis, doentes, contaminadas e desnutridas. Em apenas duas matérias, as indígenas crianças aparecem representadas como detentoras de conhecimentos e saberes.

Quando atentamos nossa análise para a construção narrativa da instituição indigenista, observamos que o Estado, por meio da Funai, é apresentado como imprescindível para a melhora das condições de vida das indígenas crianças e de suas comunidades. Os principais argumentos utilizados pelo órgão direcionam-se para a urgência de medidas políticas tomadas pelo governo como forma de sanar as graves crises nos territórios indígenas que afetam diretamente a vida dessas crianças.

Entre essas crises, destacam-se as invasões de garimpeiros em território Yanomami, no estado de Roraima, fato recorrente nas notícias analisadas, sobretudo durante a gestão de Jair Bolsonaro na presidência do país — período no qual houve uma série de incentivos, por parte do ex-presidente, à invasão de territórios indígenas por garimpeiros e mineradoras. As etnias mais evocadas nas notícias são Yanomami e Ye'kwana.

A seguir, apresentaremos os dados obtidos a partir das buscas realizadas no sítio da ONU/UNICEF.

2.2 Organização Nacional das Nações Unidas / Fundo das Nações Unidas para a Infância

Os brancos usam a Bíblia, as religiões. Se você fere a Bíblia, eles sentem que você está ferindo seus corpos, certo? Você está ferindo seu espírito. Porque não podemos dizer que o rio e a selva fazem parte de nossos corpos? Se um padre é ferido, os brancos ficam indignados. Se você rasga a Bíblia, eles se sentem ofendidos. Por que o rio não pode ser o nosso deus? Os brancos não entendem que o rio é corpo, é território, é natureza (Alessandra Munduruku 2025, pud. Instituto Humanitas Unisinos, 2025).

A ONU é uma organização internacional criada em 24 de outubro de 1945, em meio aos escombros da Segunda Guerra Mundial. Segundo informações obtidas no sítio da instituição, sua criação aconteceu de forma voluntária pelos países que buscavam trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento do mundo (ONU, s/d). Ao todo, 193 países compõem a organização. A ONU opera por meio de seis órgãos principais, quais sejam: Conselho de Segurança; Conselho Econômico e Social; Conselho de Tutela; Corte Internacional de Justiça e Secretariado. Apesar de ser uma organização internacional entre vários países como apontado, a ONU possui seis idiomas oficiais, inglês, francês, espanhol, chinês, russo e árabe.

A formulação da ONU como espaço multilateral voltado à paz e ao desenvolvimento, entretanto, pode ser analisada para além de sua narrativa institucional. Como demonstram estudos sobre a história e as práticas das organizações internacionais, tais instituições não emergem como instâncias neutras de coordenação, mas como parte de uma reconfiguração da ordem internacional no pós-guerra, profundamente vinculada à consolidação de determinados projetos políticos e econômicos (Silva, 2014). Nesse sentido, a noção de “desenvolvimento” que passa a estruturar a atuação da ONU deve ser compreendida como uma construção discursiva historicamente situada, associada à expansão do capitalismo internacional e à reorganização das hierarquias globais após 1945.

A institucionalização do desenvolvimento como horizonte universal foi acompanhada pela criação de métricas, indicadores e classificações que passaram a posicionar os países do Sul global em escalas de atraso, carência e insuficiência. Conforme discutido por Seixas (2008), o desenvolvimento opera como um regime discursivo que produz sujeitos e territórios não-europeus como “subdesenvolvidos”, legitimando intervenções técnicas, financeiras e administrativas. Tal lógica insere Estados periféricos em circuitos de dependência normativa e

econômica, ao mesmo tempo em que naturaliza uma trajetória única de modernização inspirada em experiências eurocêtricas.

Aqui no Brasil, a ONU trabalha por meio de 24 agências especializadas, fundos e programas guiados pelo Marco da Cooperação 2023-2027. Ademais, a organização possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil definidos como “[...] um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade (ONU, online)”. Desta forma, escolhemos esta organização para compor o mapeamento sobre as representações das indígenas crianças e suas infâncias, porque a ONU representa uma instituição política influente e promotora de diversos projetos, interferindo nas gestões governamentais dos países que a compõem.

Os ODS, embora apresentados como consensos globais, também podem ser lidos como dispositivos de governança que organizam prioridades políticas nacionais segundo parâmetros definidos em instâncias multilaterais. A incorporação dessas metas aos planejamentos internos dos países evidencia a força normativa das organizações internacionais na formulação de políticas públicas, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. Como argumenta Silva (2014), as organizações internacionais atuam como produtoras de normas e práticas que moldam agendas domésticas, frequentemente articulando cooperação técnica, financiamento e monitoramento.

Essa dinâmica é particularmente sensível no Sul global, onde a adoção de agendas multilaterais muitas vezes se articula a condicionalidades financeiras e a programas de ajuste econômico conduzidos em parceria com instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que possuem práticas vinculadas à reprodução do capitalismo. Destacamos, assim, a influência estatal que a organização possui, especialmente no que diz respeito à promoção de direitos das indígenas infâncias. Por meio de suas ações, há uma internacionalização de questões como a desnutrição e violências que são veiculados de forma a compor medidas de assistências básicas, de melhorias das condições atenuantes que estas crianças e suas comunidades vivem. Porém, ressaltamos também o papel desempenhado pela ONU em relação às práticas de descolonização - num sentido de extermínio das colônias e não como uma prática de enfrentamento à colonialidade - em que atuou na década de 1960 e que até hoje predominam em países da América Latina e da África. Como Federici (2019, p.241) discute:

[...] uma vez como foi demonstrado que a luta anticolonial não poderia ser derrotada, a ONU abraçou a causa, encabeçando esse movimento ao se declarar como defensora dos colonizados e direcionando o processo de descolonização para um formato compatível com uma oportunidade com os planos do capitalismo internacional, principalmente o dos Estados Unidos, que viam a descolonização como uma oportunidade para a criação de um mercado global livre das barreiras que os impérios coloniais colocavam à circulação internacional do capital e das mercadorias.

Assim, o desenvolvimento, longe de ser um horizonte neutro, insere-se em disputas geopolíticas e econômicas que reconfiguram a soberania e as prioridades dos Estados periféricos. A partir dessa leitura, torna-se possível aprofundar a crítica ao universalismo institucional que atravessa o sistema internacional. A ONU e suas agências difundem categorias aparentemente universais como desenvolvimento, direitos humanos e proteção integral que se apresentam como consensos morais globais. Contudo, tais categorias emergem de contextos históricos e epistemológicos específicos e carregam pressupostos sobre Estado, família, infância e progresso. Conforme discutido por Seixas (2008), o universalismo do desenvolvimento frequentemente oculta as assimetrias de poder que estruturam sua própria formulação, produzindo hierarquias entre saberes considerados técnicos e científicos e conhecimentos locais frequentemente deslegitimados.

No âmbito específico do UNICEF, essa dimensão torna-se ainda mais evidente. Criado em 1946 para responder às necessidades emergenciais de crianças no pós-guerra, o Fundo das Nações Unidas para a Infância ampliou progressivamente seu mandato, consolidando-se como ator central na formulação de políticas globais de infância. Contudo, como demonstram Lemos et al. (2018), sua atuação no Brasil pode ser compreendida como parte de um dispositivo de poder que produz e difunde modos específicos de gestão da infância e da família. Por meio de relatórios, indicadores e programas, o UNICEF contribui para a constituição de regimes normativos que orientam políticas públicas e práticas institucionais.

Assim, a promoção dos direitos da criança não se limita à garantia de proteção contra violações, mas envolve a disseminação de regimes específicos de conhecimento, e portanto, de cuidado, desenvolvimento e socialização. Lemos et al. (2018) argumentam que tais intervenções operam no registro da governamentalidade, produzindo modelos impositivos sobre o que constitui uma infância adequada, uma família funcional e um ambiente protetivo. Ao serem incorporadas às políticas nacionais, essas determinações podem reforçar padrões normativos que nem sempre dialogam com a diversidade sociocultural existente, especialmente em contextos indígenas.

Desta maneira, analisar como a ONU/UNICEF representam as indígenas crianças e suas infâncias permite compreender como os discursos acionados em relação a essas crianças são construídos no âmbito internacional. Essa análise também revela como se desenvolvem políticas públicas direcionadas para esta camada da sociedade, quais países se envolvem em sua formulação, e principalmente o papel do mercado internacional nesta agenda.

Ao tensionar a universalização das concepções de infância difundidas por agências multilaterais, evidencia-se que tais formulações frequentemente se baseiam em paradigmas ocidentais de desenvolvimento infantil, escolarização e proteção social. Quando aplicadas a contextos indígenas, essas concepções podem invisibilizar formas próprias de organização comunitária, aprendizagem intergeracional e cosmologias de cuidado. Assim, as representações internacionais das indígenas infâncias como prioritariamente vulnerável e carente podem reforçar lógicas de intervenção que reproduzem hierarquias epistemológicas, nas quais saberes tradicionais são subordinados a modelos técnico-científicos legitimados globalmente.

Desse modo, a análise crítica da ONU e do UNICEF permite questionar a suposta neutralidade das organizações internacionais, evidenciando que suas intervenções se inserem em disputas políticas, econômicas e epistemológicas. O desenvolvimento, longe de constituir um ideal universal incontestável, revela-se como um campo de poder no qual se definem prioridades, se produzem classificações e se estabelecem regimes de verdade sobre povos e territórios. Reconhecer essas dimensões é fundamental para compreender os efeitos concretos das agendas multilaterais sobre o Sul global e para problematizar as representações das indígenas crianças no interior da governança internacional.

Para tanto, abaixo apresentamos a tabela elaborada a partir das buscas realizadas no sítio da ONU/UNICEF através das palavras-chave: infância indígena; crianças indígenas; mulheres/mães indígenas, que obteve como resultado 808 notícias. Desta maneira, encontramos do período de 2019 até 2025, nove notícias.

Tabela 02: Representação das indígenas crianças na ONU/UNICEF

Categoria Analítica	Representação da criança/infância	Construção Narrativa	Argumentos principais	Etnias
Assistência Social	Crianças felizes, mas carentes de saúde, alimentação e outros direitos básicos.	Relato sobre projetos idealizados pela UNICEF para acesso à água potável e direitos básicos.	Projetos fundamentais para garantia de direitos e cuidados às crianças.	Kayapó; Ticuna.
Desnutrição	Crianças abaixo do peso, com deficiências nutricionais.	Ênfase emocional: crianças como símbolo de vida e esperança.	Desnutrição crônica e aguda grave entre crianças Yanomami (81,2% com baixa estatura; 48,5% com baixo peso; 67,8% anêmicas). Garimpo é apontado como causa principal da insegurança alimentar.	Yanomami, Ye'kwana
Saúde	Crianças adoecidas por causas evitáveis, contaminadas por mercúrio.	Relato da “Semana do Bebê Indígena” e de outros projetos, com realização de exames promovida por UNICEF e outros órgãos de saúde.	Projetos visam garantir os direitos básicos à saúde e cuidados médicos essenciais às crianças indígenas.	Kayapó, Ticuna
Violência	Crianças vítimas de abusos, estupro e assassinatos cometidos por garimpeiros ilegais.	Casos graves de violência relatados pelo UNICEF, como o assassinato de uma menina de 12 anos e o desaparecimento de uma criança de 3 anos na comunidade Arakaá (TI Yanomami). Também há registros de mortes de crianças em rios alterados por dragas.	Defesa da ação da Polícia Federal e estudos para mapear os principais fatores que afastam as crianças do convívio familiar. UNICEF cobra celeridade nas investigações.	Yanomami, Ye'kwana.
Cultura	Crianças como detentoras de sabedorias e técnicas tradicionais.	Descrição de momentos de partilha cultural entre crianças indígenas, destacando seus saberes, brincadeiras e visões sobre a floresta e o futuro.	Proteger o clima é preservar os territórios, os saberes e as próprias crianças indígenas.	Diversas etnias (não especificadas).

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela apresentada, identificamos cinco categorias principais de análise: assistência social, com duas notícias; desnutrição, com duas notícias; saúde, com uma notícia; violência, com quatro notícias; e cultura, com uma notícia. No interior dessas categorias, as indígenas crianças são representadas, majoritariamente, como desnutridas e doentes, frequentemente associadas à contaminação por mercúrio em territórios marcados pela presença do garimpo ilegal. Além disso, a maior parte das notícias as representa como vítimas de violências, sobretudo em decorrência da atuação de garimpeiros.

Destaca-se que há apenas uma notícia que aborda os conhecimentos e as sabedorias dessas crianças, apresentando-as sem o apelo à violência e sem a recorrência dos estigmas da fome e da miséria, o que evidencia a baixa incidência de narrativas que reconheçam outras dimensões de suas infâncias.

A construção narrativa das notícias analisadas é direcionada ao UNICEF como instituição responsável pela promoção de ações de assistência básica voltadas a essas crianças e às suas comunidades, como o acesso à água, à saúde e à alimentação. Os argumentos mais recorrentes enfatizam as violações sofridas pelas crianças, de modo que as ações apresentadas configuram-se, sobretudo, como respostas de atenuação imediata às graves crises enfrentadas nos territórios em que vivem, sem que as causas históricas dessas violações sejam problematizadas, como o papel da colonização na constituição das desigualdades que atravessam as comunidades indígenas no Brasil, assim como a estrutura do garimpo ilegal de ouro, o qual é comercializado internacionalmente.

As etnias mais representadas nas notícias publicadas pela ONU/UNICEF são Kayapó, Ticuna, Yanomami e Ye'kwana. No subcapítulo seguinte, voltaremos nossa análise para as representações das indígenas infâncias no sítio da Folha de S. Paulo, buscando compreender de que maneira o jornal constrói narrativas sobre essas crianças e quais continuidades e rupturas podem ser identificadas em relação às representações produzidas por organismos institucionais.

2.3 Folha de S. Paulo

Pra gente tá tudo interligado. O rio também tem esse poder que nos ajuda nessa criação e proteção das crianças. Então, a água acaba sendo uma mãe também para gente! (Francy Baniwa in Do Colo da Terra, 2025).

A *Folha de S. Paulo* é considerado um dos periódicos de maior relevância e circulação no Brasil, disputando a liderança de público com o jornal *O Globo*. Conforme aponta Julia Gumieri (Memorial da Resistência, s.d), o periódico, fundado em 1921, reconheceu publicamente, em 2011, sua colaboração editorial com a ditadura civil-militar, marcada por críticas escassas e pontuais ao regime. Ainda segundo a autora, em 1969, a Folha passou a colaborar de maneira mais direta com os militares ao permitir a atuação de jornalistas, muitos deles policiais militares, que produziram matérias alinhadas ao discurso repressivo do Estado, exaltando operações violentas e práticas sistemáticas de violação dos direitos humanos levadas a cabo pelo regime (Memorial da Resistência, s.d.).

Desta forma, torna-se relevante trazermos a análise acerca da representação das indígenas crianças/infâncias de um jornal com tamanha relevância política para o Estado. Além disso, os veículos de notícias são responsáveis por informar à sociedade sobre os mais vastos temas e acontecimentos do país, formando opiniões e trazendo com isso posicionamentos ideológicos e políticos em suas construções discursivas que afetam a sociedade como um todo.

Como apontam Da Motta e Oliveira (2015), os periódicos são um instrumento de representação social, pois a elaboração de suas formas de pensar contribuem para a transformação destas ideias em ação sobre as mais variadas temáticas. Pois,

as representações sociais têm a capacidade não só de expressarem maneiras de compreender a realidade como também, por isso mesmo, de atuar sobre ela, orientando as condutas individuais a partir de máximas socialmente sedimentadas, fazendo-se realidade e demonstrando a solidariedade entre o fenômeno e sua representação [...], (Da Motta; Oliveira, 2015, p.5).

Obviamente, não pretendemos esboçar por meio de apenas um veículo jornalístico, toda a complexidade que a análise de discurso de periódicos enseja, porém as reflexões aqui trazidas compõem o posicionamento de um jornal com alta popularidade e influência no

Brasil. Desta forma, contribuem para analisarmos material e simbolicamente os efeitos sociais das representações sobre as indígenas crianças e suas infâncias na sociedade brasileira.

Assim, a centralidade dos meios de comunicação na produção de sentidos sociais pode ser compreendida a partir de abordagens críticas que concebem a mídia como espaço privilegiado de disputa simbólica e política. Nesse horizonte, Macedo (2002) argumenta que a comunicação não deve ser interpretada apenas como canal de transmissão de informações, mas como prática social que organiza percepções, delimita agendas e legitima determinadas interpretações da realidade. A mídia, portanto, participa da constituição de regimes de visibilidade que definem quais sujeitos, acontecimentos e problemáticas adquirem reconhecimento público, ao mesmo tempo em que outros permanecem marginalizados ou enquadrados sob perspectivas restritivas, configurando processos seletivos de visibilidade e reconhecimento social (Macedo, 2002).

Essa compreensão aproxima-se das contribuições da análise de discurso de matriz crítica, particularmente das formulações de Fairclough (2001), que destacam a produção jornalística como campo atravessado por relações de poder, condições institucionais e formações ideológicas. Nessa perspectiva, os textos midiáticos não apenas relatam acontecimentos, mas constroem enquadramentos interpretativos que organizam a inteligibilidade social dos fatos, produzindo efeitos de naturalização e legitimação de determinadas leituras da realidade. Dessa forma, a análise de matérias jornalísticas sobre povos indígenas e, especificamente, sobre as indígenas crianças permite identificar como categorias como vulnerabilidade, atraso, assistência e risco são mobilizadas para produzir determinadas imagens públicas desses sujeitos, contribuindo para a sedimentação de regimes interpretativos que naturalizam desigualdades e representações pejorativas (Fairclough, 2001; Macedo, 2002).

No caso da Folha de S. Paulo, sua posição como veículo de ampla circulação e referência na esfera pública nacional potencializa os efeitos dessas construções discursivas. Estudos sobre o campo jornalístico brasileiro indicam que veículos de grande circulação operam como atores centrais na mediação do debate público, articulando interesses econômicos, rotinas produtivas e relações com fontes institucionais que influenciam a definição das agendas noticiosas e dos enquadramentos predominantes (Miguel; Biroli, 2010; Traquina, 2012). Dessa forma, analisar o tratamento conferido às questões indígenas no jornal implica considerar não apenas conteúdos específicos, mas também rotinas produtivas,

critérios de noticiabilidade e relações com fontes institucionais que orientam a cobertura e participam da construção pública dos acontecimentos (Traquina, 2012).

No campo das representações de povos indígenas, pesquisadores e intelectuais indígenas têm reiteradamente apontado que a mídia hegemônica brasileira tende a privilegiar enquadramentos episódicos e problematizantes, frequentemente associados a conflitos territoriais, crises sanitárias ou situações de violência, reproduzindo padrões de visibilidade marcados pela excepcionalização e pela centralidade do conflito (Baniwa, 2006; Miguel; Biroli, 2010). Tal padrão contribui para a consolidação de imagens públicas que enfatizam precariedade e excepcionalidade, em detrimento da diversidade sociocultural, das formas próprias de organização política e das experiências cotidianas desses povos (Baniwa, 2006).

Ao mesmo tempo, lideranças como Ailton Krenak (2019) e intelectuais indígenas como Gersem Baniwa (2006) têm destacado a importância da produção comunicacional autônoma por meio de coletivos, mídias comunitárias e plataformas digitais como estratégia de contraposição a narrativas externas e de afirmação de perspectivas próprias, ampliando as possibilidades de auto-representação e disputa simbólica no espaço público.

Entretanto, a recorrente visibilização midiática de violações que atingem indígenas infâncias, quando dissociada da problematização das estruturas históricas, políticas e econômicas que as produzem, tende a operar em chave assistencial e emergencial. Conforme discutem abordagens críticas da comunicação e da representação social, a ênfase em acontecimentos dramáticos sem contextualização estrutural pode reforçar processos de estigmatização e individualização de problemas socialmente produzidos, deslocando o debate das determinações históricas e institucionais das desigualdades (Fairclough, 2001; Miguel; Biroli, 2010).

Ao privilegiar acontecimentos de crise sem contextualizar processos de expropriação territorial, precarização de políticas públicas e racismo estrutural, a cobertura jornalística pode reiterar representações que posicionam indígenas crianças predominantemente como vítimas, obscurecendo sua inserção em coletividades com projetos políticos, cosmologias e formas próprias de cuidado e socialização (Baniwa, 2006; Krenak, 2019). Desse modo, a circulação de dados e notícias sobre violações, embora relevante para a denúncia pública, pode simultaneamente contribuir para a reprodução de imaginários de carência e excepcionalidade,

legitimando respostas imediatistas que não enfrentam as determinações estruturais das desigualdades (Fairclough, 2001).

Nesse sentido, a articulação entre mídia hegemônica e povos indígenas pode ser compreendida como espaço de tensão discursiva, no qual se confrontam enquadramentos institucionais e auto-representações indígenas. A análise das matérias da Folha de S. Paulo sobre indígenas crianças e suas infâncias permite, portanto, observar como essas disputas se materializam textualmente, revelando tanto a persistência de categorias historicamente sedimentadas quanto a emergência de vozes indígenas que contestam tais representações (Fairclough, 2001; Baniwa, 2006). Ao integrar essa dimensão à investigação proposta, amplia-se a compreensão sobre os efeitos sociais e políticos das narrativas midiáticas, evidenciando o papel dos meios de comunicação na produção de sentidos sobre infância, alteridade e pertencimento no contexto brasileiro.

Para tanto, abaixo apresentamos a tabela com os dados obtidos das buscas realizadas no sítio da Folha de S. Paulo.

Tabela 03: Representação das indígenas crianças na Folha de S. Paulo

Categoria Analítica	Representação da criança/infância	Construção Narrativa	Argumentos principais	Etnias
Assistência Social	Crianças felizes, mas carentes de saúde, alimentação e outros direitos básicos.	Relato sobre projetos idealizados pela UNICEF para acesso à água potável e direitos básicos.	Projetos fundamentais para a garantia de direitos e cuidados às crianças.	Kayapó, Ticuna.
Desnutrição	Crianças abaixo do peso, com deficiências nutricionais.	Ênfase emocional: crianças como símbolo de vida e esperança.	Desnutrição crônica e aguda grave entre crianças Yanomami (81,2% com baixa estatura; 48,5% com baixo peso; 67,8% anêmicas). Garimpo é apontado como causa principal da insegurança alimentar.	Yanomami, Ye'kwana, Xavante

Saúde	Crianças adoecidas por causas evitáveis, contaminadas por mercúrio.	Relato da “Semana do Bebê Indígena” e de outros projetos, com realização de exames promovida pela UNICEF e outros órgãos de saúde.	Projetos visam garantir os direitos básicos à saúde e cuidados médicos essenciais às crianças indígenas.	Kayapó, Ticuna, Yanomami, Munduruku, Apiaká, Mebengokré
Violência	Crianças vítimas de abusos, estupros e assassinatos cometidos por garimpeiros ilegais.	Casos graves de violência relatados pelo UNICEF, como o assassinato de uma menina de 12 anos e o desaparecimento de uma criança de 3 anos na comunidade Arakaçá (TI Yanomami). Também há registros de mortes de crianças em rios alterados por dragas.	Defesa da ação da Polícia Federal e estudos para mapear os principais fatores que afastam as crianças do convívio familiar. UNICEF cobra celeridade nas investigações.	Yanomami, Ye'kwana, Xavante
Cultura	Crianças como detentoras de sabedorias e técnicas tradicionais.	Descrição de momentos de partilha cultural entre crianças indígenas, destacando seus saberes, brincadeiras e visões sobre a floresta e o futuro.	Proteger o clima é preservar os territórios, os saberes e as próprias crianças indígenas.	Kulina, Wajãpi, Witoto

Fonte: Elaboração da autora.

Conforme apontado na formulação das tabelas anteriores, para a elaboração da tabela relativa aos dados de pesquisa no sítio da Folha de S. Paulo contamos com as palavras-chave: infância indígena; crianças indígenas; mulheres/mães indígenas. A partir dessas palavras-chave encontramos 1742 notícias entre os anos de 2019-2025.

Dentro deste escopo de notícias contamos com a depuração analítica de 27 matérias, e a partir delas dividiremos as categorias que mais se destacam e na forma como as indígenas crianças/infâncias são representadas pela Folha de S. Paulo. De acordo com a tabela acima os temas mais destacados nestas notícias foram: Assistência Social com uma notícia; Desnutrição com 4 notícias; Saúde com nove notícias; Educação com uma notícia; Violência com 12 notícias e Cultura com uma notícia. Destacamos que em uma notícia encontramos

mais de uma categoria de análise, de forma que uma mesma matéria pode ser alocada em dois eixos da tabela.

Como podemos observar, as indígenas crianças e suas infâncias são majoritariamente representadas como doentes, desnutridas e violentadas em boa parte das notícias analisadas. Além disso, há um grande número de matérias voltadas às invasões criminosas de mais de 20 mil garimpeiros em território Yanomami. Quando as notícias se voltam especificamente para as infâncias, as narrativas concentram-se nas formas mais perversas e violentas de atuação desses garimpeiros.

Ressaltamos que, entre as vinte e sete notícias analisadas, apenas duas são voltadas à cultura e à educação das indígenas crianças. Suas formas de saber, bem como suas tecnologias simbólicas e materiais, são sistematicamente deixadas de lado para dar lugar a uma representação midiática centrada no terror. Mais uma vez, enfatizamos que não se trata de negar as violações dos direitos mais básicos das indígenas infâncias, mas de propormos um deslocamento do olhar, de modo a considerar essas crianças sob outra lente, que incorpore suas sabedorias, seus modos de vida e suas formas de existência, pois elas vivem e resistem apesar de tantas violências.

As indígenas crianças não são apenas corpos adoecidos pela malária ou pela contaminação por mercúrio. Embora essas atrocidades devam, necessariamente, integrar o debate público, é fundamental que sejam analisadas à luz do papel histórico desempenhado pelo Estado, responsável pela perpetuação de práticas coloniais que ainda hoje são responsáveis pela permanência das violações à essas infâncias. Negar ou silenciar as representações simbólicas das indígenas crianças constitui, também, uma forma de violação.

Conforme aponta o cacique Aikyry Wajãpi, presidente da Associação Indígena Wajãpi (AIW), em entrevista à Folha de S. Paulo (Abreu, 2024), a demarcação territorial é intrínseca à sobrevivência e à vida não apenas das crianças, mas dos povos indígenas como um todo. O cacique destaca, inclusive, que o nascimento de novas crianças sempre foi uma estratégia de manutenção das futuras gerações. Contudo, para que essa continuidade seja possível, é imprescindível que os territórios sejam devidamente demarcados e respeitados.

A fala de Aikyry Wajãpi evidencia um outro regime de representação das indígenas infâncias: um campo de potência, sustentado por tecnologias ancestrais, materiais e simbólicas. Tal perspectiva nos conduz à compreensão de que as crianças, mesmo em suas

tenras idades, são portadoras de saberes fundamentais para a reprodução da vida, da cultura e da coletividade. Nesse sentido, a demarcação dos territórios se apresenta como elemento central e indissociável das políticas públicas estatais voltadas às indígenas crianças.

Na próxima seção, discutiremos os aspectos, interpretações e reivindicações das indígenas mães e mulheres em relação às infâncias.

3 COLONIZAÇÃO, GARIMPO/MINERAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DAS INDÍGENAS INFÂNCIAS COMO O OUTRO

O rio é a mãe dos peixes. Ele tem família, tem pai, tem mãe, tem tio que mora dentro dele e sustenta a gente, (Alessandra Munduruku, 2025, online).

A partir dos dados obtidos por meio do mapeamento realizado no capítulo anterior, podemos observar que a maior parte das reportagens, artigos e notícias que retratam as indígenas crianças nos sítios da Funai, da ONU/UNICEF e da Folha de S. Paulo versam sobre os danos causados a essas infâncias pela mineração e pelo garimpo. Ressaltamos que os danos causados às indígenas infâncias Munduruku pelo garimpo de ouro foram o tema de pesquisa que nos trouxe até aqui. Contudo, optamos por nos afastar dessa temática diante da dificuldade de realizar trabalho de campo e, sobretudo, do contato com os dados extremamente difíceis de elaborar, que tornavam o processo de escrita particularmente denso e exigente, não apenas do ponto de vista analítico, mas também sensível.

Dessa maneira, deslocamos o foco temático para a representação das indígenas infâncias de modo geral nesses sítios, justamente em razão do incômodo provocado por notícias e representações depreciativas das indígenas crianças. No entanto, esse percurso investigativo nos conduziu novamente ao garimpo e à mineração. A maioria dos dados obtidos sobre as representações das indígenas crianças é direcionada aos danos violentos decorrentes dessas atividades e, além disso, as etnias mais citadas são Munduruku, Kayapó e Yanomami, justamente os povos que mais sofrem com as invasões garimpeiras.

Portanto, este capítulo apresenta uma discussão acerca dos conflitos que envolvem a colonização, o garimpo e a mineração, articulando o Estado, as empresas nacionais e internacionais e os povos indígenas, com foco específico nas infâncias. Ressaltamos, contudo, que não há como nos afastarmos dos dados alarmantes sobre as violações sofridas por essas crianças e suas comunidades, uma vez que esta pesquisa assume um compromisso de denunciar essas violências. Ainda assim, nosso intuito é confrontar as políticas e os projetos de morte advindos do garimpo com os projetos de vida das indígenas infâncias e de suas comunidades. Para tanto, realizaremos uma discussão sobre a estrutura colonialista que sustenta o garimpo e a mineração ilegais em territórios indígenas e sobre como essas

atividades constroem representações dos povos indígenas como um Outro desumanizado (Smith, 2018).

3.1 Garimpo/Mineração de ouro em territórios Munduruku

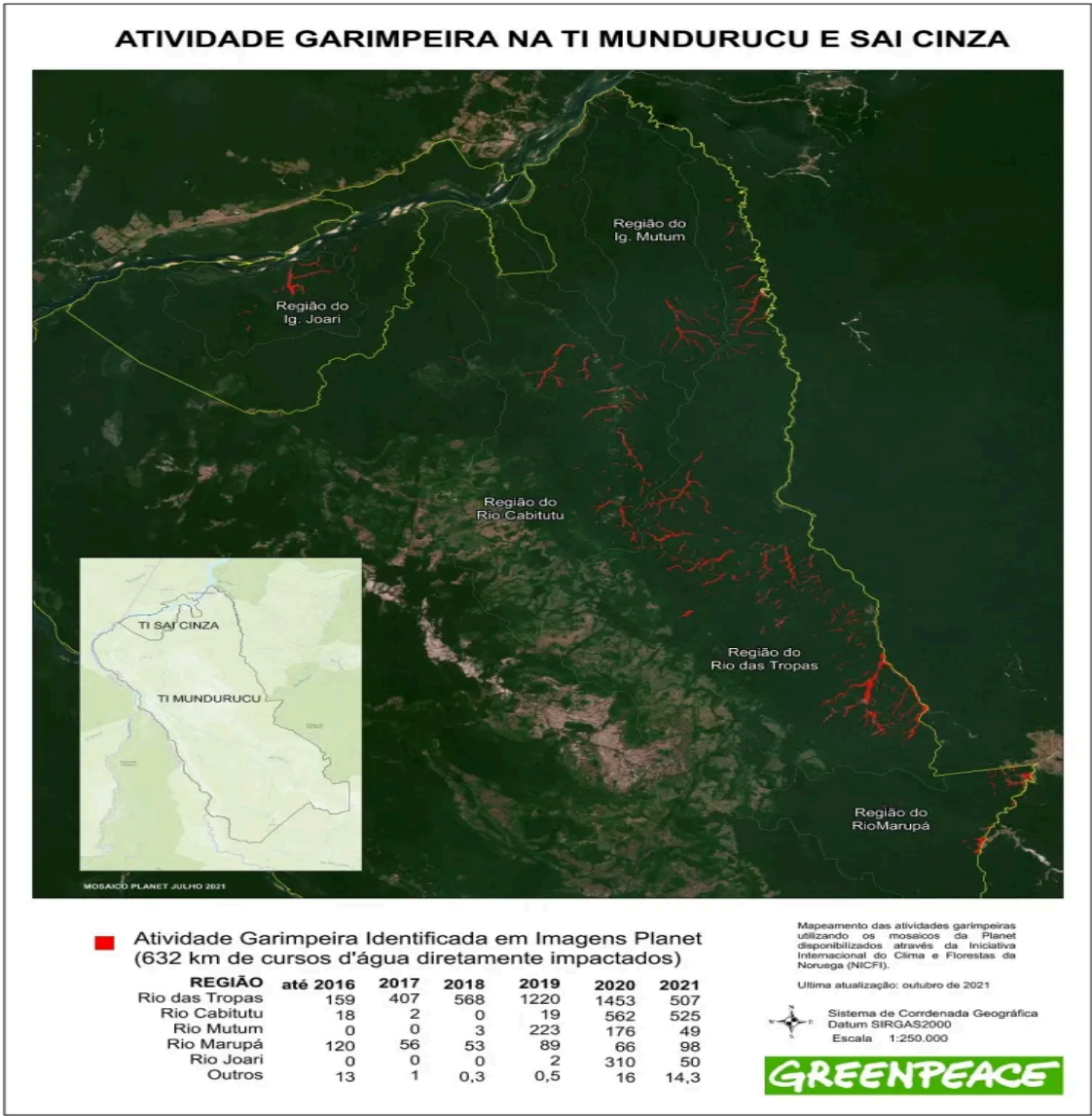
Quantas toneladas e toneladas de mercúrio já foram jogadas no rio?! Se nós não cuidarmos da Amazônia, quem é que vai cuidar? Porque os governos estão de olho no que tem dentro do solo. Por exemplo, vem o garimpo, vem o ouro, vem bauxita, vem prata, vem diamante... Isso não é para cuidar da Amazônia, não é para cuidar do solo, é para destruir! E o ouro, para onde é que está indo esse ouro? A gente não vê nada desse ouro. Para onde é que está indo esse ouro?, (Jairo Saw Munduruku in “Amazônia, a nova Minamata?”, 2025).

O garimpo de ouro e a mineração de metais preciosos no Brasil foram e continuam sendo estruturados por conflitos, violências, desigualdades e expropriações, sustentados por uma política de Estado que promove uma lógica de desenvolvimento baseada na mercantilização de territórios, da natureza e de vidas humanas e não humanas. Portanto, trata-se de uma política que não só não assegura os direitos territoriais dos povos indígenas como viola os já existentes. Essas atividades persistem e se concentram majoritariamente na Amazônia, em regiões de fronteira e até mesmo no interior de territórios indígenas, como as Terras Indígenas Yanomami, Kayapó e Munduruku.

Nossa discussão abordará os danos causados ao povo Munduruku, motivados pelo aumento dos conflitos em torno do garimpo e da mineração em seus territórios, bem como pela maior facilidade de contato com interlocutoras da região. O povo Munduruku ocupa territorialmente a região do Alto Tapajós desde muito antes da colonização europeia (Nepomuceno, 2019). Atualmente, estima-se que cerca de 14.000 pessoas vivam em aproximadamente 130 aldeias (Modino, 2019), distribuídas por áreas dos estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará. A maior concentração populacional Munduruku encontra-se no oeste do estado do Pará, na bacia do rio Tapajós, abrangendo aldeias como Tropas, Kabitutum Kadiriri, Teles Pires, Cururu, Anipiri e Waredi (Loures, 2017).

A seguir, apresentamos um mapa do Observatório da Mineração (2021), elaborado pelo Greenpeace, que evidencia a extensão do garimpo ilegal em território Munduruku.

Figura 1 – Atividade garimpeira ilegal em território Munduruku



Fonte: Observatório da Mineração (2021)

Este mapa evidencia um aumento significativo das invasões garimpeiras nas terras Munduruku, principalmente, a partir de 2019, durante a gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro, que incentivou e influenciou as invasões de garimpeiros em territórios indígenas.

Em reportagem publicada pela Agência Brasil, no dia 9 de novembro de 2024, foi noticiada uma operação do governo federal destinada à desintrusão de garimpeiros nas Terras

Indígenas Munduruku, localizadas nos municípios de Jacareacanga e Itaituba, no estado do Pará. Como descreve a notícia, a base operacional do governo federal declarou:

A Terra Indígena Munduruku, por exemplo, é uma das mais afetadas pelo garimpo ilegal no Brasil, que tem como consequência o desmatamento do território, a contaminação dos rios e solo por mercúrio, danos à saúde dos povos indígenas que sofrem com essa contaminação, violência contra os indígenas, impacto sobre a cultura dos indígenas que está diretamente conectada com a natureza [...], (Nascimento, 2024).

Essas comunidades são invadidas e ameaçadas desde os primeiros “contatos” com os brancos. Segundo Porto e Rocha (2022) o garimpo de ouro teve início desde que as primeiras frentes de colonização europeia chegaram no século XVI de forma artesanal. Além do garimpo, a busca pela borracha trouxe diversos tensionamentos aos Munduruku. De acordo com Nepomuceno (2019), foi a partir da década de 1950 que a exploração e a busca por minério teve seu marco significativo e na década de 1980 que a “corrida do ouro” teve seu auge na região.

Porém, a exploração aurífera e de outros metais preciosos não se encerrou ao longo dos anos. O que observamos é que houve um aumento significativo do garimpo ilegal nos territórios indígenas Yanomami, territorializado em Roraima e Amazonas; Kayapó e Munduruku, territorializados no estado do Pará. O que configura a ilegalidade de um garimpo é a ausência de permissão para a instalação da lavra garimpeira que é obrigatória para a execução da atividade. Além disso, há a necessidade de um licenciamento ambiental em conformidade com os limites de área de extração a serem definidos. Destacamos que a Lei n.º 7.805/1989, a partir da qual se instituiu o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), é explícita ao excluir terras indígenas das áreas passíveis de lavra no art. 23. (Oliveira, 2023).

O aumento da garimpagem e da mineração em terras indígenas entre os anos de 2019 e 2022 possui relação direta com o governo Bolsonaro (2019–2022), especialmente em razão do posicionamento do ex-presidente favorável à mineração e à garimpagem na Amazônia. Bolsonaro discursou abertamente em defesa dessas atividades em diversas ocasiões, além de ter inaugurado uma ponte de 18 metros na Amazônia, que possibilita o acesso à BR-307, estrada que cruza a Terra Indígena Yanomami, ligando-a ao município de São Gabriel da Cachoeira e a outras terras indígenas em Maturacá, uma das áreas que mais sofre com as invasões garimpeiras (Pajolla, 2022).

Bolsonaro declarou publicamente, em diferentes discursos, sua defesa do garimpo e da mineração em territórios indígenas. “Esse projeto não é impositivo. Diz: se vocês quiserem

plantar, vão plantar. Se vão garimpar, vão garimpar. Se quiserem fazer algumas barragens no vale do rio Cotingo, vão poder fazer” (apud. Maisonnave, 2021, online). Além disso, afirmou: “Em Roraima, tem trilhões de reais embaixo da terra. E o índio tem o direito de explorar isso de forma racional, obviamente. O índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica” (Bolsonaro, 2022 Apud. Amaral, 2022, online).

Essas declarações vindas do então Presidente da República levaram muitos garimpeiros aos territórios indígenas Yanomami, Kayapó e Munduruku. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que a presença de garimpeiros em terras indígenas não se limita à atividade artesanal, pois, no interior do território Munduruku há diversos requerimentos de pesquisa com interesse na mineração de ouro, cassiterita, tantalita e columbita. Boa parte desses requerimentos corresponde à região sul do território e tem a Vale S.A. como titular (Nepomuceno, 2019). Além disso, as duas atividades tendem a estar articuladas, compartilhando interesses econômicos, cadeias logísticas e estratégias de ocupação territorial que intensificam a pressão sobre esses territórios. Atividades promovidas e legitimadas pelo discurso desenvolvimentista como essenciais à economia brasileira,

[...] a mineração no Brasil é responsável por cerca de 4% do PIB nacional e é capaz de oferecer produtos que são amplamente utilizados em indústrias bem diversificadas, tais como metalúrgicas, fertilizantes, siderúrgicas e indústrias de alta tecnologia, além de petroquímicas [...]. (Mello, 2023, p.69).

Como é possível que invasões garimpeiras em territórios indígenas ocorram de forma tão agressiva e alarmante? Não se trata de episódios isolados ou de baixo impacto, mas de um processo sistemático que produz danos profundos e contínuos. Ao somarmos as sobreposições ilegais em territórios Munduruku, Kayapó e Yanomami, chegamos ao total de 3.532.689 hectares de terras invadidas (Basta; Vasconcellos, 2023). Ressaltamos que não há registros, no Congresso Nacional de autorizações para mineração ou garimpo em terras indígenas (Pinto, 2023). Trata-se, portanto, de mais de três milhões de hectares usurpados, contaminados e devastados.

Durante a pandemia de COVID-19, sob o auxílio e o incentivo do governo Bolsonaro, as comunidades indígenas sofreram uma intensificação das violações de seus territórios e de suas próprias vidas. As imagens de crianças em estado de extrema vulnerabilidade tornaram-se manchetes em diversos veículos da imprensa nacional e internacional. Diante de um crime de tamanha gravidade contra a vida de inúmeros povos, como explicar a omissão passada e presente do Estado? A quem interessa a continuidade dessas invasões?

A ascensão das atividades mineradoras e garimpeiras ao longo dos anos tem revelado uma crescente sofisticação em sua atuação em territórios indígenas (Fearnside, 2023), a ponto de já não ser possível distinguir claramente do chamado garimpo “artesanal” das práticas mineradoras de caráter industrial. Isso se deve, sobretudo, ao envolvimento de grandes empresas que operam por meio de garimpeiros informais, financiando-os com equipamentos de alta tecnologia, como balsas e retroescavadeiras. Ademais, mesmo quando a extração ocorre em moldes considerados artesanais, a comercialização do ouro e de outros minerais é inserida em cadeias globais, com a participação de grandes empresas e conglomerados transnacionais no mercado internacional (Basta; Vasconcellos, 2023).

Nesse sentido, a mineração e o garimpo devem ser compreendidos não apenas como práticas econômicas isoladas, mas como expressões de um modelo neoextrativista de caráter desenvolvimentista. Trata-se de um modelo que articula práticas sociais, culturais e esquemas mentais hegemonicamente compartilhados, combinando uma complexa cadeia de acumulação com um paradigma industrial desenvolvimentista que sustenta uma arte institucional de governar (Ulrich et al., 2016).

É justamente essa articulação entre ilegalidade, sofisticação técnica e inserção em cadeias globais que nos leva a questionar como uma atividade ilegal de tamanha magnitude pode operar sem um enfrentamento efetivo por parte do Estado. Quais são os caminhos percorridos pelo ouro até sua saída do território brasileiro? Sobre esse ponto, Camões Boaventura, procurador do Ministério Público Federal, ao participar do documentário “Amazônia, a nova Minamata?” (2025), apresenta dados alarmantes acerca do comércio ilegal de ouro no Brasil:

A lavagem desse ouro é muito fácil, simples. Hoje, a nota fiscal que é o principal documento que comprova uma aquisição de ouro é manual. Ela é emitida pela instituição financeira que adquire do garimpeiro ou do seu colaborador, ou funcionário aquela pepita de ouro. Essa nota fiscal, como eu disse, é preenchida à caneta, com carimbos, de uma forma completamente arcaica, totalmente incompatível com a era digital que a gente vive hoje. São acondicionadas em caixas que não alimentam e não são remetidas a nenhum outro órgão, senão à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que simplesmente, faz o mesmo expediente: acondicionar essas notas em caixas de arquivo. Nem o Ministério Público Federal consegue dizer qual é o caminho integral que o ouro percorre no Brasil. Dados apontam que cerca de 10 a 11 bilhões de reais são exportados a título de ouro do Brasil para outros países. E a tributação que incide sobre isso é pífia. O ouro está sendo exportado, saindo das reservas nacionais e sendo sugado do subsolo da floresta amazônica sem nenhuma contraprestação à sociedade (“Amazônia, a nova Minamata?”, 2025, 33:40).

Essa estrutura complexa, marcada pela articulação entre ilegalidade, sofisticação tecnológica, cadeias globais de comercialização e fragilidade dos mecanismos estatais de controle, não se mantém apenas no plano abstrato das políticas e dos fluxos econômicos. Ela se materializa de forma concreta e visível nos territórios indígenas, especialmente por meio das técnicas empregadas na extração ilegal do ouro, que danificam profundamente as águas, florestas, os animais e os seres humanos que vivem nestes territórios, além disso, há a incidência de alianças entre facções criminosas como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) com o garimpo ilegal. Conforme matéria online do Instituto Climainfo (2026), os rios que atravessam a Amazônia são utilizados como rota de exportação nacional e internacional de drogas, fato agravado durante a gestão governamental de Bolsonaro, quando a Polícia Federal (PF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tiveram suas ações limitadas.

Uma das formas de atuação dos garimpeiros para a retirada de metais presentes nos rios ocorre por meio da utilização de balsas que revolvem o leito fluvial. Além disso, observa-se uma garimpagem em escala quase industrial, realizada com o uso de retroescavadeiras que abrem extensas crateras na mata, causando danos permanentes aos territórios e, em muitos casos, inviabilizando sua regeneração. O uso desse maquinário é particularmente recorrente na região do rio Tapajós. Como demonstra a imagem a seguir, a floresta passa a apresentar múltiplas “cicatrices”, evidenciando os impactos materiais do garimpo sobre os territórios (Fellet; Costa, 2019).

Figura 2 – Cicatrizes do garimpo na região do Tapajós



Fonte: Planet Labs (Fellet; Costa, 2019).

As degradações nos territórios Munduruku podem ser observadas por meio de diversos periódicos online, bem como em artigos acadêmicos comprometidos com a denúncia dos crimes decorrentes da garimpagem e da mineração ilegais. A partir da imagem divulgada pelo Observatório da Mineração (2021), é possível refletir sobre os danos infligidos à natureza, os quais se estendem aos mais variados corpos — humanos e não humanos — que habitam esses territórios.

Figura 3 – Vala de Garimpo na região do Tapajós



Fonte: Observatório da Mineração (2021).

As degradações territoriais e as violações às vidas dos povos indígenas descritas anteriormente não podem ser compreendidas como efeitos pontuais ou desvios de uma política de desenvolvimento, mas como expressões constitutivas de um modelo neoextrativista. Esse modelo se sustenta na apropriação/expropriação intensiva da natureza, na externalização sistemática dos danos socioambientais e na naturalização da violência sobre corpos e territórios historicamente racializados. No contexto brasileiro, tal racionalidade foi reiteradamente mobilizada para justificar a mineração e o garimpo como oportunidades de crescimento econômico, especialmente durante a gestão presidencial de Jair Bolsonaro.

Entretanto, essa lógica desenvolvimentista não produz danos apenas sobre os ecossistemas, como a contaminação de rios, igarapés e peixes, mas incide diretamente sobre a reprodução material e simbólica da vida dos povos indígenas. A contaminação dos peixes, o desmatamento das florestas, a disseminação de doenças como a malária, a exposição ao mercúrio e as múltiplas formas de violência perpetradas por garimpeiros, empresas e conglomerados nacionais e internacionais evidenciam que o neoextrativismo opera como uma forma de governo da morte, ao subordinar a vida à acumulação. É nesse sentido que Aráoz (2014) analisa o neoextrativismo não apenas como um modelo econômico, mas como um regime político e civilizatório, ao afirmar:

A irrupção de uma ‘mina’ produz um antes e um depois: a história local é reescrita com base nesse marco. Todas as relações e vínculos pré-estabelecidos também são redefinidos em termos de confronto entre ‘pró-mineradores’ e ‘antimineradores’. O conflito atravessa todas as esferas da vida e necessariamente envolve todos os atores, (Aráoz, 2014, p. 61).

Ou seja, a mineração/garimpo produzem efeitos danosos à vida social, material e simbólica desses povos, gerando uma série de conflitos violentos antes e depois da instalação das minas. Ao deslocarmos nossa discussão para as indígenas infâncias, somos convidadas a refletir sobre o destaque que Aráoz (2014) faz em relação ao “antes” e ao “depois” da instalação das atividades mineradoras/garimpeiras. Ao entrarem ilegalmente em territórios indígenas para a extração de ouro e de outros metais preciosos, esses atores cometem um conjunto de violações, que vão desde a degradação das florestas, dos animais e das águas até as violências físicas e emocionais sofridas pelos grupos que vivem nessas regiões cobiçadas por essas atividades.

O que permanece após uma atividade predatória e destrutiva como essa? Rios contaminados, florestas destruídas, disseminação de doenças e epidemias, crianças e mulheres exploradas sexualmente, insegurança, fome e medo. Crianças adoecidas desde o ventre materno. Somadas a essas graves violências, há ainda um agravante: a vida cultural desses povos e de suas infâncias é profundamente degradada. Os rios são sagrados; fazem parte da formação psíquica e afetiva dessas crianças. Nessas águas estão as brincadeiras, os ensinamentos, o respeito e a tradição sociocultural transmitida desde a ancestralidade.

Não há como dimensionar plenamente os efeitos deletérios que se somam aos corpos e às vidas dessas crianças e de suas comunidades, pois trata-se de uma complexa rede de relações que escapam às métricas usuais, uma vez que diz respeito a formas diversas de reprodução da vida (i)material (Aráoz, 2014). Nesse sentido, concordamos com o autor de que a mineração/garimpo atuam como uma forma de colonização dos corpos, das sensibilidades, das sabedorias, das autonomias de povos indígenas que vivem em territórios ameaçados por tais invasões. Como aponta Aráoz (2014),

Percebida como fonte fundamental de “geração de riqueza”, a mineração é a atividade em torno da qual gira a “realidade”. Aquela que define, condiciona e decide sobre a vida e a morte; a que “avança” gerando o “progresso”, produzindo a história a qualquer custo; diversificando as formas de estranhamento da vida e destruindo outras... Assim, ontem como hoje, os processos minerários precisam — para manter o controle sobre os entornos territoriais que intervêm — criar corporalidades especialmente sensibilizadas pela dinâmica da produção-acumulação e, de modo recíproco e proporcional, especialmente insensibilizadas diante das formas (diversificadas e crescentes) de devastação da vida. Somente por meio da criação desse tipo de agencialidades corporais as explorações tornam-se suportáveis.

“Mineração” remete, então, a um processo de colonização-mercantilização da esfera íntima das sensibilidades. A partir dessa perspectiva, é possível analisar os conflitos socioterritoriais que irrompem nas “comunidades mineradoras” como uma abissal confrontação de sensibilidades... (Aráoz, 2014, p.64).

Ressaltamos que, para a realização do garimpo de ouro, é necessária a utilização do mercúrio, o que articula a exploração ilegal a outras práticas ilícitas, agravando os processos de vulnerabilização e violência próprios da atividade garimpeira. Isso porque a utilização do mercúrio, metal altamente tóxico, é proibida no Brasil e, geralmente, esse produto é de origem estrangeira, uma vez que não obedece à Convenção de Minamata, da qual o Brasil é signatário (Porto; Rocha, 2022).

A Convenção de Minamata recebeu esse nome em referência à cidade de Minamata, no Japão, onde ocorreu um grave crime ambiental cometido pela empresa de produtos químicos e plásticos Chisso Corporation, responsável pelo despejo de resíduos contendo mercúrio na Baía de Minamata. A contaminação atingiu a população, além de comprometer as águas e os peixes (Reciclus, 2023). A partir desse episódio, a convenção foi estabelecida com o objetivo de alertar e regulamentar ações referentes aos riscos e danos associados ao uso de mercúrio, especialmente nas atividades de mineração e garimpo, reconhecendo seus prejuízos à saúde humana e ao meio ambiente.

Conforme Porto e Rocha (2022) descrevem, a ação do mercúrio utilizado de forma ilegal traz sérios e diversos danos aos territórios, comunidades, águas e até mesmo aos garimpeiros que o utilizam. A contaminação ocorre por meio de processos biogeoquímicos associados ao uso do mercúrio na extração do ouro, desencadeando o fenômeno da bioacumulação, caracterizado pelo acúmulo progressivo de substâncias não biodegradáveis — como metais pesados e pesticidas, entre eles o mercúrio — nos tecidos dos organismos, em razão da incapacidade do corpo de metabolizá-las ou eliminá-las adequadamente. Esse processo representa riscos significativos à saúde e à cadeia alimentar, afetando de forma mais intensa os níveis tróficos superiores, como os predadores de topo e os humanos.

A lógica neoextrativista descrita anteriormente torna-se ainda mais evidente ao observamos os dados concretos do comércio ilegal de ouro e seus danos socioambientais diretos. Segundo informações apresentadas por Camões Boaventura no documentário “Amazônia, a nova Minamata?” (2025), um único posto de atendimento de uma grande instituição financeira, cujo nome não foi revelado pelo procurador do Ministério Público Federal, adquiriu 611 quilos de ouro. Para viabilizar essa quantidade de extração, estima-se o

uso de aproximadamente três toneladas de mercúrio, despejados nos leitos do rio Tapajós e de seus afluentes.

Diante desses dados tão expressivos, buscamos mais informações sobre o caso e identificamos, no sítio do Ministério Público Federal, a denúncia de um esquema de crime organizado voltado à lavagem de ouro ilegal no município de Itaituba, Pará, em agosto de 2021. Embora não seja possível afirmar que se trate do mesmo episódio, esses dados permitem dimensionar a gravidade e a capilaridade do mercado ilegal de ouro no Brasil. Conforme a denúncia, o ouro extraído de garimpos ilegais na região sudoeste do Pará foi comercializado por distribuidoras de valores mobiliários como FD'Gold, Carol e OM (MPF, 2021, online).

Esse circuito econômico ilegal tem como uma de suas consequências mais devastadoras a disseminação do mercúrio nos ecossistemas aquáticos. Por meio do processo de bioacumulação, esse metal pesado e altamente tóxico se fixa na vegetação aquática, nos peixes e em outros organismos que habitam os rios, espalhando-se progressivamente pelas cadeias alimentares. Assim, a contaminação mercurial atinge múltiplas formas de vida, alcançando não apenas os animais aquáticos, mas também os seres humanos que se banham nas águas e se alimentam desses peixes.

A explicitação desse processo biogeoquímico evidencia o caráter estruturalmente destrutivo e adoecedor da atividade garimpeira e mineratória, que não se limita à exploração da natureza para extração de recursos naturais, mas opera como uma prática sistemática de violação de vidas. Contudo, para além dos danos ambientais e sanitários, é fundamental chamar a atenção para as dimensões subjetivas, culturais, cosmológicas e políticas dessa violência. No caso do povo Munduruku, a contaminação das águas atinge diretamente uma relação simbólica e ancestral com os rios.

Nesse sentido, em entrevista que abre a obra *Garimpo de Ouro na Amazônia: crime, contaminação e morte* (apud. Basta; Vasconcellos, 2023), o Cacique Jairo Saw Munduruku relata a profunda relação do povo Munduruku com as águas. Segundo o cacique, o povo Munduruku descende dos peixes que habitam esses rios, o que confere à contaminação mercurial não apenas um sentido de dano ambiental, mas de ruptura ontológica, histórica e cosmológica.

[...] os peixes têm tudo a ver com o povo Munduruku, porque no século passado, eles eram gente como nós, eram seres humanos. Então, como as mulheres sofreram quando os homens mataram os amantes delas, todas decidiram se manifestar ao ponto até de se revoltarem, e chegarem a tomar suas decisões para se transformarem em peixes e ir para o reino das águas. A partir daí, era como se elas fossem construindo sua morada tendo uma vida diferente deste mundo em que vivemos. O rio foi o novo mundo para elas, e o desejo delas foi o de se tornarem peixes, vivendo em um ambiente diferente. É por isso que os peixes têm essa relação com o povo Munduruku. [...] **os Munduruku têm muito respeito pelos peixes, de qualquer tipo, pois são Munduruku transformados em outra forma de vida.** Então, se alguém fizer algum mal a eles, eles vão se vingar, e essa vingança pode vir de muitos jeitos diferentes, como um desastre natural, uma doença ou mexer em lugar sagrado, portanto, se seu reino, sua vida está sendo impactada, eles irão reagir também. [...] **se ficarmos doentes e ninguém souber como ou de onde veio a doença, vamos concluir que há alguém impactando a vida dos peixes,** (Jairo Saw Munduruku in Basta; Vasconcellos, 2023, p.23-24, grifos nossos).

Destacamos um ponto central no trecho da entrevista do Cacique Jairo Saw Munduruku, ao afirmar que seu povo respeita os peixes e que o adoecimento desses seres é compreendido como um sinal de que algo de ruim lhes aconteceu. Tal afirmação evidencia que a vida cultural, material e simbólica do povo Munduruku é alicerçada, estruturada e indissociável das águas dos rios e dos peixes que nela habitam. Nesse contexto, diante de uma atividade criminosa, devastadora e contaminante como a mineração/garimpo em terras indígenas, o que está em risco não se limita à dieta alimentar desse povo. As águas e os seres aquáticos constituem elementos de sacralidade e fundamento cosmológico, sustentando modos de existência, relações de pertencimento e processos de transmissão de saberes.

Assim, a contaminação por mercúrio ultrapassa os danos físicos e ambientais, atingindo a subjetividade coletiva e comprometendo de modo profundo a formação das crianças Munduruku. Trata-se de um crime ambiental que corrói uma forma de viver e rompe as relações das crianças com as águas e com a natureza, dimensões centrais de sua constituição cosmológica. Como essas crianças podem brincar, banhar-se e aprender sobre sua ancestralidade em águas contaminadas? A violência imposta pelo garimpo incide, portanto, diretamente sobre as indígenas infâncias, danificando seus processos de aprendizagem, socialização e produção de sentidos no mundo.

Os dados apresentados no documentário “Amazônia, a nova Minamata?” (2025) tornam essa realidade ainda mais evidente. Erik Jennings, neurologista da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), descreve o estado crítico dos rios da bacia do Tapajós, hoje transformados em verdadeiros esgotos de lama oriundos do garimpo, contaminados por metais pesados como chumbo, magnésio e mercúrio, substâncias altamente tóxicas ao organismo humano. Segundo o médico, a intoxicação mercurial é irreversível, evolui de

forma lenta e imperceptível ao longo dos anos, como ocorreu no caso histórico da doença de Minamata, no Japão, cujo reconhecimento oficial levou décadas. Em suas palavras, “o território Munduruku está em cima de uma grande mina de ouro, mas também em cima de uma grande mina de mercúrio” (“Amazônia, a nova Minamata?”, 2025, 27:56).

Jennings (2025) ressalta ainda que a intoxicação mercurial não deve ser compreendida como um problema estritamente sanitário. Para ele, trata-se, antes de tudo, de uma questão social, seguida por impactos ambientais, econômicos e, por fim, de saúde sendo a contaminação apenas “a ponta do iceberg” de um processo mais amplo de desestruturação social e territorial. Essa leitura reforça o argumento desenvolvido ao longo deste capítulo: o garimpo ilegal opera como uma engrenagem de um projeto de morte, cujas ramificações contaminam todas as esferas da vida do povo Munduruku: suas relações sociais e políticas, suas cosmologias, seus vínculos com a natureza e suas ancestralidades, bem como suas ciências, saberes e subjetividades. O rio, entendido como território de subsistência, afeto, ensinamento, cura e vida, passa a ser envenenado, assim como os igarapés que irrigam e sustentam a constituição desse povo.

O mercúrio, conforme afirma Jennings (2025), emerge como um marcador brutal de injustiça social. Além de comprometer a capacidade cognitiva, transforma o peixe, base alimentar fundamental, em um vetor de contaminação, ampliando os efeitos do garimpo para além dos territórios indígenas, atingindo ribeirinhos ao longo de toda a bacia do Tapajós, além das cidades que recebem esses pescados para comercialização e consumo. Apesar de estudos alertarem há décadas para a necessidade de monitoramento dos níveis de mercúrio na população, o Estado brasileiro permanece omissos, configurando uma grave emergência sanitária negligenciada (“Amazônia, a nova Minamata?”, 2025, online).

Os dados apresentados por Jennings (2025) são alarmantes: análises realizadas em comunidades Munduruku ao longo do Alto Tapajós indicam que praticamente todas as pessoas examinadas apresentam níveis elevados de mercúrio no organismo, com apenas um caso dentro dos parâmetros considerados normais. Entre as consequências mais graves estão o aumento de crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e distúrbios neurológicos, condições frequentemente associadas à intoxicação mercurial. O médico enfatiza que não se trata de um problema solucionável por meio de medicamentos, mas que exige respostas sociais, ambientais, econômicas e, sobretudo, políticas.

Nesse sentido, a bióloga Ana Cláudia Vasconcellos (“Amazônia, a nova Minamata?”), 2025, online) chama atenção para um aspecto central que atravessa este trabalho: os danos produzidos e reproduzidos pelo garimpo ilegal costumam ser analisados de forma restrita à contaminação por mercúrio, invisibilizando outras dimensões do adoecimento. Para além das doenças biomédicas, observam-se impactos político-sociais, econômicos, epistêmicos e cosmológicos. Povos indígenas e ribeirinhos expostos a essas atividades enfrentam também o aumento de enfermidades como sífilis, hepatites e malária, além da intensificação da exposição a drogas, à prostituição e a outras formas de violência.

Há, contudo, dimensões ainda menos debatidas e sistematicamente violadas pelo garimpo ilegal: as cosmologias, os modos de vida e os processos de reprodução dos projetos de vida (i)materiais desses povos. A contaminação ultrapassa o corpo físico e se estende às subjetividades, produzindo adoecimentos tão profundos quanto aqueles causados pelo mercúrio. Torna-se, assim, fundamental problematizar os interesses que sustentam uma atividade associada à lavagem de dinheiro à degradação ambiental da Amazônia e às múltiplas violências cometidas contra povos indígenas e ribeirinhos, suas formas de vida e suas cosmologias (Vasconcellos, 2025; Basta; Vasconcellos, 2023).

Nesse íterim os danos do garimpo sobre o povo Munduruku não podem ser dissociados de uma longa história colonial que, desde a invasão dos territórios indígenas, constrói suas infâncias como o Outro (Smith, 2018) a ser tutelado, silenciado ou sacrificado em nome de projetos externos de exploração. A naturalização da contaminação das águas e da ruptura dos modos de vida revela a persistência de uma lógica colonial que hierarquiza existências e desconsidera as cosmologias indígenas, especialmente no que diz respeito às crianças. Ao terem seus espaços de brincar, aprender e se constituir violentados, as indígenas infâncias continuam sendo tratadas como vidas menos dignas de proteção.

É a partir dessa compreensão que o próximo subcapítulo se propõe a analisar a construção de um imaginário social colonizador das indígenas infâncias como Outro (Smith, 2018), dessubjetivado, hierarquizado e inferiorizado, considerado menos valioso do que o próprio ouro retirado ilegalmente dos rios. Busca-se, assim, tensionar as continuidades coloniais que atravessam as representações e as políticas dirigidas às indígenas infâncias na contemporaneidade.

3.2 Indígenas Crianças como o Outro

Nós, indígenas, pescadores, ribeirinhos, vivíamos em paz. De repente, as cidades e corporações chegam, nos expulsando. Colonizam nossas mentes com dinheiro porque precisam nos dividir. Quando o governo diz que vai investir em recursos, eles não chegam até nós. A saúde é precária; estamos doentes. As mulheres adoecem por causa do mercúrio usado pelos garimpeiros. E agora todas essas empresas chegam invadindo nossas terras, dizendo que vão salvar a Amazônia, [...], (Alessandra Korap Munduruku apud Instituto Humanitas Unisinos, 2025).

A representação do Outro-não-branco-homem-cis-hetero-patriarcal-europeu possui sua construção histórica enraizada na colonização, pois engendrar uma imagem e um ideário social dos povos indígenas e da África como não-humanos foi fundamental para a expropriação que se mantém em curso nos países colonizados. Basta pensarmos nos livros de história utilizados nas escolas em que os povos indígenas eram retratados como selvagens e preguiçosos, assim como os grupos negros.

Essa imagem não foi delineada apenas na educação escolar, mas foi amplamente predominante nos veículos de comunicação, como periódicos, revistas, jornais televisivos, novelas, filmes, músicas e etc. Por trás desse ideário social, há a construção racista do discurso que definiu e criou um imaginário social de que esses grupos necessitavam de cultura, domesticação e aprendizagem, pois além de bárbaros não obtinham sabedoria, nem mesmo subjetividades.

Conforme Soares (2023) aponta, a colonização foi e continua a ser um processo complexo de invasão que se alastra por dois campos de vivências e de experiências dos povos colonizados, quais sejam o material (empírico) e o imaterial (subjetivo). Ou seja, a colonização se engendrou e permanece como um modelo de expropriação das condições (i)materiais dos povos não-brancos, de forma que estes são despidos de suas culturas e formas de viver a serem transformados em recursos expropriados pelos colonizadores, a fim de compor o enriquecimento destes.

Desta maneira, a racialização e a divisão entre brancos, negros e índios foi um processo histórico que inaugurou a narrativa hierarquizante da Europa, dividindo a população mundial entre dominantes/colonizadores e dominados/colonizados. Esse processo relegou aos últimos diferenças biológicas estigmatizadas, tornando-os como inferiores, o que os condicionou à servidão capitalista imposta pelo homem europeu (Muniz; Vedovato, 2020).

Essa hierarquia capitalista colonizadora se estendeu sobre as sabedorias dos povos colonizados, tidos como ignorantes e sem nenhum tipo de sabedoria. Essa imagem de povos indígenas e dos grupos negros arracandos da África como burros, selvagens, inferiores, foi construída por meio da manipulação da linguagem, enraizada nas relações de poder estabelecidas hegemonicamente em nossa sociedade. Pois,

Com mecanismos implícitos (e muitas vezes explícitos), grupos dominantes transformam determinados discursos e os fazem circular de uma forma naturalizada e universal, mantendo, desta forma, certas práticas discursivas inquestionáveis. Essas práticas carregam ideologias que servem estrategicamente para manter a hegemonia social desses grupos, mantendo-os no topo das relações de poder, (Macedo, 2002, p.253-4).

Nesse sentido, ao apresentarmos as tabelas construídas a respeito da representação das indígenas infâncias nos sítios da Funai, da ONU/UNICEF e da Folha de S. Paulo, percebemos que estas crianças são caracterizadas através da violência, da fome e da contaminação. Ao lermos estas notícias, cria-se uma interpretação de que estas infâncias estão fadadas à morte, pois o cenário apresentado é o da extinção iminente. Frisamos mais uma vez, que reconhecemos e corroboramos com a denúncia em relação à ilegalidade advinda da mineração e do garimpo em territórios indígenas. Contudo, chamamos a atenção para o fato de que essas crianças não podem ser compreendidas apenas a partir do lugar da vulnerabilização e da violação de direitos. Elas representam, sobretudo, a própria continuidade da vida desses povos.

Diante desse desafio, a pesquisa busca não se limitar à descrição das violações vividas pelas crianças atingidas pelo garimpo, ainda que reconheça sua centralidade. Trata-se também de olhar para aquilo que permanece e sustenta a vida — os saberes, os vínculos e as práticas de cuidado que resistem nos territórios —, mas igualmente para aquilo que foi interrompido ou perdido. Falar dessas infâncias implica reconhecer não apenas a vida que continua, mas também as formas de existência afetadas, os modos de viver fragilizados e as relações rompidas pela violência ambiental. Assim, a pesquisa procura articular denúncia, memória e permanência, evitando reduzir essas crianças à condição de vítimas, sem, contudo, apagar as perdas que marcam profundamente seus mundos.

Dessa forma, mesmo diante das múltiplas violências que atravessam seus cotidianos, observa-se, no interior dessas comunidades, a construção de projetos de vida que afirmam outras formas de existir e de habitar o mundo. Tais projetos se constituem em oposição à lógica e à política de morte que invadem os territórios-florestas, os territórios-rios e os

territórios-corpos. Nesse sentido, ao analisar as representações produzidas nesses sítios, compreendemos que elas não são neutras, mas fruto de processos históricos e políticos de significação, atravessados por relações coloniais de poder, saber e ser, que incidem diretamente sobre os corpos e as infâncias indígenas (Carvalho, 2024).

Nessa composição dominante sobre o que são as indígenas crianças em territórios em que há invasão mineradora/garimpeira, não há espaço para outras formas de representação das indígenas infâncias, uma vez que os discursos e representações amplamente difundidos, impostos e dessa maneira, tomados como únicos, são advindos da hegemonia, de uma parcela específica da sociedade que possui interesses em manter outros povos e grupos sob domínio, permanecendo colonizados. Qual o espaço destinado aos povos indígenas para que eles apresentem, se assim desejarem, suas concepções, formulações, representações e sabedorias? O que observamos nas buscas realizadas acerca das representações das indígenas infâncias, é uma arte de governar o outro por meio da desqualificação do ser, da representação depreciativa e pejorativa do que vem a ser indígena criança referente aos espaços marcados e violados pelo garimpo e seus danos às comunidades indígenas.

Assim, a linguagem constitui um elemento central nas práticas sociais e, dessa forma, as mudanças socioculturais se moldam a partir da língua e dos discursos, bem como de outras formas de semiose que se compõem e recompõem em diálogo com estruturas econômicas, educacionais, culturais e políticas. Esse emaranhado de relações entre a sociedade branca dominante e a linguagem revela que as mudanças são, em grande parte, moldadas por discursos oriundos das camadas abastadas, os quais, por meio da linguagem, articulam interesses particulares e estratégias político-econômicas que se inserem em contextos específicos (Carvalho, 2024).

A própria concepção das infâncias e do que são as indígenas crianças acionadas discursivamente pelos meios de comunicação, pelo Estado e pela academia, de modo geral, revela uma universalização dos modos de ser e viver dos povos indígenas. Afinal, se estamos nos referindo a povos que possuem outras maneiras de se relacionar social e simbolicamente, não seria impositivo tratar suas infâncias a partir de uma lente branca, hetero-patriarcal e eurocêntrica? Diante desse desafio, a pesquisa busca não se limitar à descrição das violações vividas pelas crianças atingidas pelo garimpo, ainda que reconheça sua centralidade. Trata-se também de olhar para aquilo que permanece e sustenta a vida — os saberes, os vínculos e as práticas de cuidado que resistem nos territórios —, mas igualmente para aquilo que foi interrompido ou perdido. Falar dessas infâncias implica reconhecer não apenas a vida que

continua, mas também as formas de existência afetadas, os modos de viver fragilizados e as relações rompidas pela violência ambiental. Assim, a pesquisa procura articular denúncia, memória e permanência, evitando reduzir essas crianças à condição de vítimas, sem, contudo, apagar as perdas que marcam profundamente seus mundos.

Assim, cabe, portanto, problematizar leituras que reduzem essas realidades a uma oposição simplificada entre vida e destruição: embora, em muitos contextos de mineração e garimpo ilegais, crianças e comunidades estejam efetivamente submetidas a situações extremas de violência e risco, isso não elimina — nem deve obscurecer — as formas de vida, cuidado e continuidade que persistem nos territórios, exigindo uma análise capaz de reconhecer simultaneamente a gravidade das perdas e a vida que ainda se produz.

Desse modo, em diálogo com Smith (2018), a construção do Outro desde a colonização possui um nome, um rosto, uma identidade particular materializada nos povos indígenas e nos grupos negros. Esses povos,

[...] são constantemente bombardeados por mensagens que afirmam sua falta de valor, sua preguiça, sua dependência e sua deficiência das mais “altas” qualidades humanas. [...]. Dentro de realidades sociais como essas, questões a respeito do imperialismo e dos efeitos da colonização podem ser vistas como meramente acadêmicas, pois a sobrevivência física é muito mais urgente. O problema é que o esforço constante de governos, estados, sociedade e instituições para negar a constituição histórica de tais condições tem levado simultaneamente à negação de nossos apelos por humanidade, de nossa condição de povos dotados de história, enfim, de todo sentimento de esperança, (Smith, 2018, p.14).

Reafirmamos, assim, que os discursos hegemônicos sobre as indígenas crianças em contextos de mineração e garimpo ilegais compõem posicionamentos políticos daqueles que os realizam. Pois é uma escolha retratá-las a partir da violação e morte. Estas pesquisas e análises não são neutras em sua coisificação das indígenas infâncias (Smith, 2018). Nos perguntamos se é mera coincidência que a maior parte das pesquisas realizadas sobre as representações das indígenas infâncias nos sítios da Funai, da ONU/UNICEF e da Folha de S. Paulo, como moribundas. A coisificação/outrização dos povos indígenas, em particular das indígenas infância, é um processo perverso de desumanização (Smith, 2018). Trata-se de uma forma de colonizar os corpos e os territórios que pertencem a esses povos, conforme Smith (2018) afirma,

Suas terras [...] foram vistas como algo a ser tomado e colocado sob controle. A paisagem e a organização da natureza poderiam ser alteradas pelo “homem”: pântanos poderiam ser drenados, canais desviados, áreas costeiras ocupadas, não apenas para a sobrevivência física, mas para posterior exploração do ambiente ou para torná-lo “mais agradável esteticamente”. Renomear a terra foi algo tão

poderoso ideologicamente quanto alterar o espaço. Por exemplo: nas escolas, foram ensinados às crianças indígenas os novos nomes das terras em que elas e seus pais tinham vivido por gerações. Esses eram nomes que apareciam nos mapas e que eram usados nos documentos oficiais. Essa terra recém-nomeada tornou-se altamente desconectada dos sons e cantos usados pelos indígenas para descrever suas histórias, para evocar os elementos espirituais ou para realizar a mais simples das cerimônias. No entanto, um fato interessante é que os espaços expropriados das culturas indígenas, e depois “devolvidos/” como reservas, reservaram pequenos espaços de terra para os povos indígenas que antes possuíam o espaço todo. (Smith, 2018, p.68)

Esses territórios continuam sendo sistematicamente invadidos, tendo como expressão evidente a sobreposição ilegal de garimpeiros em terras indígenas. Mesmo diante da proibição legal da mineração e do garimpo em terras indígenas, mais de 3 milhões de terras permanecem usurpadas, expropriadas, contaminadas e invadidas por garimpeiros, empresas e até mesmo por agentes estatais em articulação com empresas e transnacionais, como a Vale (Basta; Vasconcellos, 2023).

Enquanto teorias, acadêmicos, periódicos, Estado e instituições públicas e privadas, de um modo geral, descrevem, definem e explicam a suposta morte cultural e cosmológica dos povos indígenas, esses mesmos povos seguem tendo seus territórios e cosmologias socioculturais continuamente usurpados pelos próprios atores que produzem tais discursos. Essas representações os submetem a estereótipos estigmatizados de matriz colonial, que passam a impor modos de viver por meio de políticas sociais e econômicas cada vez mais sucateadas e marcadas pelo racismo (Smith, 2018).

Perguntamo-nos, assim, quais interesses sustentam a recorrência de representações centradas na morte, na violação e na ausência de futuro atribuídas às indígenas infâncias como únicas? A partir desse questionamento, o próximo capítulo propõe deslocar o olhar, privilegiando as narrativas e representações produzidas por indígenas mães e mulheres, de modo a evidenciar outras formas de compreender, viver e significar as infâncias em seus próprios termos, reconhecendo que projetos de vida e experiências de violência não se excluem, mas coexistem e se tensionam nos territórios.

4 INDÍGENAS MULHERES, INDÍGENAS MÃES: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS

Ao comprar teu ouro
 Não esqueça das crianças
 Famintas e eternamente
 machucadas
 Lembre das mulheres
 Tristes e violadas
 Pense nas crianças
 Com vidas ceifadas
 Não esqueça nunca
 Das famílias desestruturadas
 Lembre das doenças
 E florestas devastadas
 Pense no mercúrio
 E nos rios envenenados
 Esqueça o luxo
 E a ganância
 Mas nunca se esqueça
 Das mulheres e das crianças
 Txai Suruí - Walelasoetxeige Paiter Bandeira Suruí,
 (Txai Suruí, 2023, p.9).

“Nunca se esqueça das mulheres e das crianças” é uma boa maneira de começarmos esta seção. Txai Suruí, coordenadora do Movimento Indígena de Rondônia e conselheira do Pacto Global da Organização das Nações Unidas nos convida a pensarmos nas indígenas crianças e nas mulheres que vivem em territórios assediados pela ação criminosa do garimpo ilegal de ouro. Foi por este caminho sugerido por Txai Suruí que esta pesquisa começou a tomar forma. Pensar e pesquisar sobre as indígenas crianças em territórios invadidos pelo garimpo nos aproximou das mulheres e das mães, de forma que suas lutas e reivindicações, assim como suas produções, seus trabalhos nas mais diversas frentes, na academia, audiovisual e mídia, compõem o arcabouço teórico deste trabalho, como forma de valorizar e considerar o que elas têm a nos dizer sobre as infâncias e sobre as consequências danosas do garimpo. Considerando as alterações ocorridas neste trabalho, citadas na introdução, o garimpo de ouro permaneceu como o fio condutor que nos trouxe até o caminho de reflexão sobre as representações das indígenas crianças e suas infâncias.

Grande parte do material relacionado às indígenas infâncias analisado nesta pesquisa evidencia um vínculo direto com as mulheres, sejam elas mães ou não. São elas que, majoritariamente, assumem a responsabilidade pelos cuidados das crianças, papel que se

estende a todas as esferas da vida, como a saúde, a educação, a alimentação e a transmissão da cultura.

Essa centralidade das mulheres no cuidado também se relaciona de forma profunda com a defesa do território e da natureza, especialmente em contextos marcados pela violência do garimpo. Como apontam Paim, Furtado e Jahmel (2024), as mulheres atuam na proteção dos territórios não apenas pela necessidade dos “recursos naturais” para a sobrevivência, mas porque existe uma conexão intrínseca entre território e corpo. Nesse sentido, a violência histórica decorrente da expropriação da natureza está diretamente associada à destruição dos modos de vida tradicionais e à violência contra os corpos das mulheres (Paim; Furtado; Jahmel, 2024, p. 13).

Falar, pensar e pesquisar sobre as crianças constitui, também, uma via analítica fundamental para compreender as reivindicações que as indígenas mulheres formulam em torno das infâncias. Ao tomar as crianças como eixo de reflexão, evidenciam-se concepções de cuidado, território, corpo e continuidade dos modos de vida que são mobilizadas, sobretudo, pelas mulheres. Nesse sentido, este trabalho dialoga com Rosani de Fátima (2015) acerca das possibilidades de apropriação epistemológica dos povos indígenas sobre si, afirmando a centralidade de suas percepções e saberes como produção legítima de conhecimento, e não como meros objetos de estudo.

Tal perspectiva busca romper com a construção estigmatizada do Outro não-branco, historicamente produzida no âmbito das ciências ocidentais (Smith, 2018). Assim, a partir dos discursos acionados pelas próprias indígenas mulheres, este capítulo apresenta a sistematização do trabalho de relatoria no “Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios” - ocorrido no território indígena Ka’apor, Maranhão -, o diálogo com podcasts, textos, documentários e pesquisas produzidos e realizadas por indígenas mulheres, conversas realizadas com indígenas mulheres Munduruku integrantes da Associação de Mulheres Munduruku Wakaborun.

4.1 Indígenas mulheres, indígenas crianças

A gente sabe que tem gente a favor do garimpo, e que é por isso que eles vão nesse caminho de buscar gente a favor de garimpar nos territórios, com essa falsa solução, dizendo: “Você sai do garimpo que eu vou te dar dinheiro para crédito de carbono”. De onde vem esse dinheiro? Quem está dando dinheiro tão fácil assim? Quem é o interessado em entrar no nosso território? Por que não dá dinheiro, recurso para o

governo demarcar território indígena? Por que não dá dinheiro para os povos indígenas e dizer: “Vamos lá, brigar e derrubar essa Lei 144.701”, ou seja, derrubar o marco temporal? Quem pressiona o Supremo Tribunal Federal (STF)? Eles não têm coragem! Nós, povos indígenas, temos que ter enfrentamento, muitas vezes sozinhos, sem apoio. E nós estamos lá, com criança, com mulheres grávidas, com os pajés, com os idosos, lá no meio da rua, passando sofrimento. (Korap Munduruku apud Furtado; Lobo, 2025, p.113-114).

As indígenas mulheres cumprem historicamente o papel do cuidado das crianças, seja nas relações cotidianas que estruturam suas comunidades, seja na proteção da vida em territórios constantemente ameaçados por invasões garimpeiras, mineradoras, madeireiras, pelo agronegócio e por outras frentes de expropriação. Nessa direção, consideramos relevante incorporar as reflexões oriundas do “Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios”, realizado entre os dias 9 e 12 de setembro de 2025, no território do povo indígena Ka’apor, em Alto Turiaçu, Maranhão. O Encontro foi organizado metodologicamente pela Professora Dr. Fabrina Furtado (CPDA/UFRRJ) em parceria com Elisângela Paim (Fundação Rosa Luxemburgo), Joana Moncau (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais - WRM) e Jutta Kill (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais - WRM).

Embora o trabalho de relatoria realizado neste encontro não estivesse, à primeira vista, diretamente vinculado ao objeto específico desta pesquisa, a experiência revelou-se fundamental para o amadurecimento da análise aqui desenvolvida. O contato com mulheres de diferentes povos — indígenas, quilombolas, ribeirinhas e agricultoras familiares — permitiu compreender que os ataques aos territórios, ainda que assumam formas distintas (garimpo, mineração, agronegócio, projetos de REDD+ e mercado de carbono), produzem efeitos semelhantes: adoecimento, divisão comunitária, violência, desterritorialização e precarização das condições de vida. Foi também nesse contexto que ocorreu o primeiro diálogo com mulheres Munduruku, o que aprofundou o interesse e a aproximação com o tema desta investigação.

O encontro teve como objetivo discutir criticamente as estratégias utilizadas por governos, empresas privadas e organizações do terceiro setor para acessar territórios tradicionais por meio de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) e mercado de carbono. Ao longo dos debates, ficou evidente que tais mecanismos são apresentados como soluções ambientais, mas operam, na prática, como novas formas de

extrativismo e de controle territorial. As mulheres denunciaram que, sob a linguagem técnica da sustentabilidade e da compensação climática, escondem-se processos de cooptação, divisão interna das comunidades, falsificação de informações, contratos redigidos em linguagem inacessível e promessas de benefícios que raramente se concretizam.

Nas dinâmicas realizadas, especialmente na atividade “território-corpo-terra-águas”, (Paim; Furtado, 2024), as mulheres representaram graficamente seus corpos como extensão de seus territórios. Nos desenhos, os danos ambientais apareciam como doenças nos corpos: câncer, abortos espontâneos, depressão, suicídios, mortes de crianças. A contaminação dos rios, o uso de mercúrio, as queimadas e a pulverização de agrotóxicos eram traduzidos como dores físicas e emocionais. Essa elaboração simbólica reforçou uma compreensão central para esta pesquisa: não há separação entre território e corpo, entre território e infância, entre território e rio. Quando o território adoece, as crianças e suas comunidades adoecem conjuntamente.

A presença constante das crianças durante o encontro também foi marcante. Elas circulavam, desenhavam, brincavam e participavam do espaço político, reafirmando que a luta das mulheres é, simultaneamente, uma luta pela continuidade da vida. Em diversos momentos, as participantes ressaltaram que resistem “pelos filhos” e “pelas próximas gerações”, reforçando a defesa pela vida das crianças e pelas demarcações territoriais. De forma que este foi um espaço para que elas se articulassem politicamente, mas também subjetivamente, trazendo uma série de atravessamentos internos, devido a gravidade de violações pelas quais vivenciam. Não foram poucos os momentos de acolhimento, de escuta atenta e dos abraços de fortalecimento, trazendo a vida para o espaço de formação da qual tanto se discutia. Como podemos observar nas fotografias abaixo, a presença das crianças foi marcante, assim como os momentos de formação foram cercados de múltiplas e diversificadas sabedorias.

Figura 4 – Abertura do Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios



Fonte: Assessoria do Evento (2025).

Figura 5 – Apresentação das Mulheres e de seus Territórios



Fonte: Wira Suruí (2025).

Figura 6 – Crianças participando das formações



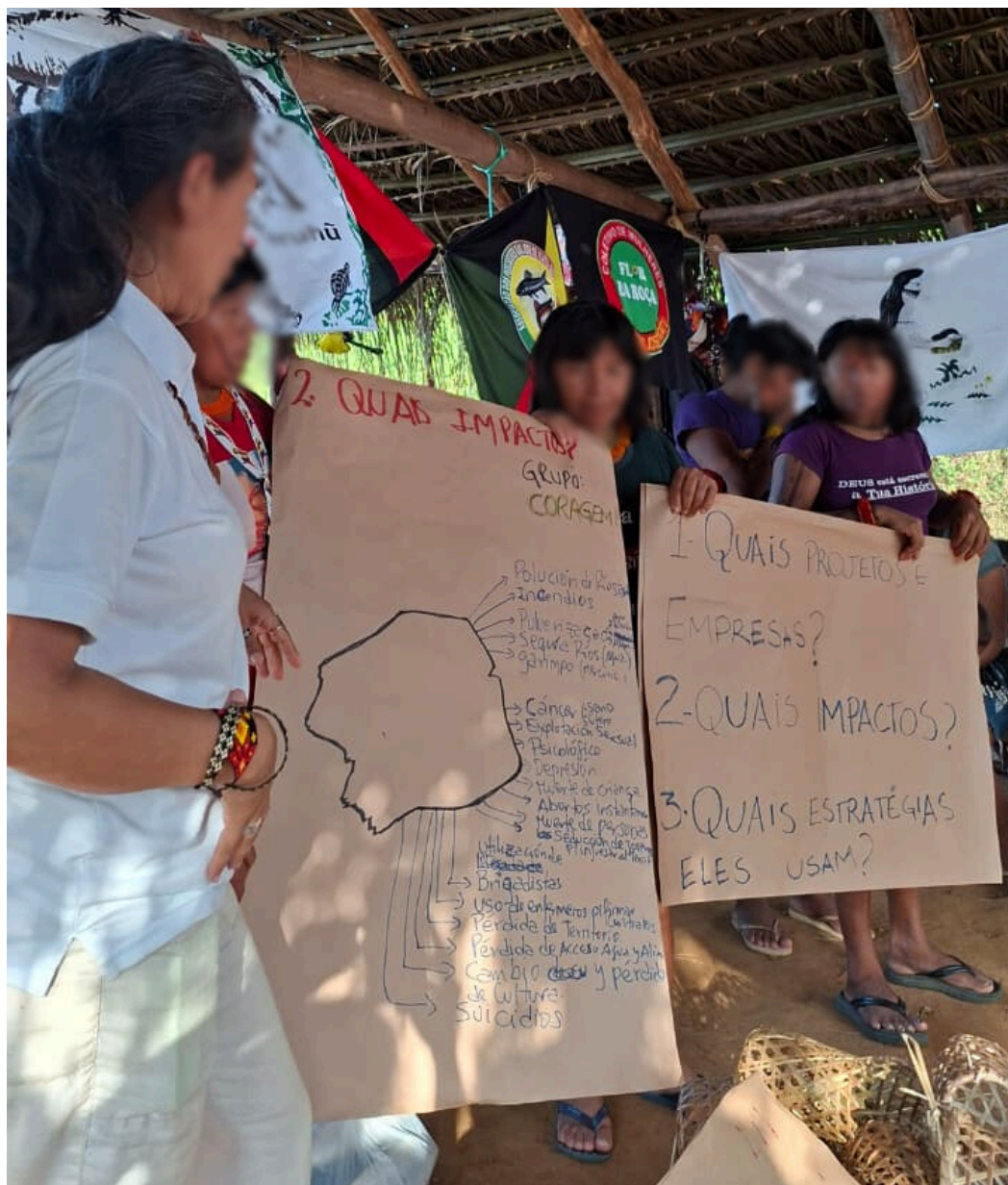
Fonte: Wira Surui (2025).

Figura 7 – Formação sobre REDD+



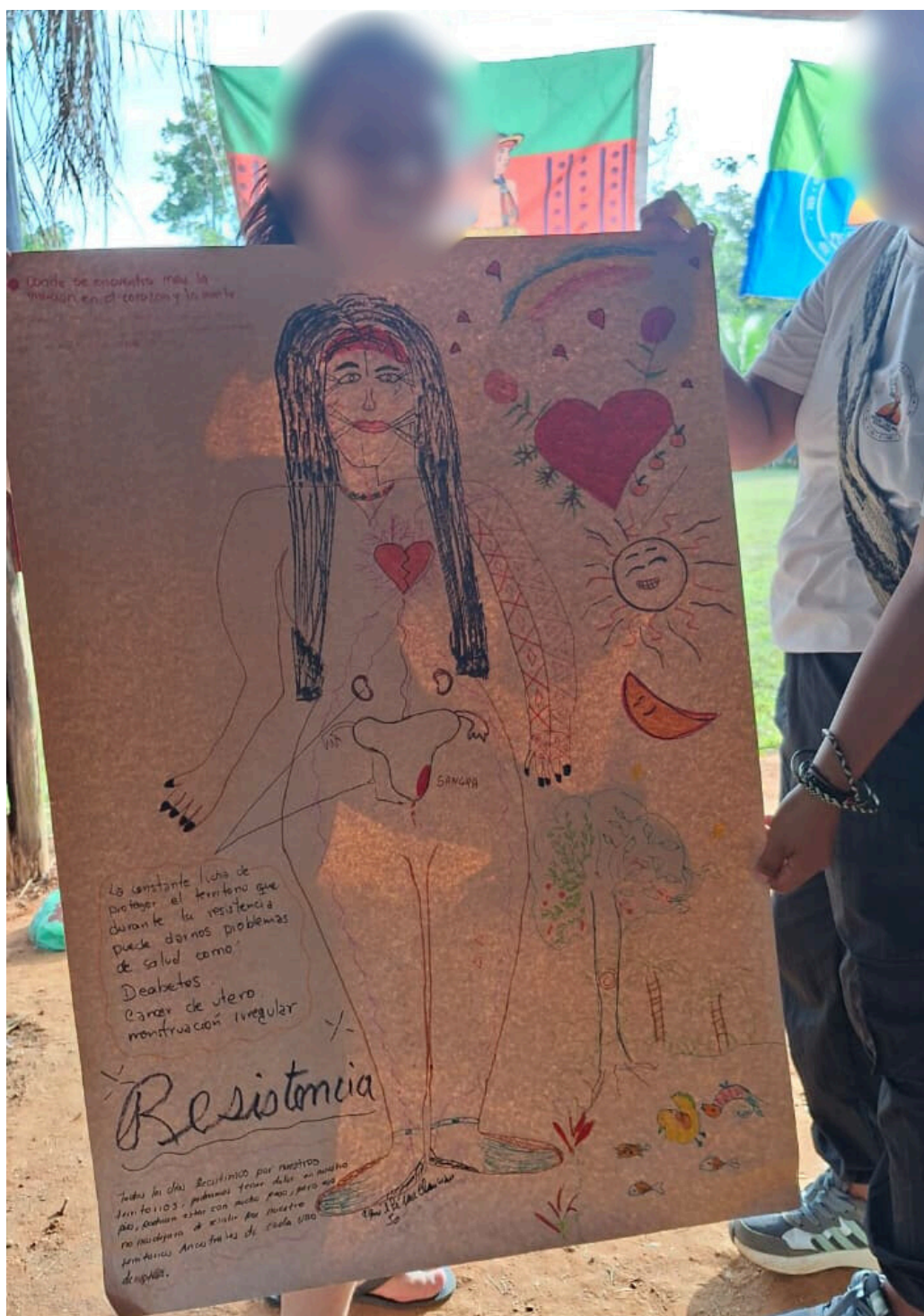
Fonte: Wira Suruí (2025)

Figura 8 – Atividade território-corpo-terra-águas



Fonte: Assessoria do evento (2025).

Figura 9 – Atividade território-corpo-terra-águas



Fonte: Assessoria do evento (2025).

Figura 10 – Atividade território-corpo-terra-águas



Fonte: Assessoria do evento (2025).

Figura 11 – Encerramento do Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios



Fonte: Assessoria do evento (2025).

Essas imagens nos trazem os projetos de vida elaborados e construídos por essas mulheres, que lutam pela defesa de seus territórios, de suas comunidades e das crianças. Foi um espaço ocupado pelas crianças ao lado de suas mães, avós, tias e irmãs, mulheres que estão à frente da luta pelos direitos e em defesa da vida, das infâncias, das águas, dos territórios, das florestas, de seus povos.

Essa experiência deslocou a compreensão inicial que tínhamos acerca do cuidado materno. O cuidado deixou de ser entendido apenas como prática individual ou familiar e passou a ser compreendido como estratégia coletiva de resistência frente às múltiplas formas de colonialismo contemporâneo. As mulheres, ao denunciarem os projetos de carbono, o garimpo e outras invasões, não estão apenas defendendo recursos naturais, mas assegurando as condições materiais e simbólicas para que suas crianças possam viver, aprender, brincar e manter suas cosmologias.

É nesse ponto que o debate travado no encontro dialoga diretamente com a discussão sobre mortalidade infantil indígena e representações abordadas anteriormente. Enquanto os dados oficiais enfatizam números de mortes, adoecimentos e violações sem discutir as causas desses crimes, as mulheres articulam outra perspectiva: a de que a morte das crianças não é um fenômeno isolado ou naturalizado, mas consequência direta da invasão territorial e da

negligência estatal. Assim, o cuidado exercido pelas mulheres emerge como contraponto às políticas que fragmentam a vida em indicadores e obscurecem as estruturas históricas e sociais que produzem tais violências, evidenciando que as representações das indígenas crianças construídas pelas instituições aqui analisadas não incorporam essas dimensões em suas abordagens.

Portanto, a incorporação das reflexões do “Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios” não constitui um desvio temático, mas um aprofundamento analítico. Ao evidenciar como as mulheres articulam território, corpo, espiritualidade e infância, essa experiência contribui para compreender que a defesa das indígenas crianças passa, necessariamente, pela defesa dos territórios e pelo reconhecimento das mulheres como sujeitas/lideranças políticas e produtoras de conhecimento.

É nessa mesma direção que identificamos o podcast *Se Essa Rua Fosse Minha*, voltado às temáticas políticas feministas — como saúde, educação, trabalho e maternidade —, idealizado e produzido por Célia Regina Arouca, especialmente o episódio intitulado “*A alta mortalidade das crianças indígenas*”. Esse episódio chamou nossa atenção por abordar uma temática que tem emergido de forma recorrente em nossas pesquisas sobre as indígenas infâncias, particularmente no modo como a mortalidade indígena infantil é produzida, apresentada e interpretada por meio de dados estatísticos.

Conforme os dados sistematizados no primeiro capítulo, as indígenas crianças e suas infâncias são hegemonicamente representadas a partir de indicadores de morte, adoecimento, estupro, prostituição e outras formas extremas de violência e violação de direitos. Embora esses dados sejam fundamentais para evidenciar desigualdades históricas e denunciar processos de genocídio, de forma isolada, eles também tendem a produzir narrativas que reduzem as indígenas infâncias a categorias de risco, vulnerabilidade e morte. Tais enquadramentos estatísticos, frequentemente mobilizados por periódicos, organizações não governamentais e sítios governamentais, não só ocultam as causa estruturantes das violações, como silenciam outras dimensões da vida, do cuidado, da resistência e da (re)produção cotidiana de existência nos territórios indígenas e especificamente no caso do garimpo, invisibiliza uma estrutura política, econômica e social que mantém os crimes que sustentam a ilegalidade desta atividade.

Nesse contexto, a morte, a violência e os danos à saúde das indígenas crianças tornam-se os principais marcadores de visibilidade pública, frequentemente desvinculados das vozes e das interpretações das próprias indígenas mulheres, que vivenciam e elaboram esses processos a partir de suas próprias cosmologias e sabedorias. As críticas às estatísticas, formulações e representações, portanto, não se colocam como negação dos dados, mas como questionamento das epistemologias que os produzem e dos efeitos políticos de sua circulação.

Ancoradas nas epistemologias feministas indígenas, que reconhecem as indígenas mulheres como produtoras de conhecimento situado, relacional e comprometido com a vida, este trabalho propõe problematizar as relações e disputas de sentido entre os discursos produzidos pelos atores hegemônicos - Funai, ONU/UNICEF e Folha de S. Paulo -, responsáveis pela (re)produção das cifras e estatísticas de morte, e as narrativas, sabedorias, denúncias e reivindicações de indígenas mulheres e mães que sustentam e (re)constroem, junto às crianças, projetos de vida. Assim, a pergunta que orienta este levantamento não é apenas *quantas* indígenas crianças morrem, mas, sobretudo: o que as indígenas mulheres, mães e avós, têm a dizer sobre esses dados, sobre suas causas e sobre os modos como as indígenas infâncias são narradas, governadas e afetadas por eles?

No podcast *Se Essa Rua Fosse Minha* (2022, 1:16:4), Célia Arouca apresenta as seguintes informações:

De 2018 até 2021 o ministério da saúde contabilizou 3.126 óbitos de crianças indígenas com até 5 anos de idade, 72% delas eram bebês com menos de 1 ano. Esses números se referem a apenas territórios indígenas demarcados, imagina os que não são? Em 2021, 486 crianças indígenas de 0 a 5 anos morreram no Brasil. Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Entre as principais causas dos óbitos estavam doenças respiratórias, sobretudo a pneumonia não especificada, a diarreia e a gastroenterite de origem infecciosa. De acordo com os dados da SESAI, as mortes de até 5 anos representam 24% dos óbitos da população indígena em geral. Isso significa que a cada 4 mortes uma ocorre na primeira infância (Arouca in *Se Essa Rua Fosse Minha*, 2022, 15:19).

Após a apresentação desses dados alarmantes, Avelin Kambiwá — professora, mãe e socióloga, pertencente à etnia Kambiwá e integrante do Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas, coletivo formado por indígenas e não indígenas dedicado à reflexão e incidência em políticas públicas de fortalecimento dos povos indígenas nas cidades —, destaca que enfermidades como gastroenterite, pneumonia e diarreia não deveriam figurar entre as causas de morte, mas evidenciam, sobretudo, a persistente negligência do Estado. Conforme Avelin Kambiwá expõe,

A gente está falando de água suja, de desnutrição infantil, estamos falando de não dar o mínimo para que essas crianças se tornem as águas frondosas que a gente quer que elas sejam. É preciso de uma aldeia inteira para criar uma criança (Avelin Kambiwá in *Se Essa Rua Fosse Minha*, 2022, 27:13).

Ao ouvir Avelin Kambiwá denunciar a negligência estatal, compreendemos que esses dados revelam não apenas omissão, mas a atuação de uma política de Estado. Conforme afirma Avelin, a ausência de transparência na divulgação das mortes indígenas infantis constitui uma estratégia que desloca a responsabilidade, imputando aos próprios povos indígenas a culpa por esses óbitos, como se fossem negligentes nos cuidados com suas crianças.

“As pessoas pensam que é responsabilidade do indígena, que é a gente que mata nossas crianças, não sabem como são livres, como são saudáveis nossas infâncias!” (Avelin Kambiwá in *Se Essa Rua Fosse Minha*, 2022, 22:17). A partir dessa afirmação, Avelin Kambiwá relata que, no dia anterior à estreia do episódio, em 20 de julho de 2022, uma mãe Yanomami, da Terra Indígena Waimiri-Atroari, território historicamente atravessado por conflitos decorrentes do garimpo, procurou a SESAI para denunciar a morte de crianças em decorrência da falta de medicamentos.

Buscando verificar a repercussão do caso mencionado por Avelin, recorremos a periódicos online e encontramos informações adicionais na matéria de Rufino (2022), publicada no portal *GI*. Conforme a reportagem, duas crianças morreram por ausência de medicamentos básicos para o tratamento de verminoses, evidenciando de forma contundente a negligência estatal denunciada por Avelin Kambiwá.

A origem dessas infecções está diretamente relacionada à presença de garimpo ilegal a aproximadamente 50 metros da aldeia onde ocorreram as mortes. Trata-se, portanto, de um crime que se manifesta em dois âmbitos: primeiro, pela precarização das políticas públicas de saúde, marcada pela ausência de medicamentos essenciais; segundo, pela permissão ou conivência com a atividade garimpeira ilegal no território indígena, responsável pela contaminação das águas e dos peixes, pela disseminação de doenças e, consequentemente, pela morte de crianças.

É justamente diante desse cenário de negligência e violência estrutural que se torna fundamental prestar atenção às afirmações que Avelin Kambiwá ressalta em relação às indígenas crianças, pois sua fala nos desloca para outra perspectiva, frequentemente silenciada nos discursos estatais e midiáticos. Como afirma Avelin:

Nós precisamos falar dessas nossas infâncias, são elas que vão dar continuidade a preservação de todos os biomas, não só da floresta amazônica, mas também da caatinga, também do cerrado, da mata atlântica. São elas que vão dizer para as futuras gerações sobre os medicamentos da floresta, sobre o bem-viver - o que a gente chama de Nhandereko: a nossa forma de ser no mundo -, são elas que vão proteger a nossa forma de ser no mundo. E elas vêm dizer para nós de força e coragem. O que uma criança indígena traz de força e sabedoria não é aprendido em escola nenhuma. Elas vêm com os encantos de luz. Elas vêm com os saberes dos encantos de luz nas cabecinhas delas, nos corações delas! Elas sentem a dor da mata, elas sentem a dor da caatinga, elas sentem a dor do território sendo invadido, elas sentem a dor dos mais velhos se encantando cedo demais! E elas são repositórios de conhecimento! Quando a gente percebe que o nosso pai Tupã não nos abandonou é porque nossas crianças continuam nascendo. Então, se as crianças continuam nascendo, se os espíritos continuam vindo, quer dizer que ainda há esperança. Então elas são o recado de pai Tupã que a força encantada está presente, porque os espíritos continuam vindo. **O povo indígena não mata suas crianças, nós buscamos ajuda e ela não vem.** E muitas dessas crianças, eu acompanhei, inclusive, em vários projetos em Brasília, crianças que buscavam auxílio e não recebiam, [...] então, essa negligência com as crianças indígenas precisa acabar. E o que elas não podem falar nós temos a obrigação de dizer! (Avelin Kambiwa in Se Essa Rua Fosse Minha, 2022, 29:43).

A fala de Avelin denota o outro lado da narrativa difundida em relação aos cuidados, à saúde e às indígenas infâncias, as quais são diversas, múltiplas e ativamente inseridas em seus territórios e culturas. Trata-se de um contraponto direto ao discurso mobilizado pelo Estado e por suas organizações, que se apresentam como instâncias voltadas ao “cuidado” dos povos indígenas. Diante disso, podemos nos questionar: que tipo de cuidado nega medicação às crianças que dela necessitam para sobreviver? Que tipo de cuidado estatal nega auxílio e não é transparente sobre o que, de fato, acontece nas aldeias?

Nesse sentido, destacamos que a mídia desempenha papel fundamental na forma como esses acontecimentos são narrados, ao divulgar desnutrição, mortes e violências em territórios indígenas como se tais situações fossem consequência da incapacidade dessas comunidades de cuidarem de si e de suas crianças. Essa abordagem recorrentemente aponta a intervenção do Estado e de ONG's como as únicas possibilidades de salvação de uma realidade apresentada como catastrófica, na qual as próprias comunidades não teriam os meios necessários para se manterem vivas e saudáveis. Tal construção narrativa está alinhada à forma tutelar descrita por Pacheco (2014), por meio da qual o Estado e outras instâncias da sociedade branca hegemônica se relacionam com as sociedades indígenas. Como aponta Pacheco (2014),

A governança, bem como o próprio exercício regular e organizado da dominação, supõe, enquanto instrumento indispensável de comunicação, a construção de um “outro” por meio da inculcação de categorias, que logo se tornam amplamente conhecidas, partilhadas e utilizadas pelos atores sociais ali presentes [...] É com base nisso que se dá a instituição de uma unidade social imaginada como relativamente consensual. (Pacheco, 2014, p.126).

Diante dessa lógica de construção do “outro”, (Smith, 2028) e de apagamento das vozes indígenas, cabe questionar: com que frequência é noticiado como as indígenas crianças são detentoras de variados conhecimentos, como se relacionam com seus territórios e como participam de forma ativa e concreta de suas culturas? Nas tabelas apresentadas no capítulo 1, diante de todas as notícias analisadas, temos ao todo 44 notícias que apresentam as mortes, violências e desnutrição em contraponto a 7 notícias que falam sobre a vida. Esses dados falam por si só. Nos revelam escolhas políticas adotadas por meio destas publicações.

As denúncias de Avelin Kambiwá sobre a negligência estatal em relação às indígenas infâncias encontram eco em outras vozes indígenas que reforçam a centralidade do território como elemento fundamental para a vida, a saúde e a continuidade dos povos. Maria Florguerreira, indígena Pataxó e cientista social, afirma que tudo começa pelo território, pois, quando este se encontra adoecido, tudo o que nele vive também adoecer.

A partir dessa compreensão, Maria Florguerreira estabelece uma analogia entre o território indígena e o território-rio, explicando que os peixes adoecem porque os rios estão contaminados. Ainda que um peixe doente fosse retirado desse rio para ser tratado, ao retornar às suas águas, adoeceria novamente, pois seu território permanece contaminado. Em suas palavras:

Não adianta levar só na medicina do branco, porque a nossa medicina está dentro do nosso território, a nossa medicina é não adoecer. Esse estrondo que dão na nossa aldeia da mineração, da estratificação do que nós temos, é que nos adoecer. Esse abandono começa por aí, porque o que a gente tinha para comer, a gente não tem mais. Queimam o que temos, extraem o que temos, contaminam e corrompem também os nossos parentes que começam a alugar terra. Como o próprio governo fez um dia, a Funai, arrendando nossos territórios e esse território foi empobrecido. A gente continua rico com as nossas sabedorias, mas dentro dos nossos territórios a gente já não tem mais a variedade de vegetação para fazer as nossas ruas. A gente já não tem o mais importante, daí vem o suicídio, daí vem os nossos meninos serem assassinados quando as balsas chegam e as meninas desaparecem no rio. Quando eles mesmos levam os nossos meninos. E esse país que é o resultado de estupro de meninas, porque fomos nós, nossas avós, nossas bisavós, meninas que foram tomadas do seio de suas famílias e levadas para gerar esse povo que está aí hoje! Não é só pela falta de remédio, mas é pela falta de leis. Nossas crianças são, realmente, a continuidade das nossas vidas. Eu não vou falar de futuro, porque eu preciso é do agora, eu preciso que aconteça agora, eu não quero esperar o futuro. O futuro não existe sem o agora. Não se admite que uma criança morra de diarreia, onde a diarreia foi extirpada há muito tempo. O sarampo voltando é inadmissível um negócio desses. Se nem os velhos estão morrendo mais de pneumonia, por que as nossas crianças indígenas vão morrer de pneumonia? E essa pneumonia tem a ver também com a violência do ar contaminado, a violência da queimada. É negligência total, de ponta a ponta! A nossa casa está toda revirada. (Maria Florguerreira in Se Essa Rua Fosse Minha, 2022, 34:31).

A fala de Maria Florguerreira amplia e aprofunda o que Avelin Kambiwá denuncia: a morte de indígenas crianças não se dá apenas pela ausência de medicamentos, mas por um conjunto de violações estruturais que têm início com a invasão e destruição dos territórios. Adoecer, nesse contexto, não é um evento isolado, mas o resultado direto da mineração, do garimpo, das queimadas, da contaminação das águas, da escassez de alimentos e da ausência de políticas públicas efetivas.

Há, portanto, um aspecto central na discussão trazida por Maria Florguerreira: enquanto os territórios indígenas não forem demarcados e protegidos, as violências, os saqueamentos, as contaminações e as mortes das indígenas infâncias continuarão a se repetir. O território é condição fundamental para a reprodução material e simbólica das culturas indígenas e, conseqüentemente, para a saúde de seus corpos, saberes e modos de vida.

Nesse sentido, as medidas adotadas pelo Estado e a forma como são representadas discursivamente não enfrentam e tampouco problematizam as causas estruturais dessas violações. Ao deslocar o foco para ações pontuais e emergenciais, evita-se responsabilizar o próprio Estado e questionar suas formas de governar, mantendo intacta a lógica que produz o adoecimento, a morte e o apagamento das indígenas infâncias.

As denúncias realizadas por indígenas mulheres acerca das causas criminosas do adoecimento e da morte de indígenas crianças articulam-se às reivindicações das mulheres e mães Munduruku, especialmente no que diz respeito aos danos do garimpo em seus territórios, reforçando os argumentos discutidos ao longo desta seção. No próximo tópico, aprofundaremos os principais posicionamentos e argumentos de Alessandra Korap Munduruku, a partir de artigos, documentários e matérias jornalísticas, em diálogo com conversas realizadas com indígenas mulheres da Associação de Mulheres Munduruku Wakoborun

4.2 Mães e mulheres Munduruku: projetos de vida das indígenas crianças

Meu nome é Alessandra Korap, sou do povo Munduruku do Brasil, na Amazônia. Eu venho da minha aldeia para dizer aqui que as nossas mulheres na Amazônia têm o útero doente, o leite materno está contaminado com ouro e mercúrio. Um estudo da Fiocruz constatou que 56% das mulheres e crianças de Maturuka, na Amazônia, estavam contaminadas; não é um problema exclusivo do povo Munduruku. Indígenas, pescadores e até mesmo aqueles que vivem nas cidades também estão

adoecendo. Esses minerais saem para enriquecer ainda mais os homens ricos. Agora enfrentamos outro problema: a seca. Os rios estão secando, os peixes estão morrendo, os animais não têm água para beber, há incêndios por toda parte, respiramos fumaça. Mas tudo isso tem um nome: o desenvolvimento do agronegócio para plantar soja que alimenta porcos e galinhas, e que muitas vezes não deixa espaço para nossas crianças, nossas mulheres, nossas florestas e nossos rios. Até quando vamos vir aqui na ONU denunciar o que estão fazendo com o nosso direito de viver no território? Até quando vamos continuar morrendo? Nós, os povos indígenas, estamos implorando por ajuda aqui diante de vocês, que apenas nos ouvem, mas não fazem nada para resolver nossos problemas. Onde estão as soluções? Há países ricos e bancos entrando em nossos territórios e financiando nossas mortes, destruindo nossos direitos. Mineração, soja e outros projetos mortais não respeitam a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou nossos protocolos de consulta. Até o Supremo Tribunal Federal é contra os povos indígenas quando desrespeita a Constituição e quer que a gente se sente à mesa para discutir o Marco Temporal, colocando invasores dentro das nossas terras. Estou aqui para dizer que não negociaremos a vida dos nossos filhos. Não negociaremos nossos direitos! Venho a este Fórum para solicitar uma pesquisa e uma recomendação sobre os impactos do mercúrio em nosso povo. (Alessandra Korap Munduruku in CIMI, 2025, online).

Ao realizar a pesquisa bibliográfica sobre os danos causados às indígenas crianças oriundos do garimpo ilegal, nos deparamos, de forma recorrente, com as mulheres e as mães. Não encontramos nenhum documento ou dado em que esses temas não estivessem interligados. Indígenas mães; indígenas mulheres; indígenas crianças; indígenas infâncias; garimpo. Essas palavras-chave nos acompanharam de ponta a ponta neste texto: nas leituras realizadas, nos podcasts ouvidos, nos documentários assistidos, nos sítios analisados. Ouvi-las, lê-las e acompanhá-las reforçou as múltiplas ramificações que estruturam o garimpo ilegal de ouro na Amazônia, especialmente em territórios Munduruku, com os quais esta pesquisa passou a dialogar de maneira mais próxima.

Alessandra Korap Munduruku, liderança indígena com um repertório de força e luta política de grande destaque nos últimos anos, sobretudo na denúncia das violências sofridas por seu povo, com ênfase nas crianças, diante das invasões de garimpeiros e madeireiros em terras Munduruku tem realizado um trabalho contundente de denúncia desses crimes, trazendo elementos centrais para a discussão acerca dos danos causados às indígenas crianças.

Em outubro de 2025, Alessandra Korap Munduruku participou do TEDxAmazônia — evento independente, licenciado pela organização TED, que busca debater o futuro da Floresta Amazônica e a crise climática (TEDxAmazônia, 2025) -. Ao iniciar sua fala, rememorou o tempo de infância em que vivia em um território livre. Contou que cuidava de seus irmãos e primos; que brincavam à beira do rio; que saíam para buscar sementes e para

pescar. Contudo, com o passar do tempo, percebeu que, à medida que o “desenvolvimento” chegava, o território diminuía.

As palhas utilizadas na construção das casas foram se extinguindo; os leitos dos rios começaram a enlamear; passar noites pescando tornou-se inviável diante da presença maciça de balsas de garimpeiros nas águas. Alessandra afirmou que passou, então, a compreender o que estava acontecendo com seu povo e com seu território: estavam perdendo sua liberdade. Liberdade de ser quem são, de viver como seus ancestrais, de viver (Korap Munduruku apud. TEDxAmazonia, 2025,).

Esse incômodo levou Alessandra Korap Munduruku a sair da aldeia em busca de informações sobre os megaprojetos que avançavam sobre o Médio Tapajós como usinas, mineradoras e garimpos. Nesse percurso, passou a compreender também os direitos políticos que ela e seu povo possuem. Esse processo contribuiu para a construção de sua liderança. Segundo ela, as mulheres exercem diversas funções na aldeia, mas não tradicionalmente a de lutar e reivindicar causas políticas. Com o incentivo de Maria Leuza, liderança indígena Munduruku, somado à observação atenta dos caciques, foi incumbida de liderar as mulheres na luta contra as invasões territoriais sofridas por seu povo (Korap Munduruku apud. TEDxAmazonia, 2025).

O trabalho realizado por Alessandra Korap Munduruku: suas denúncias, falas, reivindicações e posicionamentos, revelam os crimes decorrentes do garimpo ilegal na Amazônia. Ela luta pela demarcação das terras do povo Munduruku, tendo sido responsável por avanços no processo de titulação durante a COP 30 (Bispo, 2025). Em sua defesa da vida, chama a atenção para as crianças: para seus projetos de vida, seus saberes e suas relações com as águas e com o território. Alessandra Korap destaca que sua luta teve início em seu trabalho como professora na aldeia, quando passou a observar como a relação com o território vinha sendo alterada ao longo do tempo. Atividades que marcaram sua infância tornaram-se perigosas e inviáveis para as crianças, como buscar sementes, brincar nos rios e pescar. Práticas que compunham não apenas o cotidiano, mas a própria relação cosmológica e os processos de aprendizagem das crianças (Palmquist, 2023).

As relações vividas nos territórios Munduruku desde à infância, destacadas por Alessandra Korap Munduruku, desloca nosso olhar aos projetos de vida. Ela nos fala sobre a vida Munduruku, de como diversos aspectos e entrelaçamentos de suas relações

sócio-culturais são afetadas pela ação criminosa dos garimpos. Alessandra Korap Munduruku aponta para toda a estrutura do garimpo que leva projetos de morte aos territórios. Abaixo trazemos um compilado de falas, entrevistas e trechos de artigos produzidos por Alessandra Korap Munduruku que nos revelam a dimensão dos crimes cometidos em decorrência do garimpo ilegal de ouro na Amazônia contra o povo Munduruku, que afeta não só o território, mas todas as formas de vida e de viver.

Nós, indígenas, pescadores, ribeirinhos, vivíamos em paz. De repente, as cidades e corporações chegam, nos expulsando. Colonizam nossas mentes com dinheiro porque precisam nos dividir. Quando o governo diz que vai investir em recursos, eles não chegam até nós. A saúde é precária; estamos doentes. As mulheres adoecem por causa do mercúrio usado pelos garimpeiros. E agora todas essas empresas chegam invadindo nossas terras, dizendo que vão salvar a Amazônia, [...], (Alessandra Korap Munduruku apud. Instituto Humanitas Unisinos, 2025, online).

A verdade é que não existe Amazônia intocada quando o crime organizado se instala. E o garimpo ilegal não chega sozinho, ele carrega mercúrio que contamina nossos rios, destrói os peixes que alimentam nossas crianças, abre espaço para pistoleiro, tráfico de armas, drogas, prostituição e violência. Essa é a dinâmica que destrói não só o chão da floresta, mas a tranquilidade de quem vive nela. O nosso povo vive hoje entre duas ameaças. De um lado, estão as redes criminosas que extraem ilegalmente recursos das nossas terras: garimpo, extração de madeira e pesca, cada vez mais organizados e violentos. Do outro, estão as grandes empresas que prometem desenvolvimento e ordenação territorial, mas também têm fome de terra e recursos. Essas corporações se apropriam de áreas ilegalmente, desrespeitam direitos indígenas e expulsam comunidades. Muitas vezes, o que chamam de legalidade serve apenas para camuflar práticas violentas, como o licenciamento ambiental feito sob medida para seus próprios interesses. Há indícios de que essas empresas lavam ouro e madeira de origem criminosa, alimentando a mesma cadeia de destruição que dizem combater. [...] Resistimos porque sabemos que nenhum desses projetos serve à floresta, e muito menos a quem vive nela, (Korap Munduruku, 2025).

Existe divisão sim. Os empresários dizem assim: “toma o combustível, toma a cesta básica...”. Então o parente acha que o único meio é que o garimpeiro esteja lá. Mas os outros parentes que são contra, falam: “não, está errado! Eu não quero isso!”. Não é só o ouro que existe em terras indígenas, não podemos viver só do ouro! A situação piorou quando o próprio presidente começou a falar que indígena tem que ter direito a garimpo nas terras indígenas, e aí, começaram as ameaças, (Korap Munduruku apud “Amazônia, a nova Minamata?”, 2025, 48:18).

A clareza das denúncias apresentadas por Alessandra Korap Munduruku evidencia que o garimpo ilegal não se resume a invasões pontuais ou à extração de ouro, mas constitui uma engrenagem complexa que articula crime organizado, interesses empresariais, omissões e conivências do próprio Estado. Como ela afirma, o garimpo “não chega sozinho”: traz mercúrio, violência, armas, prostituição, divisão interna e falsas promessas de desenvolvimento. Essa dinâmica produz conflitos nas relações do povo Munduruku, ao oferecer combustível, cestas básicas e dinheiro como estratégia de cooptação, fazendo com que parte da comunidade seja levada a enxergar na mineração a única alternativa de

subsistência possível. Ao mesmo tempo, grandes empresas se apresentam sob o discurso da legalidade e da sustentabilidade, enquanto, segundo a liderança, continuam a disputar terras e recursos. Nesse cenário, os conflitos internos e as pressões externas revelam a profundidade de uma estrutura que ameaça não apenas o território, mas a autonomia, a saúde e o futuro das próximas gerações Munduruku. A esse respeito a liderança explica,

Ninguém quer discutir sobre o mercúrio, sobre como as mulheres estão sendo envenenadas nos seus úteros com mercúrio, ou como o leite materno está envenenando seus filhos e filhas. Ninguém quer discutir sobre esse assunto, porque são as mulheres que estão sendo atingidas. É o direito delas dar o leite materno para seus filhos que está sendo violado. Isso é grave. Mas querem discutir sobre o crédito de carbono. O grave também é a gente olhar e dizer: “É solução ter mineração nas terras indígenas? É solução ter crédito de carbono?” Ou é uma solução só para a imprensa internacional, para passar uma mensagem para a mídia que está tudo bem? Não está tudo bem! Nosso Pará está numa situação tão grave; a seca no ano passado foi tão grande que a gente viu os rios sumirem e os peixes serem mortos, a gente respirou fumaça. (Korap Munduruku, apud Furtado; Lobo, 2025, p.111-112).

Foi justamente essa dimensão estrutural que atravessa corpos, relações e modos de existir que se fez presente na entrevista com as mulheres Munduruku. Essa conversa ocorreu de forma inesperada ao que havíamos planejado, mas trouxe à tona questões centrais discutidas ao longo deste trabalho, especialmente no que se refere ao lugar e ao papel da universidade em suas pesquisas com povos indígenas, ao meu lugar de mulher branca em uma pesquisa que aborda indígenas mulheres e crianças, e à construção das relações em investigações que tratam de um tema tão sensível quanto o garimpo.

Refletimos sobre como apresentar o percurso planejado da entrevista e os dados produzidos após a conversa de modo a dialogar com a banca examinadora desta dissertação. Consideramos o curto intervalo entre a qualificação e a defesa; as limitações de agenda para viabilizar um encontro online; o fato de que essas mulheres vivem em território de difícil acesso, com frequentes oscilações de rede de internet e telefonia, com agendas de luta e de vida já sobrecarregadas; e ainda os reflexos da COP 30, que alteraram calendários e disponibilidades, especialmente em razão da liderança do povo Munduruku nessa conferência. Diante dessas circunstâncias, optamos por relatar o modo como a conversa se deu e explicitar as questões que dela emergiram, as quais serão aprofundadas no doutorado com início previsto para março deste ano.

No dia 6 de fevereiro de 2026, Fabrina Furtado (uma das orientadoras desta pesquisa), mulheres Munduruku integrantes da Associação Wakoborun — organização autônoma formada por mulheres Munduruku com o objetivo de fortalecer sua articulação política e

promover a defesa da vida, do território, dos direitos coletivos e da demarcação de suas terras —, sua assessora, e eu nos reunimos virtualmente, por chamada de vídeo, para dialogar sobre a construção de formações com as mulheres Munduruku e sobre a entrevista prevista para esta pesquisa. Ao apresentarmos o trabalho e destacarmos a importância de incorporar as falas, considerações, apontamentos e reivindicações das mulheres Munduruku nesta dissertação, nossas interlocutoras manifestaram a necessidade de que o tema não fosse tratado naquele momento sem consulta prévia às demais mulheres que compõem a associação, solicitando o envio do texto para leitura e análise coletiva. Tal posicionamento se ancorou em uma experiência anterior marcada por constrangimentos e desrespeito oriundos de uma pesquisa acadêmica realizada com elas.

É nesse ponto que a dimensão estrutural da violência se evidencia de maneira ainda mais nítida. A escalada de ameaças relatada por integrantes da Associação Wakoborun também se manifesta nas falas públicas de Ediene Kirixi Munduruku, presidente da associação e liderança indígena que estava presente na conversa ocorrida em fevereiro deste ano. Em reportagem concedida à Pereira ao Infoamazonia, publicada em dezembro de 2024, Ediene descreve o clima de tensão instaurado no território diante das operações de desintrusão do garimpo ilegal, afirmando que os garimpeiros passaram a circular armados, proferir ameaças e disseminar discursos contrários aos direitos territoriais indígenas (Pereira, 2024). Sua narrativa evidencia que o garimpo não se restringe à extração mineral, mas opera como estrutura de poder territorial que combina coerção, intimidação e mobilização política. Ao tornar públicas essas denúncias, Ediene expõe não apenas a violência material que atravessa o cotidiano das comunidades, mas também a dimensão simbólica do conflito, na qual o direito à terra é permanentemente contestado e violado.

Na mesma direção, em outro momento da reportagem, a liderança ressalta que as mulheres permanecem na linha de frente da defesa do território, mesmo sob risco, reafirmando que a luta não é apenas pela terra enquanto espaço físico, mas pela continuidade da vida e pela proteção das crianças Munduruku (Pereira, 2024). Essa afirmação dialoga diretamente com o eixo central desta dissertação, que compreende as indígenas infâncias como atravessadas por disputas territoriais e projetos políticos que atacam a vida em suas múltiplas formas. Ao enfatizar que a presença do garimpo gera medo, insegurança e ruptura das dinâmicas comunitárias, Ediene revela como a violência se infiltra no cotidiano, produzindo efeitos que ultrapassam a contaminação ambiental por mercúrio e alcançam as relações cosmológicas de seu povo.

A partir dessas falas, torna-se evidente que o garimpo ilegal constitui uma engrenagem complexa que articula economia clandestina, redes logísticas, financiamento ilícito e intimidação direta de lideranças. A denúncia pública feita por Ediene Kirixi Munduruku ao expor ameaças e pressões sofridas durante as operações de retirada dos invasores reforça que a violência contra a Associação Wakoborun não é episódica, mas parte de um padrão estruturado de tentativa de silenciamento por meio de violências contra as mulheres que assumem papel central na resistência territorial (Pereira, 2024).

Essa compreensão ganha ainda mais densidade quando retomamos os episódios anteriores de ataque à associação. É importante reconhecer que essas experiências de intimidação não são eventos isolados, mas estão profundamente imbricadas na complexidade da presença do garimpo ilegal no território Munduruku, que atua de forma estruturada como atividade criminosa integrada a redes de violência e disputas territoriais. A Associação Wakoborun tem enfrentado essa realidade desde pelo menos março de 2021, quando sua sede em Jacareacanga (PA) foi invadida e vandalizada por um grupo de garimpeiros associados à mineração ilegal, que atearam fogo em documentos, materiais de escritório, móveis e peças de artesanato, enviando mensagens claras de intimidação e ameaça contra as indígenas mulheres que denunciavam as ações criminosas dos garimpeiros (Front Line Defenders, 2021a).

Pouco depois, em 18 de abril de 2021, outro ato criminoso de intimidação ocorreu quando garimpeiros locais roubaram mais de 830 litros de combustível e um motor de barco pertencentes à Associação, evidenciando a escalada de violência no contexto da oposição das comunidades ao garimpo (Front Line Defenders, 2021a). Esses episódios fizeram parte de uma série de ataques que se intensificaram no território até maio de 2021, incluindo confrontos violentos e incêndios criminosos contra residências de lideranças indígenas, como a de Maria Leusa Kaba, coordenadora da Associação, em meio às operações de desintrusão do garimpo conduzidas por órgãos federais (Front Line Defenders, 2021b).

À luz desse cenário, as exigências éticas colocadas pelas mulheres à pesquisa como a consulta prévia, leitura coletiva e deliberação interna, deixam de ser compreendidas como um obstáculo metodológico e passam a ser reconhecidas como prática política de proteção coletiva em um território atravessado por ameaças permanentes. Após explicarmos brevemente os procedimentos de produção dos dados que compõem esta dissertação, incluindo a formulação das tabelas e nosso posicionamento ético e político diante das escolhas analíticas, nossas interlocutoras ressaltaram a relevância da pesquisa para a defesa das

indígenas crianças, de suas comunidades e territórios, colocando-se abertas ao diálogo, desde que respeitados os processos coletivos de deliberação.

Em um primeiro momento, experimentamos um impacto significativo ao perceber que as palavras das mulheres Munduruku não estariam diretamente registradas neste texto, sobretudo considerando que suas lutas e reivindicações atravessam toda a dissertação. Contudo, reconhecemos que os questionamentos apresentados por nossa interlocutora dialogam de forma consistente com as críticas desenvolvidas ao longo deste trabalho acerca do papel da academia, das permanências coloniais na produção do conhecimento e do meu próprio lugar de fala como pesquisadora branca. Assim, enviamos o trabalho ainda em versão preliminar às mulheres Munduruku, em um gesto que implicou tensão, mas também coerência ética. Tornou-se evidente que não há continuidade possível para esta pesquisa nem para os desdobramentos que ela anuncia sem que essas mulheres possam ler, avaliar e se posicionar sobre o que aqui está escrito.

Dessa forma, encerrar este capítulo, portanto, não significa concluir um percurso acabado, mas reconhecer um deslocamento. As mulheres Munduruku, junto das crianças, não são apenas interlocutoras: tornam-se orientadoras desta dissertação. São suas falas públicas, suas lutas e suas exigências éticas que delimitam o campo de possibilidades deste trabalho. Se o garimpo representa um projeto de morte que contamina rios, divide comunidades e ameaça as infâncias, a postura das mulheres aponta para um projeto de vida que se ancora na coletividade, na memória e na autodeterminação.

A ausência momentânea de suas palavras diretas neste texto não é um silêncio vazio, mas um intervalo político que reafirma que nenhuma pesquisa sobre indígenas mulheres e indígenas crianças pode prescindir de seus tempos, suas leituras e seus consentimentos. Esse gesto, que inicialmente produziu frustração, se revelou coerente com tudo o que foi discutido ao longo deste trabalho: não há defesa das infâncias Munduruku sem respeito às mulheres que sustentam suas comunidades e seus territórios.

É, portanto, a partir dessa experiência atravessada por denúncias, tensões éticas e aprendizados metodológicos que esta dissertação se encaminha para sua conclusão. Se, ao longo do texto, buscamos evidenciar como o garimpo ilegal ameaça os projetos de vida das crianças Munduruku, encerramos este percurso reconhecendo que também a produção de conhecimento precisa ser constantemente interrogada. Concluir este trabalho, portanto, é

menos apresentar respostas definitivas e mais afirmar compromissos: com a escuta, com a responsabilidade ética e com a construção de pesquisas que não reproduzam as mesmas lógicas extrativistas que denunciam.

5 CONCLUSÕES

Esta dissertação partiu de objetivos múltiplos que, ao longo do percurso, convergiram para um propósito comum: compreender os diferentes discursos representacionais sobre as indígenas infâncias e analisar como tais narrativas são produzidas e circulam em distintas arenas institucionais e midiáticas. Para isso, foram examinados materiais publicados em sítios institucionais, através das palavras-chaves: infância indígena; crianças indígenas; mulheres/mães indígenas, na Funai, em documentos e campanhas da ONU/UNICEF e em reportagens da *Folha de S. Paulo*, colocando-os em diálogo crítico com as falas, denúncias e reivindicações formuladas por indígenas mulheres.

Dizemos objetivos múltiplos porque o caminho da pesquisa foi atravessado por entraves e deslocamentos que (re)orientaram o tema central desta investigação, entre eles a impossibilidade de realização de trabalho de campo, os incômodos éticos surgidos ao longo do percurso e a própria escassez — ou opacidade — dos dados buscados. Esses entraves nos conduziram a interrogar não apenas o que é dito sobre as indígenas infâncias, mas como se produz sua visibilidade pública: quais imagens são reiteradas, quais silenciamentos se estabilizam, quais enquadramentos se tornam dominantes. Paradoxalmente, tais limites conduziram a um aprofundamento da questão central, intensificando a nossa atenção aos danos provocados pelo garimpo às indígenas crianças Munduruku.

Esse ponto de retorno ao garimpo ocorreu justamente pelos dados obtidos por meio das tabelas elaboradas no capítulo 2, onde observamos que as representações depreciativas das indígenas infâncias possuem relação direta com a atividade ilegal do garimpo. Essas representações e narrativas institucionais revelam ações e medidas governamentais, de organizações internacionais e nacionais, assim como da mídia, de maneira imediatista, ou seja, elas se concentram nos danos, sem apontar as causas, as estruturas e dinâmicas do garimpo, da mineração, do agronegócio, de madeireiros. Apresentam os danos sem trazer aspectos das violências que atravessam os corpos e suas subjetividades, suas cosmologias, seus modos de vida.

Nesse sentido, o problema não reside apenas na existência do garimpo, mas na forma como ele organiza o campo das representações: as crianças indígenas são frequentemente enquadradas como vítimas passivas de uma tragédia difusa, e não como sujeitos inseridos em territórios atravessados por disputas políticas concretas. A ênfase reiterada na dimensão

emergencial contribui para a naturalização da violência, deslocando o debate das estruturas para os sintomas. Portanto, esses danos aos quais foram apresentados e esquematizados nas tabelas não se restringem à dimensão ambiental, mas atravessam relações sociais, culturais, políticas e afetivas. Nos fazem compreender que o território para os povos indígenas não é apenas espaço físico, mas condição de existência, de reprodução da vida, de cosmologias, de sabedorias, de preservação de vidas humana e não-humanas.

Assim, ao longo deste percurso, buscamos evidenciar que a violência do garimpo e de outras frentes de expropriação, como foi evidenciado nas reivindicações das indígenas mulheres no “Encontro de Mulheres que Resistem aos Mercados de Carbono e Lutam em Defesa de seus Territórios”, se manifestam como uma estruturas complexas, articuladas a interesses econômicos, redes criminosas, omissões e ações estatais e discursos desenvolvimentistas que produzem morte, divisão e adoecimento.

Ao colocar as infâncias no centro da análise, esta dissertação buscou deslocar o debate da denúncia isolada para a compreensão dos projetos de vida que estão em disputa — inclusive no plano simbólico. As indígenas crianças, em particular as Munduruku, aparecem nas falas das lideranças e nas reflexões das mulheres como horizonte de continuidade e como medida ética das decisões tomadas no presente. Defender o território é, simultaneamente, defender as condições para que essas crianças possam viver segundo cosmologias próprias de suas comunidades. O que está em disputa não é apenas a preservação de uma área geográfica, mas a possibilidade de que outras formas de existência continuem a ser reconhecidas como legítimas.

Dessa forma, a pesquisa demonstrou que o garimpo ilegal de ouro na Amazônia; assim como o agronegócio; as madeireiras; a mineração; os projetos de REDD+ não operam apenas pela extração de ouro, de madeira, de soja, por meio das compensações de CO₂, mas pela desestruturação das bases que sustentam a vida coletiva de povos indígenas. O mercúrio que contamina os rios compromete a alimentação e a saúde das crianças e de seus comunidades; as ameaças e violências associadas à presença do crime organizado alteram dinâmicas comunitárias; as estratégias de cooptação produzem conflitos internos; o discurso do desenvolvimento estatal procura naturalizar a destruição como inevitável; os projetos que se dizem promotores de preservação ambiental responsabilizam comunidades e povos tradicionais pelas crises climáticas, como forma de promoverem a permanência das expropriações territoriais disfarçadas sob a lente de proteção à natureza. Nesse sentido, essas

atividades neoextrativistas expropriadoras se apresentam como projetos que disputam não apenas o território, mas as vidas que habitam os territórios-florestas e os territórios-rios.

Ao colocar as infâncias no centro da análise, esta dissertação buscou deslocar o debate da denúncia ambiental para a compreensão dos projetos de vida que estão em risco. As indígenas crianças, em particular as Munduruku, aparecem nas falas das lideranças e nas reflexões das mulheres, como horizonte de continuidade e como medida ética das decisões tomadas no presente. Defender o território é, simultaneamente, defender as condições para que essas crianças possam viver segundo cosmologias próprias de suas comunidades. O que está em disputa não é apenas a preservação de uma área geográfica, mas a possibilidade de que outras formas de vida continuem a existir.

As mulheres Munduruku emergem, nesse contexto, como lideranças fundamentais na defesa da vida. Suas falas públicas, suas denúncias e suas exigências políticas evidenciam que a luta contra o garimpo e outras atividades neoextrativistas, é também uma luta pela saúde, pelas crianças e pela integridade das comunidades. Ao mesmo tempo, a experiência concreta da interlocução com essas mulheres produziu um deslocamento metodológico e ético decisivo para esta pesquisa. A decisão de continuar o diálogo apenas depois de consulta coletiva constituiu um ensinamento fundamental: não é possível criticar práticas extrativistas e, simultaneamente, reproduzir lógicas extrativas na produção do conhecimento.

O envio do trabalho às mulheres Munduruku, ainda em versão preliminar, tornou-se parte constitutiva desta pesquisa. Esse gesto tensionou meu lugar de pesquisadora, explicitou os limites da universidade e reafirmou a necessidade de coerência entre crítica teórica e prática metodológica. Se o garimpo e outras frentes de expropriação impõem decisões sem consulta, uma pesquisa que se pretende ética precisa afirmar o contrário: o tempo da escuta, da devolutiva e do consentimento coletivo.

Assim, a ausência momentânea de falas diretas das mulheres neste texto não configura um vazio, mas a marca de um compromisso em construção. Trata-se de recusar a extração de narrativas sem o devido diálogo e de sustentar a responsabilidade de submeter a escrita à interlocução com aquelas que dela participam.

Esse processo também nos conduziu a uma reflexão incontornável sobre os modos de produção de conhecimento na universidade: a impossibilidade de que essas mulheres integrem formalmente a banca examinadora e que seus saberes e questionamentos sejam reconhecidos institucionalmente em razão de não possuírem o título de doutorado. Suas presenças

tornam-se admissíveis apenas na condição de convidadas, enquanto seus conhecimentos permanecem à margem dos critérios oficiais de validação acadêmica.

Do ponto de vista teórico, esta dissertação contribui ao evidenciar o garimpo como estrutura que articula economia, violência e produção de subjetividades, deslocando a análise para além da dimensão ambiental. Metodologicamente, aponta para a centralidade da ética relacional em pesquisas com povos indígenas, especialmente quando envolvem mulheres e crianças. Politicamente, reafirma que a produção de conhecimento não é neutra: ela pode reforçar hierarquias coloniais ou contribuir para tensioná-las.

Reconhecemos, contudo, os limites desta pesquisa. O curto intervalo entre qualificação e defesa, as dificuldades logísticas de interlocução e a necessidade de respeitar os processos coletivos das mulheres Munduruku delimitam o alcance do trabalho. Esses limites, longe de desqualificar a pesquisa, indicam caminhos para sua continuidade. O doutorado que se inicia abre a possibilidade de aprofundar a interlocução, construir processos formativos conjuntos e ampliar a reflexão sobre indígenas infâncias em contextos de conflito territorial.

Concluir esta dissertação, portanto, não significa encerrar um percurso, mas afirmar compromissos. Compromisso com as mulheres e crianças Munduruku, cujas vidas e projetos futuros estão no centro desta análise. Compromisso com uma pesquisa que se reconhece situada, implicada e atravessada por relações de poder. E compromisso com a defesa dos territórios indígenas como condição para a continuidade de múltiplos modos de existir.

Se o garimpo ilegal representa um projeto de morte que contamina rios e divide comunidades, as lutas das indígenas mulheres, em especial das mulheres Munduruku, apontam para um projeto de vida sustentado na coletividade, na memória e na autodeterminação. É nesse horizonte que esta dissertação se inscreve: não como palavra final, mas como parte de um processo maior de escuta, responsabilidade e resistência junto às indígenas crianças e mulheres Munduruku.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jorge. **Crianças indígenas ficam feridas após serem chicoteadas em MT.** Folha de S. Paulo, 11 dez. 2024, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/12/criancas-indigenas-ficam-feridas-apos-ser-em-chicoteadas-em-mt.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ABREU, Jorge. **Terras indígenas com maior população de até 14 anos estão no Amazonas e Amapá.** Folha de S. Paulo, 03 maio 2024, Cotidiano. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/terras-indigenas-com-maior-populacao-de-ate-14-anos-estao-no-amazonas-e-amapa.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ACSELRAD, Henri. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.
- AGÊNCIA PÚBLICA. **Dobradinha Denarium/Bolsonaro em Roraima mantém garimpo em terra yanomami.** Agência Pública, 28 set. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/09/dobradinha-denarium-bolsonaro-em-roraima-mantem-garimpo-em-terra-yanomami/>>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- AMAZÔNIA, A NOVA MINAMATA?.** Direção: Jorge Dodansky. Produção de João Roni; Nuno Godolphim. Brasil, 2025, Youtube. Acesso em: 10 jan. 2026. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7l-sbNRb_SM>.
- ANGELO, Maurício. **Garimpo ilegal destrói mais de 600km de rios dentro das terras Munduruku no Pará em 5 anos.** Observatório da Mineração, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/garimpo-ilegal-destroi-mais-de-600km-de-rios-dentro-das-terras-munduruku-no-para-em-5-anos/>> . Acesso em: 28 nov. 2024.
- ARÁOZ, Horacio Machado. **Territórios e corpos em disputa: extrativismo, mineração e ecologia política das emoções.** Interstícios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico. 2014.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **ADPF 709: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org>>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Notas públicas e posicionamentos institucionais sobre a política indigenista brasileira**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://apiboficial.org>>. Acesso em: 20 out. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Relatório sobre a situação dos direitos indígenas no Brasil**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://apiboficial.org>>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

BARUA, M. **Plantation Worlds**. Duke University Press, 2024.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

BISPO, Fábio. **Governo brasileiro anuncia demarcação de duas terras indígenas após protesto Munduruku na COP-30**. InfoAmazônia, 14 nov. 2025. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2025/11/14/governo-brasileiro-anuncia-demarcacao-de-duas-terras-indigenas-apos-protesto-munduruku-na-cop30/>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BORGES, Antonádia. **Very Rural Background: Os Desafios da Constituição Terra da África do Sul e do Zimbábue à Chamada Educação Superior**. Revista de Antropologia – USP, 2020. Vol. 63: 1-22.

BOTALLO, Ana; VERPA, Danilo. **Contaminação por mercúrio afeta saúde de mulheres e crianças mundurucus**. Folha de S. Paulo, 06 jul. 2024, Saúde. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/07/contaminacao-por-mercuro-afeta-saude-de-mulheres-e-criancas-munduruku.shtml>>. Acesso em: 20 de ago. 2025.

BRAND, Ulrich; DIETZ, Kristina; LANG, Miriam. **Neo-Extractivism in Latin America: One Side of a New Phase of Global Capitalist Dynamics**. Ciencia Política, v. 11, n. 21, p. 125-159, 2016.

BRASIL. Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989. **Altera o Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de**

matrícula e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17805.htm>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. **MPF pede suspensão de instituições financeiras que compraram ouro ilegal no Pará.** Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Pará, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-suspensao-de-instituicoes-financeiras-que-compraram-ouro-ilegal-no-para>>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASÍLIA. **A Funai.** Funai, 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>>. Acesso em: 08 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Cabecabol: conheça o futebol de cabeça esportivo “Jikyonahati” da etnia Haliti-Paresi.** Funai, 11 mai. 2022, Cultura, Artes, História e Esportes. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022/cabecabol-conheca-o-futebol-de-cabeca-esportivo-201cjikyonahati201d-da-etnia-haliti-paresi>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Conheça as medidas de socorro aos Yanomami já anunciadas pelo Governo Federal.** Funai, 23 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/conheca-as-medidas-de-socorro-aos-yanomami-ja-anunciadas-pelo-governo-federal>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Crianças Yanomami e Ye'kwana visitam parque de Boa vista (RR) em passeio educativo promovido pela Funai.** Funai, 16 jan. 2025, Comunicações e Transparência Pública. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/criancas-yanomami-e-ye2019kwana-visitam-parque-de-boa-vista-rr-em-passeio-educativo-promovido-pela-funai>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Dia Internacional da Mulher: Funai trabalha pelo protagonismo de mulheres indígenas e defende representatividade feminina.** Funai, 08 mar. 2025, Comunicações e Transparência Pública. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/dia-internacional-da-mulher-funai-trabalha-pelo-protagonismo-de-mulheres-indigenas-e-defende-representatividade-feminina>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Em audiência pública na Câmara, Funai debate doutrinação islâmica de indígenas.** Funai, 10 mai. 2023, Justiça e Segurança. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/em-audiencia-publica-na-camara-funai-debate-doutrinacao-islamica-de-indigenas>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Em Brasília, Funai apresenta a lideranças indígenas ações desenvolvidas no território Yanomami.** Funai, 22 mai. 2025, Comunicações e Transparência Pública.

Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/em-brasilia-funai-apresenta-a-liderancas-indigenas-acoes-desenvolvidas-no-territorio-yanomami>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Em Roraima, Funai recebe do TCE relatório do Diagnóstico da Educação Indígena e reafirma compromisso com os direitos indígenas.** Funai, 28 abr. 2025,

Comunicações e Transparência Pública. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/em-roraima-funai-recebe-do-tce-relatorio-do-diagnostico-da-educacao-indigena-e-reafirma-compromisso-com-os-direitos-indigenas>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Funai alerta para a invisibilidade das violências cometidas contra crianças indígenas.** Funai, 18 mai. 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-alerta-para-a-invisibilidade-das-violencias-cometidas-contras-criancas-indigenas>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Funai atua em curso de formação em Direitos Humanos para proteção dos povos Yanomami e Ye'kwana em Roraima.** Funai, 31 mai. 2025. Assistência social.

Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/funai-atua-em-curso-de-formacao-em-direitos-humanos-para-protecao-dos-povos-yanomami-e-ye2019kwana-em-roraima>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Funai participa de lançamento do manual técnico para atendimento aos povos indígenas expostos ao mercúrio no Brasil.** Funai, 29 mai. 2025, Saúde e Vigilância Sanitária. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/funai-participa-de-lancamento-do-manual-tecnico-para-atendimento-aos-povos-indigenas-expostos-ao-mercuro-no-brasil>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Funai.** Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br>>. Acesso em: 08 jul. 2025.

BRASÍLIA. Garimpo despenca e nova infraestrutura é erguida na Terra Indígena Yanomami em dois anos de ações do Governo Federal. Funai, 20 jan. 2025, Comunicações e Transparência Pública. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/garimpo-despenca-e-nova-infraestrutura-e-erguida-na-terra-indigena-yanomami-em-dois-anos-de-acoes-do-governo-federal>>.

Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASÍLIA. Nota oficial da Funai sobre crianças Xavante vítimas de violência em Pontal do Araguaia. Funai, 11 dez. 2024, Justiça e Segurança. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/nota-oficial-da-funai-sobre-a-situacao-em-pontal-do-araguaia>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASÍLIA. Proteção dos direitos de crianças indígenas é tema de reunião entre Funai e Instituto Alana. Funai, 29 mar. 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/protecao-dos-direitos-de-criancas-indigenas-e-tema-de-reuniao-entre-funai-e-instituto-alana>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASÍLIA. Proteção histórica: governo federal já realizou 6.425 ações e impôs R\$ 477 milhões em prejuízo ao garimpo ilegal na Terra Yanomami. Ministério dos Povos Indígenas, 12 ago. 2025. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/protecao-historica-governo-federal-ja-realizou-6-425-acoes-e-impos-r-477-milhoes-em-prejuizo-ao-garimpo-ilegal-na-terra-yanomami>>. Acesso em 28 ago. 2025.

BRASÍLIA. Terra Indígena Yanomami terá Rede Intersetorial de enfrentamento à violência contra mulheres e crianças. Funai, 08 abr. 2024, Assistência Social Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/terra-indigena-yanomami-tera-rede-intersetorial-de-enfrentamento-a-violencia-contramulheres-e-criancas-indigenas>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASÍLIA. Terra Indígena Yanomami: Funai e Conab contabilizam 160 mil cestas de alimentos entregues em caráter emergencial. Funai, 06 mai. 2025, Comunicações e Transparência Pública. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/terra-indigena-yanomami-funai-e-conab-contabilizam-160-mil-cestas-de-alimentos-entregues-em-carater-emergencial>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CAMARGOS, Daniel; DOLCE, Julia. **Crianças munduruku podem estar contaminadas por mercúrio**. Folha de S. Paulo, 19 abr. 2023, Saúde. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/04/criancas-munduruku-podem-estar-contaminadas-por-mercuro.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. **O discurso na encruzilhada: propondo a análise de discurso crítica interseccional**. 2024. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

CARVALHO, Rosiene. **Unicef cobra apuração da polícia sobre yanomamis desaparecidas em RR**. Folha de S. Paulo, 05 mai. 2022, Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/unicef-cobra-apuracao-da-policia-sobre-yanomamis-desaparecidas-em-rr.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CASEFF, Gabriela. **Escola indígena tem fila de espera em Manaus ao propor resgate de identidade**. Folha de S. Paulo, 17 mar. 2025, Amazônia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2025/03/escola-indigena-tem-fila-de-espera-em-manaus-ao-propor-resgate-de-identidade.shtml>>. Acesso em 20 ago. 2025.

CIMI. **Alessandra Munduruku denuncia na ONU a invasão de empresas e bancos nas terras indígenas e a poluição das águas por mercúrio**. Conselho Indigenista Missionário, 23 abr. 2025. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2025/04/alessandra-munduruku-onu-invasao-empresas-bancos-terras-indigenas-poluicao-aguas-mercuro/>> Acesso em: 24 jan. 2026.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi). **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2022**. Brasília: Cimi, 2023. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CIRANDA DE FILMES. **Primeira Infância Indígena**, 2015. Disponível em: <<https://cirandadefilmes.com.br/colecoes/colecao-2021/primeira-infancia-indigena/>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CLIMAINFO. **Facções se aliam a garimpo ilegal, desmatamento e grilagem e avançam nos biomas brasileiros.** ClimaInfo, 25 jan. 2026. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2026/01/25/faccoes-se-aliam-a-garimpo-ilegal-desmatamento-e-grilagem-e-avancam-nos-biomas-brasileiros/>>. Acesso em: 26 fev. 2026.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COHN, Clarice. **Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá.** Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, V. 43 nº 2.

COHN, Clarice. **O que as crianças indígenas têm a nos ensinar? O encontro da etnologia indígena e da antropologia da criança.** Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 31-59, maio/ago. 2021.

CRISTO, Élida. **As infâncias indígenas sob ameaça do garimpo ilegal na Amazônia. Portal Lunetas: Múltiplos olhares sobre as múltiplas infâncias.** São Paulo, 20 set. 2021. Disponível em: <https://lunetas.com.br/garimpo-ilegal-amazonia-criancas/>> Acesso em: 10 set. 2024.

DA MOTTA, Diego Airoso; OLIVEIRA, Natália Araújo de. **As Disputas pela Terra Indígena Marãiwatsédé e as Representações Sociais da Mídia.** XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, 2015.

DAVIS, J., A. A. Moulton; L. Van Sant, and B. Williams. 2019. **Anthropocene, Capitalocene, [...] Plantationocene? : A Manifesto for Ecological Justice in an Age of Global Crises.** Geography Compass 13 (5):e12438.

DE CAPITANI, Eduardo Mello. “Aspectos gerais de exposição e de toxicologia do mercúrio”. In: **Garimpo de ouro na Amazônia : crime, contaminação e morte /** organização Paulo Cesar Basta e Ana Claudia Santiago de Vasconcellos ; ilustração Mauricio Negro. - 1. ed. - Lorena: UK’A Editorial, 2023. pp. 100 - 122.

DO NASCIMENTO, Ronélia; ZOIA, Alceu. **Crianças Munduruku: um breve olhar sobre o brincar e sua aprendizagem social e cultural.** Tellus, ano 14, n. 26, p. 119-130, jan./jun. 2014. Campo Grande, MS.

DOCUMENTÁRIO: **Garimpo, natureza e conflitos ambientais no Médio Tapajós.**

Direção de Neepes/ENSP/Fiocruz. Produção por Couro de Rato. 2020, Youtube. Acesso em: 03 fev. 2025, disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=oFEYEGxNmns>>.

DURÃO, Anna. **Pesquisadores do CEE-Fiocruz apoiam manifesto ‘Clima é Saúde, Saúde é Clima’.** CEE-Fiocruz, Rio de Janeiro, 22 set. 2025. Disponível em:

<<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>> . Acesso em: 26 nov. 2024.

EIRAS, Yuri. **Corpo de criança morta durante ataque a tiros em terra yanomami é encontrado.** Folha de S. Paulo, 09 jul. 2023, Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/corpo-de-crianca-morta-durante-ataque-a-tiros-em-terra-yanomami-e-encontrado.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista** / Silvia Federici; tradução de Coletivo Sycirax – São Paulo: Elefante, 2019.

FELLET, João; COSTA, Camilla. **Imagens mostram avanço do garimpo ilegal na Amazônia em 2019.** BBC News Brasil, São Paulo, 25 jul. 2019. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49053678>>. Acesso em: 25 out. 2024.

FERDINAND, Malcom. **Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Rosani de Fátima. **Povos Indígenas e a Antropologia: Novos Paradigmas e Demandas Políticas.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 322-354, jan./jun. 2015.

FERREIRA, Mariana Kawal Leal. “Divina abundância: fome, miséria e a Terra-Sem-Mal de crianças Guarani. In: **Crianças Indígenas : ensaios antropológicos** / Aracy Lopes da Silva, Angela Nunes, Ana Vera Lopes da Silva Macedo (organizadoras). - São Paulo : Global, 2002. - (Coleção antropologia e educação). pp.150-168.

FRONT LINE DEFENDERS. **Brazil: Munduruku Wakoborun Indigenous Women’s Association broken into and property vandalised.** 25 mar. 2021a. Disponível em:

<<https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/munduruku-wakoborun-indigenous-womens-association-broken-and-property-vandalised>>. Acesso em: 28 fev. 2026.

FRONT LINE DEFENDERS. **Brazil: Ongoing attacks against Munduruku Indigenous leaders**. 26 maio 2021b. Disponível em:

<<https://www.frontlinedefenders.org/en/case/ongoing-attacks-against-munduruku-indigenous-leaders>>. Acesso em: 28 fev. 2026.

FURTADO, Fabrina. Antiambientalismo bolsonarista e financeirização da natureza em tempos de pandemia. In: **Resistências e re-existências : mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia** / [organização Elisangela Soldateli Paim]. -- São Paulo : Editora Funilaria, 2020.

FURTADO, Fabrina; LOBO, Marina. “Não estão vendendo só carbono – estão vendendo nós juntos”: relatos de povos da floresta sobre as implicações de REDD+ nos seus territórios. In **Mercado de Carbono e o Negócio da Compensação** / [organizadores Elisangela Soldateli Paim, Fabrina Furtado] . – São Paulo : Editora Funilaria, 2025. – (Politizando o clima : poder, território e resistências ; 3).

GARIMPO DE OURO NA AMAZÔNIA : crime, contaminação e morte / organização Paulo Cesar Basta e Ana Claudia Santiago de Vasconcellos ; ilustração Mauricio Negro. - 1. ed. - Lorena: UK'A Editorial, 2023.

GODINHO, Isac. **Três crianças indígenas de MG morrem por raiva humana em um mês**. Folha de S. Paulo, 04 mai. 2022, Saúde. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/05/tres-criancas-indigenas-de-mg-morrem-por-raiva-humana-em-um-mes.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GUMIERI, Julia. **Jornal Folha de S. Paulo**. Memorial da Resistência, online. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/jornal-folha-de-sao-paulo/>>. Acesso em 20 ago. 2025.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes**. Clima Com Cultura Científica, n. 5, p. 139-146, 2016.

HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott Frederick; KENNETH, Olwig; TSING, Anna Lowenhaupt; BUDANDT, Nils. **Anthropologists are talking – about the Anthropocene**. *Ethnos*, v. 3, n. 81, 2016.

HELLER, Hermann. **Autoritärer Liberalismus**. *Die Neue Rundschau*, v. 44, p. 289-298, 1933.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 2025.

KAMBIWÁ, Avelin. **Avelin Kambiwá**. *Amazônia Real*. Pernambuco. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/personagem/avelin-kambiwa/>>. Acesso em: 8 maio 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami** / Davi Kopenawa e Bruce Albert ; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro - 1ª ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ecologia Política**. *Ethnoscintia* 3 (n.2 Especial): 1-2, 2018.

LEMONS, Flávia Cristina Silveira et al. **Problematizações acerca da atuação do UNICEF no Brasil**. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 761-777, 2018.

LOURES, Rosamaria Santana Paes. **Governo Karodaybi: o movimento Ipereğ Ayũ e a resistência Munduruku**. 2017. 287 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia) — Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

MAISONNAVE, Fabiano; CARVALHO, Rosiene. **Bolsonaro é criticado após visitar área de garimpo ilegal em terra indígena que prometeu anular**. *Folha de S. Paulo*. Cuiabá; Manaus, 28 out. 2021. Indígenas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-e-criticado-apos-visitar-area-de-garimpo-ilegal-em-terra-indigena-que-prometeu-anular.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Mídia e representação política: a visibilidade da política e a política da visibilidade**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MODINO, Luis Miguel. “**O garimpo continuando, de aqui a uns anos, não vai prestar mais, não**”, **denúncia liderança Munduruku**. Instituto Humanitas Unisinos. Adital, São Lourenço, RS, 27 fev. 2019. Disponível em:
<<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587039-o-garimpo-continuando-de-aqui-a-uns-anos-nao-vai-prestar-mais-nao-denuncia-lideranca-munduruku>> Acesso em: 28 out. 2025.

MULHERES EM DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO-ÁGUAS / organização Elisangela S. Paim e Fabrina P. Furtado, -- São Paulo : Editora Funilaria, 2024.

MUNDURUKU, Alessandra Korap. **O crime que sangra a Amazônia e invade nossas casas**. Amazon Underworld, 04 set. 2025. Disponível em:
<<https://amazonunderworld.org/pt-br/o-crime-que-sangra-a-amazonia-e-invade-nossas-casas>>. Acesso em: 05 jan. 2026.

MUNDURUKU, Daniel. **Sawé : o grito ancestral = Sawe : aypapayu ewāwāap a’ō**. Ilustrações de Maurício Negro; [tradução para Munduruku Honésio Munduruku]. – 1. ed. – Lorena: UK’A Editorial, 2022.

MUNIZ, Cláudia Maria Severino Lacerda; VEDOVATO, Luciana. **A Análise de Discurso, peuchetiana, na Teoria (De)colonial: por perspectivas, metodológicas, latino-americanas**. Tempo da Ciência, Toledo, V.27. n.53, jan. / jun, 2020, p.117-128.

NASCIMENTO, Luís. **Operação busca retirar invasores de Terra Indígena Munduruku, no Pará**. Agência Brasil, São Luís, 09 nov. 2024. Disponível em:
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/operacao-para-desintrusa-o-da-ti-munduruku-comeca-neste-sabad-no-para>>. Acesso em: 30/11/2024.

NEPOMUCENO, Ítala; RODRIGUES, T.. Territórios Munduruku e tensões com garimpos e mineração no Alto e Médio Tapajós. In: **Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas** / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida et al. – 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

PEREIRA, Jullie. **Pressionados por operação de desintrusão na TI Munduruku, garimpeiros ameaçam indígenas e defendem marco temporal**. InfoAmazonia, 23 dez.

2024. Disponível em:

<<https://infoamazonia.org/2024/12/23/pressionados-por-operacao-de-desintrusao-na-ti-munduruku-garimpeiros-ameacam-indigenas-e-defendem-marco-temporal/>>. Acesso em: 28 fev. 2026.

RECICLUS. **O que foi o desastre de Minamata?** 16 set. 2023. Disponível em:

<<https://reciclus.org.br/blog/o-que-foi-o-desastre-de-minamata/>>. Acesso em: 08 jan. 2026.

OLIVEIRA, Jorge Eduardo. **Garimpo ilegal: como funciona e quais são os impactos desse crime?** Greenpeace, Manaus, 07 mar. 2023. Disponível em:

<<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/garimpo-ilegal-e-seus-impactos/>>. Acesso em: 28 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **“Com a chegada da água, tenho mais tempo para brincar”**. Publicado em: 22 mar. 2025. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/291397-%E2%80%9Ccom-chegada-da-%C3%A1gua-tenho-mais-tempo-para-brincar%E2%80%9D>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **“Se a gente não preserva, como vamos viver?”**. 26 de abr. 2025. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/293320-%E2%80%9Cse-gente-n%C3%A3o-preserva-como-vamos-viver%E2%80%9D>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/279573-sobre-onu>>. Acesso em: 06 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **PNUD vai liderar estudos para proteção de crianças indígenas**. Publicado em: 24 dez. 2021. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/166461-pnud-vai-liderar-estudos-para-prote%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-ind%C3%ADgenas>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Quase 30% das crianças indígenas com menos de 5 anos sofrem de desnutrição**. Publicado em: 15 out. 2019. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/84395-quase-30-das-crian%C3%A7as-ind%C3%ADgenas-com-menos-de-5-anos-sofrem-de-desnutri%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNICEF alerta para desnutrição crônica de crianças ianomâmis.** Publicado em 28 out. 2019. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/84476-unicef-alerta-para-desnutri%C3%A7%C3%A3o-cr%C3%B4nica-de-crian%C3%A7as-ianom%C3%A2mis>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNICEF e parceiros realizam Semana do Bebê Indígena no Amazonas.** Publicado em: 27 out. 2021. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/155789-unicef-e-parceiros-realizam-semana-do-beb%C3%AA-ind%C3%ADgena-no-amazonas>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNICEF lamenta a morte de crianças yanomamis e pede responsabilização dos envolvidos.** Publicado em 27 maio 2021.

Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/128835-unicef-lamenta-morte-de-crian%C3%A7as-yanomamis-e-pede-responsabiliza%C3%A7%C3%A3o-dos-envolvidos>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNICEF pede investigação sobre morte de crianças yanomamis.** Publicado em 03 maio 2022. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/180305-unicef-pede-investiga%C3%A7%C3%A3o-sobre-morte-d-e-crian%C3%A7as-yanomamis>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNICEF pede urgência na investigação sobre morte de crianças Yanomami.** Publicado em: 22 out. 2021. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/152749-unicef-pede-urg%C3%Aancia-na-investiga%C3%A7%C3%A3o-sobre-morte-de-crian%C3%A7as-yanomami>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. MANA 20(1): 125-161, 2014.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Demarcação e reafirmação étnica: Um ensaio sobre a Funai. In: **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Oliveira, João Pacheco de (org). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

PAJOLLA, Murilo. **Bolsonaro estimulou o avanço de garimpeiros sobre os Yanomami; relembre casos e declarações.** Brasil de Fato. Lábrea (AM), 6 maio 2022. Anti-indígena. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/bolsonaro-estimulou-avanco-de-garimpeiros-so-bre-os-yanomami-relembre-casos-e-declaracoes/#>>. Acesso em: 25 out. 2025.

PALHARES, Isabela. **Contaminação por mercúrio causa graves deficiências cognitivas em crianças yanomamis**. Folha de S. Paulo, 04 abr. 2024, Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/04/contaminacao-por-mercuro-cao-graves-deficiencias-cognitivas-em-criancas-yanomamis.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PALHARES, Isabela. **Mortes de crianças indígenas é mais que o dobro do registrado no restante da população infantil**. Folha de S. Paulo, 09 abr. 2024, Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/04/mortes-de-criancas-indigenas-e-mais-que-o-dobro-do-registrado-no-restante-da-populacao-infantil.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PALMQUIST, Helena. **A Munduruku que começa a aldear o mundo**. SUMAÚMA, 24 abr. 2023. Disponível em: <<https://sumauma.com/a-munduruku-que-comeca-a-aldear-o-mundo/>>. Acesso em: 26 jan. 2026.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 3a ed. Campinas (SP): Pontes; 2002.

PEDROSO, Marcos. **Os impactos do garimpo ilegal no território Munduruku**. WWF, 21 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?79268/Os-impactos-do-garimpo-ilegal-no-territorio-Munduruku>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

EVARISTO, Conceição. **A noite não adormece nos olhos das mulheres**. Peita Blog. Disponível em: <<https://peita.me/blogs/putablog/a-noite-nao-adormece-nos-olhos-das-mulheres-por-conceicao-o-evaristo>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

PINTO, Daniel de Oliveira d'El Rei. “As transformações ocorridas nos territórios Kayapó, Munduruku e Yanomami: perspectivas de vulnerabilidade em saúde associadas à exploração do garimpo ilegal de ouro na Amazônia”. In: **Garimpo de ouro na Amazônia : crime, contaminação e morte** / organização Paulo Cesar Basta e Ana Claudia Santiago de Vasconcellos ; ilustração Mauricio Negro. - 1. ed. - Lorena: UK'A Editorial, 2023. pp. 122-156.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; ROCHA, Diogo. **Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil**. Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 46, N. 133, P. 487-500, abr-jun 2022.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)**. 01 fev. 2024. Disponível em:
<[https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_dos_Povos_Ind%C3%A9genas_\(Funai\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_dos_Povos_Ind%C3%A9genas_(Funai))>. Acesso em: 01 ago. 2025.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: 2001-2005 I [editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardol. - São Paulo : Instituto Socioambiental. 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 12.600**, 28 ago. de 2025. Dispõe sobre a inclusão de empreendimentos públicos federais do setor hidroviário no Programa Nacional de Desestatização. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12600.htm>. Acesso em: 18 jan. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285-327.

RAMA. **Tuxa resiste: Povo Ka'apor enfrenta invasores e rejeita mercado de carbono**. Online, 9 jul. 2025. Disponível em:
<https://www.rederama.org/post/tuxa-resiste-povo-ka-apor-enfrenta-invasores-e-rejeita-mercado-de-carbono?fbclid=PAQ0xDSwLba5dleHRuA2FlbQlXMQABp5qh59aFz69uKEwJ1aanlme6upC1t7LzOYMt_PKvhF-OfOhy0wSyiaGhJ2_x_aem_HdpbXgJk-OwaMx3JJgmZWQ>. Acesso em: 01 set. 2025.

RUFINO, Samantha. **Conselho relata morte de crianças Yanomami com quadro de verminose e cobra da Sesai remédio para tratar doença**. G1, 29 jun. 2022. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2022/06/29/conselho-relata-morte-de-criancas-yanomami-com-quadro-de-verminose-e-cobra-da-sesai-remedio-para-tratar-doenca.ghtml>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração – séculos XX e XXI**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

SANTILLI, Márcio. **Lula será o campeão das demarcações?**. Instituto Socioambiental, 18 dez. 2024. Disponível em:
<<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/lula-sera-o-campeao-das-demarcacoes>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SASSINE, Vinicius. **Crianças yanomamis são intubadas em UTI de Boa Vista com desnutrição grave e longe dos pais**. Folha de S. Paulo, 25 jan. 2023. Cotidiano. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/criancas-yanomamis-sao-intubadas-em-uti-de-boja-vista-com-desnutricao-grave-e-longe-dos-pais.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SASSINE, Vinicius. **Desnutrição persiste entre crianças yanomamis, mas casos são menos extremos**. Folha de S. Paulo, 12 jan. 2024, Saúde. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/01/desnutricao-persiste-entre-criancas-yanomamis-mas-casos-sao-menos-extremos.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SASSINE, Vinicius. **Documentos relacionam mortes de crianças indígenas a dragas de garimpo**. Folha de S. Paulo, 04 abr. 2023, Cotidiano. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/documentos-relacionam-mortes-de-criancas-indigenas-a-dragas-de-garimpo.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SASSINE, Vinicius. **Doze yanomamis são adotados por não indígenas na contramão do Estatuto da Criança**. Folha de S. Paulo, 03 mar. 2023, Cotidiano. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/doze-yanomamis-sao-adotados-por-nao-indigenas-na-contramao-do-estatuto-da-crianca.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SASSINE, Vinicius. **Governo prepara expulsão de garimpeiros de terra indígena onde crianças adoeceram com mercúrio**. Folha de S. Paulo, 01 nov. 2024. Cotidiano. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/11/governo-prepara-expulsao-de-garimpeiros-de-terra-indigena-onde-criancas-adoeceram-com-mercuroio.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SASSINE, Vinicius. **Mães yanomamis deixam rituais e aconchego da comunidade para parto na cidade**. Folha de S. Paulo, 02 fev. 2023, Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/maes-yanomamis-precisam-deixar-aconchego-pompa-e-evocacao-de-espiritos-para-parto-na-cidade.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SASSINE, Vinicius. **Malária chega a 33 mil casos em um ano na terra yanomami, e quase metade é em crianças de até 9 anos.** Folha de S. Paulo, 11 mar. 2025, Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/03/malaria-chega-a-33-mil-casos-em-um-ano-na-terra-yanomami-e-quase-metade-e-em-criancas-de-ate-9-anos.shtml>>. Acesso em 20 ago. 2025.

SASSINE, Vinicius. **'Olhai os curuminzinhos tudo com malária, não tenho o que fazer', disse testemunha da crise nos yanomamis.** Folha de S. Paulo, 24 jan. 2023. Cotidiano.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/olhai-os-curuminzinhos-tudo-com-malaria-nao-tenho-o-que-fazer-disse-testemunha-da-crise-nos-yanomamis.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SASSINE, Vinicius. **PF deve iniciar buscas por criança e adolescente yanomami em RR.**

Folha de S. Paulo, 27 de abr. 2022. Cotidiano, Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/pf-deve-iniciar-buscas-por-crianca-e-adolescente-yanomami-em-rr.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SE ESSA RUA FOSSE MINHA. **A alta mortalidade das crianças indígenas.** Apresentação:

Célia Regina Arouca. Rede Você/DPJ Filmes: 21 jul. 2022. Podcast. Disponível em:

<https://open.spotify.com/show/6JgJGx9cAOZYN6GQ7lz8uN?si=5ze_9sgaQq2n2bLtBCuD2g>. Acesso em: abr. 2025.

SEIXAS, Eunice Cristina de Castro. **Governança global e ajuda ao desenvolvimento: “dilemas” das ONGIs nas periferias do sistema internacional.** *e-cadernos CES*, Coimbra, n. 19, 2013.

SETA, Isabel. **‘Sempre foi com luta’: na COP-30, indígenas resistem pelo clima e por nós.** Pública, 24 nov. 2025. Disponível em:

<<https://apublica.org/2025/11/cop30-e-indigenas-qual-o-resultado-da-conferencia/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SHALHOUB-KEVORKIAN, Nadera. **Palestinian Women and the Politics of Invisibility: Towards a Feminist Methodology**. Peace Prints: South Asian Journal of Peacebuilding, Vol. 3, No. 1: Spring 2010.

SILVA, André Luiz Reis da. **Organizações internacionais: história e práticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

SILVA, Rita da; SHAW, Kurt. **Primeira Infância Indígena**. Alto Rio Negro, Ciranda de Filmes, 2015, online. Disponível em:
<<https://cirandadefilmes.com.br/colecoes/colecao-2021/primeira-infancia-indigena/>>. Acesso em: 29/05/2025.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas** / Linda Tuhiwai Smith; tradução Roberto G. Barbosa. – Curitiba. Ed. UFPR, 2018.

SOARES, Thiago Barbosa. **Descolonizar a análise do discurso brasileira: um ensaio da formação imaginária eurocêntrica**. Periferia, V. 15, p.1-18, 2023.

SPEZIA, Adi; LOURES, Hellen. **Governo deve recuar e revogar Decreto nº 12.600/2025**. Conselho Indigenista Missionário, 2026. Disponível em:
<<https://cimi.org.br/2026/02/governo-recuar-revogar-decreto-12-600-2025/>>. Acesso em: 26 fev. 2026.

STROPASOLAS, Pedro. **Daniel Munduruku: “Os povos indígenas são a última reserva moral dentro desse sistema”**. Brasil de Fato. São Paulo, 17 de out. 2021. Disponível em:
<<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/17/daniel-munduruku-os-povos-indigenas-sao-a-ultima-reserva-moral-dentro-desse-sistema/>>. Acesso em: 22/08/2025.

SURUÍ, Txai. Apresentação: “Nunca se esqueçam das mulheres e das crianças.”. In: **Garimpo de ouro na Amazônia : crime, contaminação e morte** / organização Paulo Cesar Basta e Ana Claudia Santiago de Vasconcellos ; ilustração Mauricio Negro. - 1. ed. - Lorena: UK’A Editorial, 2023. pp. 6 - 9.

SUSUI, Ariene. **Joenia Wapichana: “Tirar a Funai do buraco será imenso desafio”**. Nexo Jornal, 3 fev. 2023. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/02/03/joenia-wapichana-tirar-funai-do-buraco-s-era-imenso-desafio> Acesso em: 20 ago. 2025.

SVAMPA, M. (2012). **Resource Extractivism and Alternatives: Latin American Perspectives on Development**. Journal für Entwicklungspolitik (JEP), 28(3), 43-73.

SVAMPA, M. (2015). **Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons in Latin America**. South Atlantic Quarterly, 114(1), 65-82.

TEDXAMAZONIA. **Um chamado para a humanidade: Alessandra Munduruku**. 21 out. 2025. Disponível em: <<https://tedxamazonia.com/>>. Acesso em: 01 fev. 2026.

THOR, Lázaro. **Morte de bebê indígena por desnutrição em MT gera cobrança ao governo Lula**. Folha de S. Paulo, 22 mai. 2025. Indígenas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/05/morte-de-bebe-indigena-por-desnutricao-e-m-mt-gera-cobranca-ao-governo-lula.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

TOLEDO, Marcelo. **Crianças yanomamis são amarradas em Roraima; associação aponta ação de garimpeiros**. Folha de S. Paulo, 21 set. 2023, Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/09/criancas-yanomamis-sao-amarradas-em-ro-rama-associacao-aponta-acao-de-garimpeiros.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2012.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VILELA, Pedro Rafael. **Bolsonaro defende mineração e agropecuária em terras indígenas**. Agência Brasil. Brasília, 17 abr. 2019. Política. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/bolsonaro-defende-mineracao-e-ag-ropecuaria-em-terras-indigenas>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Geografia do ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2015.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. **Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 86, dez. 2023.

YUSOFF, Kathryn. **A Billion Black Anthropocenes or None**. University of Minnesota Press, 2019.